

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- CURSO DE MESTRADO

VANESSA KIMIE ICERI

**POR UMA RELAÇÃO “SAN” ENTRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA (PERI E
INTRA) URBANA E O CONSUMO ALIMENTAR.**

**DUAS REALIDADES EM ANÁLISE: CIANORTE (BRASIL) E AUBIÈRE
(FRANÇA).**

MARINGÁ-PR

2013

LOMBADA

UEM

**POR UMA RELAÇÃO “SAN”
ENTRE A PRODUÇÃO
AGRÍCOLA (PERI E INTRA)
URBANA E O CONSUMO
ALIMENTAR.**

**DUAS REALIDADES EM
ANÁLISE: CIANORTE
(BRASIL) E AUBIÈRE
(FRANÇA).**

2013

VANESSA KIMIE ICERI

Por uma relação “SAN” entre a produção agrícola (peri e intra) urbana e o consumo alimentar. Duas realidades em análise: Cianorte (Brasil) e Aubière (França).

Dissertação apresentada ao programa de Pós
Graduação em Geografia pela Universidade
Estadual de Maringá para Obtenção do título de
Mestre em Geografia

Orientador: prof. Dr. Márcio Mendes Rocha

Co-orientadora: prof^ª. Dr^ª. Sylvie Lardon

Maringá
2013

AGRADECIMENTOS

Por detrás deste trabalho, se encontram muitas pessoas, cuja participação varia da mais sutil e pessoal contribuição, quanto da mais explícita e direcionada. De toda forma, a gratidão é tão grande quanto o número de envolvidos nesta dissertação.

Agradeço, primeiramente, ao orientador Márcio Mendes Rocha que despertou meu interesse para pesquisa e que vem contribuindo para minha formação desde a graduação. Meus sinceros agradecimentos pela base acadêmica, pelo incentivo, confiança e todo apoio que envolveram a pesquisa do início à sua ampliação.

À co-orientadora, Sylvie Lardon, que me acolheu por 5 meses na França, abrindo portas e olhares que não envolveram somente a pesquisa, mas também uma experiência impar e muito rica na minha formação.

À todos os professores do Departamento de Geografia e do Programa de Pós Graduação da UEM, bem como todos os professores do Instituto Auvergne de Desenvolvimento do Território – IADT e à todos os profissionais do Instituto Nacional de Pesquisas Agrônomicas – INRA. Em especial, aos professores: Henrique M. Silva, Maria das Graças de Lima, Júlio Damasceno, Paulo Nakashima, Sueli de Castro, Salma L. , Caroline M., Severine B. e Mauricette F.

Agradecimento especial à toda equipe do NEMO, pois sem eles o trabalho de campo não seria possível com tal eficiência. Sobretudo ao amigo Márcio Ghizzo que foi o maior incentivador para minha inserção no mestrado e aos amigos Felipe Bonifacio, Vicente, Tadeu e Maira pelo ajuda em campo, além de Giulia G. pelo apoio e disposição.

À toda Promo TAM pela paciência e atenção mesmo perante às dificuldades de comunicação. Ao Jovan e Karin que não se intimidaram em ajudar nas entrevistas, mesmo em um domingo de manhã com dois graus negativos.

À todos os amigos, em especial ao Bruno, Pedro, Larissa, Felipe, Maíra, Taise, Daniel, Thiago e Etienne.

Aos meus pais, Wilson e Valdira e meu irmão Renan que estão sempre presentes, sendo porto seguro e mola propulsora ao mesmo tempo. Forneceram toda minha estrutura e os meios para toda a minha caminhada.

E meu “muito obrigada” à Deus, por toda a luz e a presença constante na minha vida.

RESUMO

O presente trabalho busca estudar a relação entre a produção alimentar e o consumo. A base teórica para a discussão são os princípios da economia social e solidária, da agroecologia, da segurança e soberania alimentar e da agricultura urbana (peri e intra). Para isso trabalhamos com agricultores periurbanos e urbanos, consumidores e comerciantes de Cianorte e de Aubière, os quais entendemos como a base desta relação. Através das informações coletadas nestes dois trabalhos de campo, estabelecemos uma comparação entre eles, no sentido de extrair informações qualitativas que possam ser complementares para o desenvolvimento do circuito curto de comercialização de alimentos. Como conclusão observamos que para o fortalecimento da agricultura familiar e da soberania alimentar é necessário haver conscientização e organização da classe consumidora e não apenas dos trabalhadores agrícolas, bem como políticas públicas e projetos que não coloquem a produção agrícola (exportação) em detrimento da produção alimentar.

PALAVRAS-CHAVE

agricultura familiar; economia social e solidária; segurança e soberania alimentar; agroecologia; agricultura urbana e periurbana

ABSTRACT

This work studies the relationship between food production and consumption. The theoretical basis for the discussion are the principles of social and solidarity economy, agroecology, food sovereignty and security and urban agriculture (peri-and intra). For that worked with urban and peri-urban farmers, consumers and traders Cianorte and Aubière, which we understand as the basis of this relationship. Using the information gathered in both field studies have established a comparison between them in order to extract qualitative information which may be supplementary to the development of short circuit food marketing. In conclusion we note that the strengthening of family farming and food sovereignty is needed awareness and organization of the consumer class and not just agricultural workers, as well as public policies and projects that do not put agricultural production (exports) at the expense of food production .

KEYWORDS

family agriculture; social solidarity economy; food security and sovereignty, agroecology; peri-urban agriculture

RÉSUMÉ

Cet travail étudie la relation entre la production et la consommation alimentaire, en utilisant comme base théorique les principes de l'économie sociale et solidaire, l'agroécologie, la souveraineté et la sécurité alimentaire et l'agriculture urbaine (péri-et intra). Par conséquent, on travaille avec des agriculteurs sur les zones urbaines et péri-urbaines, les consommateurs et les commerçants, à Cianorte et à Aubière, lesquels nous considérons comme les acteurs de base de cette relation. En utilisant l'information recueillie dans les deux études sur le terrain, on a établi une comparaison entre eux afin d'en extraire des informations qualitatives qui peuvent être complémentaires au développement de la commercialisation des produits alimentaires à court-circuit. En conclusion, nous constatons que le renforcement de l'agriculture paysanne et la souveraineté alimentaire est nécessaire, prise de conscience et d'organisation de la classe des consommateurs et pas seulement que les agriculteurs, ainsi que des politiques et des projets publics qui ne mettent pas la production agricole (exportations) au détriment de la production alimentaire.

MOTS-CLÉS

l'agriculture paysanne; l'économie sociale et solidaire; sécurité et la souveraineté alimentaire, l'agroécologie (biologique) et l'agriculture péri-urbaine et urbaine

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Produção Orgânica em Cianorte-PR com proteção de uma parede de vegetação.....	43
Figura 2 Paisagem homogênea com produção de milho	43
Figura 3 Agricultura urbana com árvore frutífera e mandioca	53
Figura 4 Pomar em residência da Vila Rural.....	54
Figura 5. Plano de ação do programa Fome Zero, iniciado em 2003.....	55
Figura 6: Estrutura de ação inter-setorial de promoção à Segurança Alimentar à exemplo de 2012.	57
Figura 7. Programa Francês pela Alimentação	60
Figura 8: Funcionamento do <i>Teikei</i>	76
Figura 9: Diferença entre a venda direta e a distribuição de mercado.	76
Figura 10: Estrutura rural no meio urbano	83
Figura 11: Esquema das pressões exercidas sobre a agricultura periurbana	87
Figura 12: Horta urbana	88
Figura 13: Agricultura urbana sem diversidade.....	88
Figura 14: Horta Comunitária, porém com trabalho individual	89
Figura 15: Deslocamento humano para abastecimento e circulação de alimentos	91
Figura 16: Recorte espacial da área de estudo com os pontos marcados à campo.	94
Figura 17: Esquema de organização da feira de Cianorte	95
Figura 18: Esquema de compra direta através de programas públicos.	96
Figura 19: Esquema de fornecimento de alimentos aos estabelecimentos comerciais.....	97
Figura 20: Venda direta na propriedade.	97
Figura 21: Comércio ambulante de alimentos.	98
Figura 22: Comércio informal de alimentos em pontos estratégicos da cidade.....	99
Figura 23: Organização entre os produtores para o festival do morango.	99
Figura 24: Casal de produtores familiar ao lado do representante da prefeitura na agroindústria de embutidos	104
Figura 25: Representação da divisão administrativa de uma comuna em azul.....	108
Figura 26: Representação dos EPCI.....	110
Figura 27: Categoria administrativa dos <i>Pays</i>	111
Figura 28: Escalas dos atos jurídicos franceses.	112
Figura 29: Áreas com parque natural regional.....	113
Figura 30: Esquema das divisões de gestão políticas administrativas e de ação territorial na França.	114
Figura 31: Localização de Aubièrre e seu <i>canton</i>	115
Figura 32: Panorama de Aubièrre com cadeia montanhosa ao fundo.	116
Figura 33: Exemplo de contrato entre produtores e consumidores AMAP	122
Figura 34: AMAP de Aubièrre.	123
Figura 35: Número de AMAPs por região – até 12 de maio de 2010.....	124
Figura 36: Exemplo de pontos com hortas urbanas em Aubièrre	131
Figura 37: Os “ <i>jardins potagers</i> ” (hortas domésticas).....	132
Figura 38: Localização das comunas onde estão certas propriedades entrevistadas.....	134
Figura 39: Guia de associações de cidade de Clermont Ferrand, que inclui Aubièrre.	137

Figura 40: Delimitação das áreas comunitárias com concentração de hortas.....	140
Figura 41: Residências novas à direita, vizinhas das áreas coletivas de agricultura urbana.	141
Figura 42: Limite entre a área das hortas (à esquerda) e urbanização com estrada, estacionamento, casas e um centro comercial.	141
Figura 43: Indicação com nome da horta, hora pedagógica e grande terreno na horta urbana..	142
Figura 44: Infraestrutura das hortas e curso d'água Artiere	143
Figura 45: Hortas e agricultores	144
Figura 46: Exemplos de estabelecimentos que comercializam alimentos orgânicos.	145
Figura 47: Propaganda de produtos orgânicos em grandes supermercados.	146
Figura 48: Destaque para alimentos regionais e locais em loja especializada e em corredor de grande supermercado.....	147
Figura 49: Distribuição da feira pelas ruas de Aubière e classificação dos tipos de barraca. ...	151
Figura 50: Feira em dia ensolarado (acima) e em dia nublado nevando (abaixo).	152
Figura 51 Feira de Cianorte e sua classificação de produtos.	153
Figura 52: Origem dos alimentos nos supermercados.	157
Figura 53: Origem de nascimento, criação e abatimento da carne bovina em restaurantes.	158
Figura 54: Circuito longo de distribuição alimentar	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Quantidade de entrevistados de acordo com os municípios e as categorias.....	18
Quadro 2 Escolas da Agroecologia	36
Quadro 3 Características dos sistemas convencionais, de substituição de insumos e agroecológico	40
Quadro 4 Fatos históricos relacionados à discussão de Segurança e soberania alimentar e nutricional.	46
Quadro 5: Organização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	57
Quadro 6: Benefícios da Agricultura Urbana e Periurbana.	68
Quadro 7: Dificuldades da Agricultura Urbana e Periurbana.....	69
Quadro 8: Quantidade de varejos por setores.	120
Quadro 9: Consumo de carnes.	127
Quadro 10: Meio de comercialização usado na compra de carnes.	127
Quadro 11: Pontos de compra para queijos	128
Quadro 12: Motivos para a escolha do local de compra.	129
Quadro 13: Refeições externas por semana.....	130
Quadro 14: Alimentos mais consumidos.....	130
Quadro 15: Razões pela qual a alimentação pode variar.....	131
Quadro 16: “Comer bem” segundo a amostra de consumidores de Aubière.....	133
Quadro 17: Entendimento da expressão “comer bem” de acordo com cada grupo de entrevistados.	139

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Cianorte	78
Mapa 2: Expansão Urbana de Cianorte.....	84
Mapa 3: Fluxos de circulação de alimentos em Cianorte.....	93
Mapa 4: Esquema de uso do solo periurbano em Cianorte	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Movimentação de alimentos em Cianorte em porcentagem nas Unidades CEASA-PR90	
Gráfico 2: Diversidade produtiva dos agricultores feirantes de Cianorte	100
Gráfico 3: Diminuição das pequenas e médias propriedades na região de Auvergne.....	118
Gráfico 4: Produção agrícola de Auvergne por superfície agrícola útil.	119
Gráfico 5: Perfil de consumidores em relação à percepção de “comer bem”	133

LISTA DE SIGLAS

AMAP – Association pour le Maintien d’Agriculture Paysanne
AOP – Appellation d’origine Protégé
AU – Agricultura Urbana
AUP – Agricultura Urbana e Periurbana
CA- Communauté d’Agglomeration
CAN - Communauté d’agglomeration Nouvelle
CC – Communauté de Commune
CEASA – Central de Abastecimento Alimentar
CGSISAN - Coordenação-Geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNSA – Coordenação Nacional de Segurança Alimentar
CONSAD – Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento
CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CU- Communauté Urbaine
DHAA – Direito Humano à Alimentação
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPCI – Estabelecimento Público de Cooperação Intercomunal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP – Indication Géographique Protégé
INRA – Institut National de Recherche Agronomique
INSEE – Institut National de la Statistique et des Études Économiques
LOSAN – Lei Organica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PNA – Programa Nacional de Alimentação
PNR – Parc Naturel Régional
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAL – Superfície Agrícola Útil

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SESAN – Secretaria da Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. NOVAS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE.....	20
1.1 AGROECOLOGIA	29
1.2 SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR	45
1.3 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA	63
1.4 ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA.....	71
2. CIANORTE	78
3. AUBIÈRE	107
4. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CIANORTE E AUBIÈRE.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
ANEXOS.....	178
ANEXO A – QUESTIONARIOS E ENTREVISTAS EM CIANORTE	178
ANEXO B- QUESTIONÁRIOS DE AUBIÈRE.....	180

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge da continuidade do trabalho de conclusão de curso intitulado *Estudo conceitual sobre Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional e sua relação com o município de Japurá-PR* durante o ano de 2010, que por sua vez fez parte de um projeto maior o CONSAD Entre Rios (Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o Desenvolvimento), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no mesmo ano. Desta experiência surgiu a ideia de aprofundar o trabalho de diagnóstico de promoção à segurança alimentar e nutricional realizado na região.

A escolha de Cianorte, dentre os outros 33 da mesorregião Entre-Rios, deu-se pela maior proximidade com o município durante o projeto e pela existência de um cinturão verde de abastecimento, voltado à produção alimentar de abastecimento interno. Neste primeiro momento a ideia principal da pesquisa foi analisar a agricultura periurbana em Cianorte e suas relações com a segurança e soberania alimentar. Com o desenrolar das atividades de campo e dos estudos teóricos, despertou-se o interesse pelas relações entre a produção agrícola e o perfil do consumo alimentar, pois se entendeu que para trabalhar com um extremo (o produtor), dever-se-ia estudar também o outro (o consumidor).

A partir daí, com o surgimento de um convênio entre pesquisas realizadas no Brasil e na França e a inserção deste projeto dentro dele, os objetivos se tornaram maiores. Estendeu-se para um estudo que apresente as complementaridades entre Cianorte e Aubière, fazendo para isso, uma comparação entre eles, interessada em estudar a produção e o consumo alimentar e sua relação com o comércio direto e de proximidade, indagando a seguinte questão: A relação direta entre a produção e o consumo, através dos circuitos curtos, pode contribuir para o desenvolvimento local e sustentável?

Para tanto nosso principal objetivo é identificar os fatores/motivações que desenvolvem a relação direta entre produção e consumo alimentar e comparar os dois casos de estudo. Como objetivos específicos buscamos indicar o perfil da produção agrícola periurbana e o perfil do consumo alimentar em Cianorte e Aubière.

A pesar das diferenças históricas, culturais e de tamanho, Aubière foi o local escolhido para coleta de dados, devido à proximidade da área com o município onde eu estava acolhida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Agronômicas (INRA), ao seu tamanho reduzido, o qual facilitou a apropriação do conhecimento e o trabalho de campo num curto espaço de tempo. Além disso, a comuna de Aubière tem muitos migrantes portugueses que trabalham na

agricultura, sendo então a língua, outra característica facilitadora, que nos levou à esta escolha.

A metodologia usada não foi elaborada desde o princípio para ser um estudo comparativo, muito menos entre municípios de dois países diferentes. Portanto devem ser levadas em conta as diversidades e especificidades dos territórios sendo por isso, abordados de maneira específica e diversa, de acordo com os meios que possibilitam sua execução.

Do ponto de vista técnico e objetivo, seria mais viável de ser analisado um estudo comparativo de dois territórios de dimensões territoriais semelhantes, utilizando uma única metodologia, referente aos questionários, aos seus locais de aplicação, às formas de tratamento, e durante a mesma estação do ano, colhendo os mesmos tipos de dados, para então compará-los.

Porém, como trabalhamos com a qualidade contida nas informações também pensamos que seria um erro realizar entrevistas ou questionários que não extraíssem informações (qualitativas) úteis para a conjuntura de cada território.

Para a análise comparativa entre Cianorte e Aubièrre foi necessário realizar um levantamento de dados empíricos do comportamento da produção, consumo e comercialização que foram quantificados. Porém, considerando que a ênfase empírica sobre o comportamento quantificável ignora as experiências particulares dos agentes e do pesquisador, também utilizamos a qualidade das informações levantadas a partir de observações, conversas e entrevistas.

A pesquisa e a sua representação (empírico qualitativo e quantificado) encontram-se entrelaçadas e podem ser válidas desde que as descrições, explicações e observações não se confundam com a verdade universal, mas se coloquem na posição de convenções locais, principalmente se tratando de uma pesquisa cuja perspectiva comparativa é explícita, quanto ao objetivo geral, e implícita em relação às identidades e posicionalidades próprias de uma pesquisadora brasileira que também investiga um território estrangeiro.

Nesse sentido Gergen;Gergen (2006, p. 367), afirmam que *o campo da investigação qualitativa está repleto de entusiasmo, criatividade, eferverência intelectual e ação*, ainda que para certas circunstâncias e certas audiências, *possa ser mais convincente e mais funcional a linguagem estatística do que um estudo de caso, um poema ou um relatório auto-etnográfico* (GERGEN;GERGEN,2006, p.375).

Seguimos, portanto com os passos metodológicos da pesquisa:

- **recorte espacial:** para a seleção de áreas agrícolas utilizamos imagens satélites que permitiram efetuar a delimitação da área para o trabalho de campo, através da visão geral dos pontos de concentração de pequenas propriedades familiares e de agricultura urbana.

- **o questionário (em anexo):**

Utilizando do padrão aplicado no CONSAD (Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento), estabelecemos, em Cianorte, um questionário semi-estruturado, que possibilitasse um diálogo maior e que deixasse o entrevistado “livre”, apesar de guiado de acordo com objetivo de geral do conjunto de questões, aplicado durante a primavera e o verão de 2012.

Em Aubièrre, a estrutura manteve-se mais fechada, com poucas questões abertas, o que permitiu maior número de dados quantificados, porém, menor interação com o entrevistado. O questionário foi aplicado no inverno de 2013.

- **grupo de atores entrevistados:**

Em Cianorte pudemos realizar entrevista com gestores municipais (secretaria da agricultura, da assistência social e da educação) e da sociedade civil organizada (sindicato, presidente consea), população consumidora, produtores de alimentos, agricultores urbanos e restaurantes.

Em Aubièrre foram feitos questionários com consumidores na feira e com consumidores associados ao AMAP. Da mesma forma, deu-se com os produtores, incluindo uma entrevista com um agricultor urbano. Além disso, tivemos acesso à 2 restaurantes para questioná-los enquanto consumidores de matéria prima da agricultura e como comércio de alimentos também.

- **o local de entrevista:**

Em Cianorte foram realizadas entrevistas com a população, determinadas de acordo com os bairros da cidade. Já com os produtores, tínhamos meios para realizar entrevistas diretamente nas propriedades periurbanas encontradas, mais também no próprio ponto de comercialização direta, a feira.

Em Aubièrre, os consumidores foram abordados na feira e no AMAP, mas reconhecemos que também seria interessante questioná-los dentro dos supermercados ou próximos a eles. Os produtores, por sua vez, foram entrevistados apenas no local de venda, com exceção da AU, diferentemente de Cianorte, devida as condições de logística do trabalho de campo.

- **trabalho de campo**

Separados os grupos de atores interessados (produtores, consumidores e comerciantes), começamos o trabalho com os produtores de Cianorte, seguindo para os consumidores e comerciantes. Neste município, pudemos realizar entrevistas com pessoas chave do poder público local e membros da sociedade civil organizada. A partir daí, pudemos extrair conclusões prévias de acordo com cada grupo de atores, para então pensar na relação geral existente entre os município. A mesma lógica foi aplicada em Aubièrre, para que extraíssemos conclusões prévias de cada grupo, chegando à uma análise da comuna.

Local/quantidade de entrevistados por categoria	PRODUTORES	CONSUMIDORES	COMÉRCIO
Cianorte	20 (feira, nas propriedades)	33 (bairros)	6 (supermercados, restaurantes)
Aubièrre	15 (feira, AMAP, horta)	25 (feira, AMAP)	2 (restaurantes)

Quadro 1 Quantidade de entrevistados de acordo com os municípios e as categorias

- a análise:

as informações dos 3 atores estudados, nos 2 territórios abordados foram tratadas no software Sphinx Plus Léxica que quantifica a qualidade dos dados obtidos pelas entrevistas. Após esse tratamento, a análise levou em conta as observações colhidas à campo, os pontos de maior divergência e convergência e o contexto histórico de cada território, bem como suas realidades culturais, sociais, geográficas, dentre outras.

Além da parte final da análise ser pautada na amarração do contexto de Cianorte e de Aubièrre, buscando mesclá-las, ainda temos o referencial teórico que também se entrelaça com o empírico na dialética do teórico e o prático, que por vezes são observados e servem como exemplo da teoria.

A estrutura da pesquisa está dividida em quatro capítulos, sendo que o primeiro deles apresenta o referencial teórico que permeia toda a discussão emprírica e as considerações finais, o segundo capítulo aborda Cianorte mostrando suas características gerais, através de dados secundários, bem como dados colhidos à campo junto às entrevistas e questionários citados anteriormente. O mesmo será apresentado no terceiro capítulo, mas à respeito de Aubièrre.

Somente após a exposição da teoria que rege a pesquisa e o trabalho de campo das duas realidades em análise, será apresentado o trabalho comparativo no quarto capítulo e por fim as considerações finais.

1. NOVAS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE

Neste capítulo serão tratadas formas de desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e do território. Compreendemos que essas categorias fazem parte de um todo, o desenvolvimento local sustentável, e por isso interagem, porém serão divididas em quatro subitens para melhor estruturar o pensamento, facilitando a compreensão da escrita: Agroecologia; Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional; Economia Social e Solidária e Agricultura Urbana - AU.

Para dar início a esta dissertação partiremos da inerência à dinâmica global nas decisões políticas e econômicas, as quais interferem nas escalas locais, de forma subjetiva e objetiva, seja no contexto nacional brasileiro ou internacional, como no caso da França. Ou seja, tanto o Brasil como a França, atravessaram um período de mudanças no cenário que envolve a alimentação. A industrialização no campo, o uso de agrotóxicos, o êxodo rural, o crescimento urbano, o envelhecimento da população de agricultores e mesmo a criação de alternativas para essas transformações foram vividas pelos dois países, pois fazem parte de um contexto global, ainda que cada um com suas especificidades.

Lukács apud Moreira (2008, p.65) cita que

o singular não existe senão na conexão que conduz ao universal. O universal não existe senão no singular. Todo singular é universal, e todo universal constitui uma partícula, ou um aspecto, ou a essência do modo meramente aproximado.

Para ele existem mediações entre a universalidade dos processos e a singularidade da vida, às quais a ciência observa e retira da própria realidade, construindo a dialética do universal, do particular e do singular. A respeito destas mediações entre o universal e o singular, no modo de produção capitalista, que buscaremos discorrer nesta introdução.

Preocupamos-nos então em levantar essa influência, pois, é aceitável e facilmente visível compreender que sofremos interferências globais mesmo dentro dos nossos lares. Mas, por outro lado, existem dificuldades de nos inserirmos na escala global, como agentes transformadores, como sujeito ou objeto de ação. Enfim, é mais fácil nos vermos como cidadão brasileiro, paranaense ou cianortense reagindo à lógica capitalista do que nos vermos como participantes dela, direta ou indiretamente, por meio de acontecimentos globais com múltiplos efeitos locais esparsos pelo mundo.

Para Harvey (2005), um dos objetivos do capital é também de absorver a noção de cidadão que cada indivíduo possui. Dessa forma, não seriam capazes de se organizar e assim, gerarem uma revolução.

Muitas vezes as ferramentas do capital, usadas para a transformação da estrutura social, tanto no campo como na cidade, não apresentam resultados imediatamente visíveis, e esta seria a intenção. Além disso, a estratégia de invisibilidade do capital, segundo Santos (1979), seria voltada à atuação em projetos aparentemente isolados, mas que visam sempre à aceleração, à modernização e o rompimento de fronteiras.

Se no começo, os países desenvolvidos interviram nas ideologias, métodos de produção e cultura do consumo sem grandes problemas, hoje, os países em desenvolvimento perderam a credibilidade nessas “exportações do primeiro mundo”. Porém, algo novo e mais sutil foi planejado para que se infiltrassem. A respeito disso, Santos (1979) chamou de “novo cavalo de Tróia”, o qual está associado ao capital privado de empresas transnacionais, mas que já não é mais novidade, e, portanto, não é recebido com surpresa e passivamente, mas sim por movimentos organizados (sociedade civil, universidade, MST, ONGs...) antagônicos a tais poderes de dominação.

Wallerstein (2001) ao discutir a transição do feudalismo para o capitalismo chegou ao que se denomina de sistema-mundo, o qual utiliza a ideologia do progresso para justificar todas as ações tomadas nesse novo modelo. Dentre elas estão inclusas as diversas técnicas e tecnologias utilizados no produtivismo agrícola, que se pautam na justificativa de ofertar alimentos à crescente população mundial.

Para Oliveira(2011), “acabou aquele tempo em que se plantava para o próximo, pois o capitalismo vai jogando tudo para o circuito mundial”, ou seja, o sistema capitalista valoriza a produção em massa, uma sociedade que consuma em massa e que por isso fragiliza as relações locais de produção, venda e consumo.

Não só a agricultura rural tem sofrido com os impactos do capitalismo e globalização, de acordo com Ferreira e Castilho (2007), como também a produção agrícola no espaço urbano demonstra sinais das interferências dos modelos globais. A agricultura urbana acaba sendo moldada pelo interesse da acumulação do capital no processo de globalização, que ao mesmo tempo em que busca integrar os espaços, acaba criando, contraditoriamente, territórios ilhados uns dos outros, o que para Dias (1998) é considerado uma multiplicidade indefinida dos espaços sociais e não apenas um espaço social.

Uma estratégia sobre o planejamento capitalista, segundo Santos (1979), é evitar aparecer como um conjunto global e coerente de empreendimento. Ações isoladas podem parecer inofensivas, mas, quando consideradas no seu conjunto, deixam claras as consequências perniciosas que envolvem.

As formas, bem como a estrutura, o processo e a função são categorias da mesma sociedade global, as quais considerando as condições históricas facilitam a expansão do capital. “Em cada momento histórico as novas formas representam o modo usual de produção. Mas é a formação socioeconômica que lhes dá sua significação real - concreta dentro do sistema” (SANTOS, 1979, p.200). Quando a evolução da formação socioeconômica é governada por agentes exógenos e sem a participação do povo envolvido, a estrutura que prevalece não será a da nação, mas sim a estrutura global do sistema capitalista que está a serviço do modo de produção dominante em detrimento da formação socioeconômica local. “Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial” (SANTOS, 1979, p.202).

Um exemplo desta totalidade fortemente difundida em todo o mundo, foi a chamada Revolução Verde que instaurou novas formas de produção, e implantou novos objetivos aos agricultores. PINHEIRO et. al., (1993) contextualiza a situação que favoreceu a transformação para produção agrícola dependente da indústria de agrotóxicos e de outros produtos agrícolas, sistematizando a hierarquia dominante dos países desenvolvidos (que ofertam produtos industrializados e demandam manufaturados). Dentre os estímulos que fizeram os países em desenvolvimento acatarem tal oferta (de agrotóxicos, maquinários...), o principal foi a ambição de elevar as exportação, o modelo agroexportador.

Outra relação das transformações da agricultura com as políticas e acontecimentos globais é, segundo Nishiyama (2003), que embora o modelo agrícola tradicional básico já tivesse sido implantado nos EUA desde a década de 1930, acredita-se que a tecnologia da indústria de agrotóxicos foi o das sobras dos estoques dos químicos usados na Segunda Guerra Mundial e que deveriam ser vendidos. Para a introdução deles, foram omitidos os efeitos destrutivos de tais produtos e sua função de armas de guerra e, ao mesmo tempo, acabaram enaltecendo as funções da produtividade em larga escala e o combate à fome.

Para Sorj, et al. (1977) a industrialização da agricultura não se constitui apenas de ferramentas e insumos na produção agrícola, mas por aprofundar a divisão do trabalho, a agricultura acabou se convertendo num ramo produtivo que compra insumos e vende matérias primas para os outros ramos industriais.

Também sobre a Revolução Verde, Santos (1979) destaca que sua popularização se deu através do apoio publicitário que mascarou os efeitos nocivos dos produtos químicos agrícolas e ainda propagou seus diversos “benefícios” referentes ao aumento da produtividade.

Por outro lado Santos (1979) ressalta os interesses implícitos desta revolução nos países subdesenvolvidos: uso intensivo de produtos importados; transtorno dos processos de comercialização; monopólio de importadoras/exportadoras; desorganização do padrão da propriedade da terra; desenvolvimento de estradas vicinais para acentuar a integração necessária a economia capitalista mundial em expansão; modificação do padrão de consumo e divisão do trabalho, além de metamorfosear o valor de uso em valor de troca.

De acordo com o documentário “O veneno está na Mesa” de Silvio Tendler (2011) a política de créditos agrícolas se deu com o objetivo de garantir a compra de insumos e equipamentos agrícolas. Na verdade o financiamento do dinheiro público foi, praticamente, uma transferência de forma indireta na conta das empresas estrangeiras que vendiam tais tecnologias.

Para Santos (1979) existem outras intenções por de trás da “ajuda” financeira dos programas oficiais de empréstimo aos pequenos proprietários de terra, mascarados pelo pretexto de comprar sementes, adubos, agrotóxicos e equipamentos, além de modernizar a comercialização e a administração, em prol do abastecimento alimentar, combate à fome e a pobreza rural. O autor afirma que o verdadeiro objetivo “é modernizar a economia rural, aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura” seguida de uma modificação na propriedade da terra, que é uma modificação na forma jurídica e espacial. “Na verdade, tais programas não fazem senão ajudar os já favorecidos” (SANTOS, 1979, p.190).

Oliveira (1991) revela que a fusão da indústria com a agricultura é uma junção contraditória, historicamente, já que o mesmo capitalismo que as separou, também foi capaz de uni-las. Esta unificação, segundo Oliveira (1991), está sendo possível porque o capitalista também se tornou proprietário das terras, o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, muitas vezes, exclusivamente voltado à indústria.

Segundo Pinheiro et. al (1993) as ações de grandes indústrias como a Bayer e Monsanto são estratégicas, planejadas e agem em parceria com empresas como *Shell* e *Esso*. Transformam petróleo em agrotóxico, o qual por sua vez vira comida. Começam produzindo agrotóxicos e estes interferem no meio de produção, que altera a qualidade dos alimentos e do meio produtivo, mas, ao mesmo tempo em que acabam com um modelo tradicional de produção já se programam para lançar novos insumos, para daqui vinte anos, que irão promover a agroecologia, a qualidade de vida, a saúde e a preservação ambiental. Tudo como uma jogada estratégica de adaptação da economia capitalista, que cria o problema já

desenvolvendo uma solução, sendo tanto o “problema” quanto a “solução”, fontes de lucro para tais empresas.

Para que estas grandes indústrias citadas se mantenham e dominem o mercado global é necessário que, além da frequente adaptação da produção-circulação-consumo, estejam armadas em defesa às críticas de oposição, as quais, normalmente, vêm das universidades. Porém, podemos perceber que estas críticas acabam sendo dribladas com a ajuda dos próprios membros do meio acadêmico, os quais recebem financiamentos para pesquisas e bolsas de estágios e aos poucos se inserem no discurso projetado em defesa às ações destas corporações.

Pinheiro (2012) afirma que em 1968 houve uma campanha mundial contra os agrotóxicos, liderados pelas próprias indústrias que manipulavam as opiniões e detinham tecnologia voltada para produção de agrotóxico. É contradição do capitalismo que se apropria de um discurso contrário à suas ações concretas. Segundo o autor, a ‘Revolução Verde’ da África está sendo feita por Kofi Ananm, Bill e Melinda Gates, Fundação Rockefeller e a EMBRAPA.

As relações que usam da influência política e poder econômico para acordos de favorecimento individuais são raramente deflagrados na mídia, e quando citados, costumam ser negados até que os fatos caiam em esquecimento social.

Por outro lado, Oliveira (2011) discute que apesar das influências capitalistas globais intrínsecas no modo de agir e pensar, “nosso inimigo mora ao lado, se o perigo fosse só os estrangeiros já teriam caído com a crise nos EUA e Europa. Não só as empresas estrangeiras são referência de dominação, transformação, introdução de novas maneiras de se produzir, destruição daquilo que existia anteriormente no local, desenvolvimento de termos punitivos de troca, que reorientam o comércio rural para uma rede mundial” (MCCALL, 1977; apud. SANTOS 1979, p. 191), mas também as empresas do nosso país podem atuar desta maneira. Portanto, não é a nacionalidade que define o perigo, mas o conjunto de toda a economia que obriga e é obrigado a mudar, quando se trata do capital globalizado.

Oliveira (2011) aponta um truque usado pelos detentores do poder através da mídia, em que eles soltam uma notícia num jornal popular de massa. Este é segundo o autor o ‘factóide’, que foi o caso, por exemplo, da estrangeirização da Amazônia dissipada para driblar a ‘esquerda’ do foco da questão da reforma agrária. Quando isso ocorre “a ‘direita’ vibra porque a ‘esquerda’ não dá mais atenção a outros fatos”.

Para Harvey (2005) as tecnologias, a publicidade e o marketing não são coisas exclusivas do capital e se os movimentos sociais se apropriassem disso, ascenderiam. Pelo

contrário, o capitalismo publiciza a informação sobre os movimentos sociais como se fossem desarticulados e terroristas, generalizando-os com um intuito destrutivo.

É nesse sentido que o Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização (NEMO) da Universidade Estadual de Maringá, no qual se insere esta pesquisa, vem trabalhando com a perspectiva de produzir e divulgar vídeos de cunho político e social sobre diversos temas, não somente relacionados com a segurança e soberania alimentar, que são de fácil acesso dentro deste novo espaço conquistado de militância: a internet.

Com referência nas estratégias capitalistas citadas anteriormente em alterar o mecanismo de produção, desabilitar a função social da terra, manipular informações e se adaptar às novas demandas, podemos entender que a organização e as transformações do espaço agrícola no Brasil, bem como no Paraná, não são casos isolados, mas compõem a lógica existente na época e ainda hoje.

Dias (1998) aponta que antes da implantação do modelo de modernização da agricultura no Brasil foi necessário a criação de empresas que difundissem os pacotes tecnológicos, dessem assistência técnica e informassem sobre o crédito rural. Entre elas EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Essa mudança na base técnica é conhecida como a fase da “modernização da agricultura”. Na França, fala-se da “Primeira revolução agrícola”, sucessora da revolução industrial e por isso leva este nome. Com o processo de implantação da monocultura já instaurada, inicia-se, então, a chamada “Segunda revolução agrícola”, também conhecida como “Revolução Verde”.

No Brasil, essas duas fases de transformações da agricultura chegaram na mesma época e por isso, entendemos como Revolução Verde, tanto o avanço das fronteiras agrícolas com a implantação na monocultura e na tecnologia de equipamentos, como a inserção da indústria química neste setor (BAUD, et al. , 2008).

Já nos anos 2000, a revolução passa a ser pautada na oposição à estas formas de produzir, que degradaram o meio ambiente, destruíram florestas, prejudicaram a qualidade do ar, da água dos rios, dos solos e subsolos, geraram êxodo rural, transformando a relação e a força de trabalho em relações meramente capitalistas. À essa nova fase de revolução agrícola, dá-se o nome de “Revolução Duplamente Verde”.

A revolução industrial no Brasil se iniciou no fim do século XX, trazendo, além da devastação gerada principalmente pelo plantio de variedades exóticas como o café e cana de açúcar, também a subsequente instalação da capacidade de produção de alimentos em larga escala. A esta altura, os europeus já haviam adquirido a capacidade de produzir derivados industrializados do milho e cacau, por exemplo, e assim

elementos da biodiversidade sul-americana já haviam se tornado consagrados como alimentos (SALAY, 2005, p.31-32).

No trecho anterior Salay (2005) afirma outras consequências da modernização da agricultura para o Brasil, estas são referentes à implantação das variedades de plantações exógenas devido à necessidade de produzir em larga escala os alimentos valorizados pelo mercado externo.

Quando Schwarcz (1997, p.7) cita o provérbio árabe: “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais, explica que certos ditos, pretensamente ingênuos, fazem mais do que simplesmente dispor sobre o óbvio; muitas vezes anunciam tendências”. Podemos refletir acerca da agricultura nesta mesma linhagem de pensamento. Todas as citações anteriores comentam e explicam as transformações do espaço agrícola e agrário, com base num contexto global de novas técnicas de produção que favorecem a criação de novos meios de se investir capital em produtos de países desenvolvidos. Com isso, chamamos atenção à palavra “convencional”. Se num primeiro momento, antes da inserção destas novas práticas, a agricultura convencional era referente às técnicas de pouca interferência e equilíbrio do meio, por um trabalho manual e humanizado, hoje, passou a ser considerada como uma agricultura que depende de produtos, sementes e métodos produzidos pela indústria. É nesse sentido que a agricultura se ajusta mais ao tempo em que se encontra do que aos termos e conceitos, pois estes tomam novos sentidos a cada época, a cada contexto do capital. Da mesma forma, os jovens agricultores, já não se parecem tanto com seus pais, mas com seu tempo, pois, grande parte deles, desejam fazer parte da sedutora vida “urbana, moderna e feliz”.

Ao tratar do êxodo do campo, da industrialização das atividades agropecuárias e, conseqüentemente, da proletarização do trabalhador rural, (MOREIRA apud RECLUS, 2008, p.28) comenta que:

a indústria vai (...) desalojando plantas e homens de seus nichos geográficos para pôr no seu lugar suas formas de ocupação do espaço. E assim, proletarizar o camponês, ao tempo que comercializa suas terras (...), empobrecendo o homem e a natureza num mesmo movimento.

Dessa forma, notamos outra estratégia do período de modernização, cujo objetivo era reestruturar o espaço agrícola nos moldes agroindustriais, sendo para isso, necessário persuadir os pequenos agricultores a financiarem equipamentos caros, que não deram retorno

financeiro esperado, os levaram a falência e os obrigando a vender ou arrendar suas terras, tornando-as concentrada em poder de poucos.

O crédito agrícola foi essencial no processo de modernização tecnológica da agricultura e na consolidação do complexo agroindustrial, por se constituir em um instrumento de articulação e convergência entre os proprietários rurais, as indústrias fornecedoras e processadoras da produção agrícola, os capitais urbanos com interesses na agricultura e com a especulação de terras, os bancos e o Estado (NISHIYAMA, 2003, p.41).

Em um breve histórico sobre a política envolvida na questão agrária e a regularização da concentração de terra no Brasil, Oliveira e Faria (2009) apontam que a partir da Constituição de 1934 passaram a se estabelecer limites para a extensão da propriedade privada. Em 1931 Getúlio Vargas deu a legalidade às terras apossadas sem registro; em 1934 foi permitida a posse de até 10 hectares; em 1946 até 25 hectares; em 1967 subiram para 100 hectares; em 1988 até 50 hectares; porém os imóveis públicos deixavam de ser adquiridos por usucapião. Mas, no entanto, muitas legitimações de posses têm sido feitas até 100 hectares em terras devolutas baseadas na Lei nº 6.383 de 1976 (OLIVEIRA e FARIA, 2009).

Em 2005, já no Governo Lula, foi permitido o título de terras de 500 hectares na Amazônia Legal; em 2008 o Governo alterou para 1500 hectares e em 2009, novamente elevaram a área permitida para propriedade privada no Brasil para 2500 hectares (OLIVEIRA, 2011).

Art. 29 - O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até **100 (cem) hectares**, desde que preencha os seguintes requisitos: I - não seja proprietário de imóvel rural; II - comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano (BRASIL, Lei 6.383,1976).

No trecho a seguir, Reclus (105-1908) destaca as transformações ocorridas a partir da propriedade privada da terra. Se de um lado, com o a concentração em larga escala, latifúndios, perde-se o convívio com a terra e segrega a sociedade entre possuidores e desprovidos, de outro, com a fragmentação em diversas propriedades menores pode-se haver uma relação mais íntima entre homem-terra, devido contato estabelecido de forma direta e a vivência cotidiana com o trabalho rural. Relações comunitárias entre ser humano – meio- ser social, na lógica capitalista.

Um profundo conflito então se instala: a instituição da propriedade privada muda as formas comunitárias de relação do homem com a terra, (...) o *latifundium*, em sua essência, traz fatalmente consigo a privação da terra para a maioria: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada (RECLUS, 1905-1908, p.300).

Castelo Branco e Alcantara (2011) ressaltam que somente com a legalização da posse da terra (número de matrícula) é permitido acessar recursos financeiros para produção agrícola. Porém, este auxílio poderia ser mais útil, se de fato, permitisse liberação de crédito em prol da autonomia produtiva de cada propriedade e não financiamento para dependência de insumos que se tornam essenciais à produção a partir da modernização agroindustrial.

Por fim, quanto as transformações referentes aos meios de produção alimentar, Oliveira (2011) destaca que não podemos deixar que a luta contra o agronegócio e a luta pela agroecologia substitua a luta pela reforma agrária, pois isso é o que os políticos de direita, os latifundiários e os proprietários ilegais desejam: mudança no foco da discussão e da luta.

A partir de todo essa discussão, percebemos que o processo de transformação da economia capitalista, inserido no contexto da produção e do consumo de alimentos, está diretamente ligado à preocupação com a alimentação sadia e segura e à valorização da agricultura limpa, justa, descentralizada e autônoma. Ou seja, a agroecologia e a segurança e soberania alimentar caminham juntas em diálogo à uma economia que valorize o capital social e que atribua valor ao meio ambiente, os quais estão, constantemente, à par da economia tradicional de mercado.

Portanto, a economia solidária entrará neste capítulo para tratar, principalmente, do consumo consciente e ações de cooperação, pois estes são aqui interpretados como meios de fortalecer e manter o homem no campo, sua produção com qualidade e atingir o mercado consumidor consciente do que está consumindo e valorize o que está por de trás de todo este processo produtivo.

Além disso, a agricultura urbana se insere neste conjunto teórico, por um lado com atividade de revitalização de áreas urbanas abandonadas, ou por inclusão social, lazer e recreação, ou pelo fornecimento/suplemento alimentar de comunidades carentes, ou pela formação de consumidores conscientes, possibilitando o contato com a atividade agrícola mesmo fora do meio rural.

1.1 Agroecologia

Este sub-item irá tratar de algumas leituras das ciências agrônômicas, das ciências jurídicas e da área da saúde coletiva que discutem as variações produtivas, e o processo de desenvolvimento das mesmas - do nascer da agricultura até as produções transgênicas e com dependência de agrotóxicos e fertilizantes (Revolução Agrícola, Revolução Verde) e, por sua vez, da chamada Revolução Duplamente Verde. Neste sentido, questionamos certas práticas e ideologias da agricultura convencional, que na agroecologia são trabalhadas de maneira ambientalmente sustentável, socialmente justa, economicamente viável e positiva para a saúde de todos envolvidos.

Mesmo com base em trabalhos científicos de áreas afins, buscamos pautar a reflexão em alicerces geográficos. Desta forma, não serão detalhadas as técnicas agrícolas, os tipos de doenças existentes nas plantas e nos homens, as composições químicas de agrotóxicos e suas repercussões, as formas de recuperação de solos e plantas, os processos jurídicos para chegar à legislação atual, as defasagens da lei e etc., mesmo que sejam discutidos de forma sucinta no decorrer do texto.

A agricultura surge no neolítico quando os homens passam a sobreviver não mais da coleta e da caça, mas, sobretudo da cultura produtiva e criação de animais, devida sua sedentarização. A partir da adoção econômica à aos processos produtivos começamos a falar então de produtividade agrícola estruturadas em um sistema de culturas. É nesse período, no final do século XVIII, no contexto da primeira Revolução Industrial que encontramos as palavras intensificação, mecanização, monocultura e fertilizantes na chamada 'Primeira Revolução Agrícola' (BAUD; et. al, 2008).

Na segunda fase da revolução agrícola, também conhecida como Revolução Verde, se criou durante a década de 1960 as plantas híbridas, geneticamente modificadas, com alto rendimento aos investidores, ocasionando a queda no orçamento do pequeno agricultor dentre tantos outros inconvenientes já citados no capítulo introdutório.

Hoje, por outro lado, à medida que são descobertas as desvantagens do sistema vigente podemos propor algo para superá-lo. Nesse sentido, Baud et. al (2008) define a terceira fase da revolução agrícola como a “Revolução Duplamente Verde”, a qual concilia o aumento dos rendimentos, principalmente ao agricultor familiar, a proteção do meio ambiente, adaptação ao local, desenvolvimento de regiões mais pobres e a prática social e coletiva. Ou seja, ela propõe não somente o verde do dólar, mas também o verde da natureza e das lavouras.

Neste contexto que a agroecologia vem para contribuir com uma produção diferenciada da dita convencional. Antes de discutirmos seus conceitos teóricos e suas ramificações, serão feitas certas convenções de termos, infelizmente, ainda muito vistas e usadas na agricultura dita como “moderna”: agrotóxicos, defensivos agrícolas, pesticidas, fungicidas, acaricidas, produtos fitossanitários, agroquímicos, entre outros, que podem ou não mascarar seus efeitos nocivos de acordo com o termo usado.

No Brasil, a Lei nº 7802 considera que os agrotóxicos são:

... os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, **a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.** (BRASIL, 1989. Grifo nosso)

Segundo tal definição, o intuito do agrotóxico é de proteger a flora ou a fauna de seres prejudiciais a elas, mesmo que para isso necessite alterar sua composição. Porém, como podemos notar essa é uma definição com base na agricultura, hoje dita como convencional, que possui herança da tecnologia de guerra desenvolvida na 2ª Guerra Mundial, mas que passa a ser encarada, de forma positiva, à medida que é tida, de forma errônea, como a única maneira de se produzir alimentos para a crescente população mundial.

Também a respeito da nomenclatura existente para se referir aos produtos químicos utilizados nas lavouras Nishiyama, (2003) questiona alguns deles, pois afirma que os termos ‘praguicidas’, ‘pesticidas’ e ‘defensivos agrícolas’, ‘produtos fitossanitários’ e ‘agroquímicos’ mascaram e/ou omitem os danos gerados à saúde humana e ao meio ambiente. Passa-se a ideia de apenas exterminar doenças, insetos, pragas e fungos, sem risco ao homem. Para Chaboussou (2006), originalmente não existia a palavra agrotóxico e era usada a palavra pesticida, entretanto ele afirma ser correto o uso do termo agrotóxico criada por A.Paschoal em 1975.

Em Cianorte, uma produtora de hortaliças orgânicas nos conta sobre as orientações de vocabulário que teve durante um curso de produção sem agrotóxico:

o nosso professor disse pra gente que essa palavra ‘veneno’ não existe. Ele disse: “você nunca usem essa palavra ‘veneno’. Você devem usar a palavra ‘defensivo’. Você risquem essa palavra do caderninho, não

existe veneno no seu vocabulário”. Daí a gente gravou muito bem na memória que num podia (Entrevistada M., 2011)

Ela refere-se às recomendações passadas pelos professores do curso de produção orgânica de alimentos. No caso, a restrição de uso do termo veneno foi dada apenas às pessoas que concluíram o curso e que mudaram sua produção, de convencional pra orgânica. Dessa forma, eles usam a palavra veneno ou agrotóxico somente quando se referem às produções vizinhas, onde não é usado o chamado ‘macerado’.

Uma das técnicas de proteção contra as pragas, citada anteriormente, é a produção do chamado ‘macerado’, que consiste numa mistura de plantas e ervas como os vários tipos de pimenta, a samambaia (*Pleopeltis pleopeltifolia*), a erva de santa bárbara (*Barbarea Vulgaris*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), a cebolinha (*Allium fistulosum*)... que, depois de cozidas e extraída sua essência, são pulverizadas nas hortas. Esse processo nem sempre tem a intenção de matar os pulgões e outras pragas, mas sim de espantá-los. A agricultora M (2011) explica que: “é bom que num mata as pragas, significa que num mata a gente também”.

Outra alternativa citada para produzir sem agrotóxicos é utilizar a própria praga: assim como a tiririca (*Cyperus rotundus*) destrói uma horta, também pode servir para ajudá-la, pois segundo M (2011) pode-se usar a ureia natural da planta para favorecer o crescimento das folhas de verduras.

Eu colho a tiririca no quintal do meu pai, que mora na cidade, e ferve ela na panela. Faço um cozido, depois eu tenho que coar e no dia seguinte eu pulverizo as verduras. E eu vejo diferença, fica tudo mais molinha. É diferente de usar a ureia em veneno e a natural, além disso, diziam os professores, que pode dar uns três tipo de câncer (Entrevistada M, 2011).

À respeito das mudanças na forma de produzir alimentos, nas técnicas agrícolas disseminadas aos agricultores familiares pelos agrônomos, às quais conflitam com os conhecimentos tradicionais populares, o professor Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado (2006) cita em sua apresentação do livro de Chaboussou (2006), sobre a teoria da trofobiose¹, que

¹ Teoria que se baseia na simbiose da nutrição entre 2 sujeitos. Aplicada à agricultura convencional, esta teoria busca provar que a aplicação de pesticidas aumenta a vulnerabilidade das plantas, atraindo mais pragas, e que dessa forma demande uso mais intenso de agrotóxicos. Isso geraria um ciclo proporcionalmente crescente. Da mesma forma, condena os fertilizantes artificiais, pois explica que o excesso de nutrientes também quebra o equilíbrio da natureza e atrai certos fungos e pragas que consomem o excedente de uma planta.

existiam certas pragas que conviviam bem com as plantas, de acordo com a técnica usada. O problema surgiria com a utilização excessiva de produtos químicos:

diferentes tratamentos convencionais, antes de controlar parasitas (...), provocam uma perturbação na fisiologia das plantas trazendo, em consequência, o agravamento do problema inclusive, transformando em parasitas seres que, antes, mantinham um convívio harmônico com as plantas. São como chamou o autor, as doenças que iatrogênicas, isto é, doenças provocadas pelo uso de supostos remédios (MACHADO, 2006, p. 13).

Para o agrônomo e botânico, considerado um dos pais da agricultura orgânica, Howard (2007) as plantas só são atacadas por fungos e insetos quando estão doentes ou quando são cultivadas incorretamente. Dessa forma tais pragas não são, originalmente, as responsáveis pela destruição de plantações, mas sim os ‘excessos’ de ‘cuidados’ ou a falta deles. Além disso, segundo Ecobichon (1996), mesmo que com a especificidade do alvo de cada agrotóxico, desenvolvida pela indústria química do pós-guerra, as espécies não alvo são afetadas com frequência.

Dentre as espécies não alvo citadas por Ecobichon (1996), está a espécie humana que sofre com o manuseio e ingestão desses produtos tóxicos. Essa discussão vem ganhando forças em relação aos efeitos dos transgênicos repercutidos à saúde da população.

Nesse sentido, é comum observar anúncios de agroquímicos em revistas voltadas à produtores rurais, como no caso da “Revista A Granja”, à qual indica o uso de insumos tidos como naturais e orgânicos, desfazendo alusão ao risco de intoxicação humana. A exemplo, temos o Nemout, Compost-Aid (ambos para o aceleração da compostagem do solo), Soil-Set (fertilizante foliar), Crop-Set (aumenta as divisões celulares da planta e com isso aceleram o crescimento) que estão certificados pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD). . As vantagens apresentadas na revista são que a nova certificação busca ajudar ainda mais os produtores brasileiros interessados na agricultura orgânica, já que os alimentos tratados com esses produtos se encaixam nessa categoria. E, além disso, o selo permite exportação para o Japão, Estados Unidos, Canadá e integrantes da Europa, o que fortalece ainda mais o uso destes produtos para e exportação “orgânica”. (A Granja, 2012). Podemos verificar que as empresas que produziam agrotóxicos durante a Revolução Verde, hoje, buscam dissipar a imagem de uma agricultura limpa, ecológica e saudável, através de uma nova linha de ‘produtos orgânicos’ industriais. Ao mesmo tempo, elas não escondem a

preocupação e o incentivo à exportação das lavouras que acabam usando essa nova geração de produtos, ditos “orgânicos”, a fim de continuar vendendo e lucrando.

Seguindo a Teoria da Trofobiose de Chaboussou, uma planta só será atacada por um inseto, fungo, ácaro, microorganismo ou bactéria quando tiverem em sua seiva o alimento necessário à eles. E quando a planta recebe o tratamento inadequado, com excesso de substâncias de alta solubilidade, elevará a produção de aminoácidos livres que alimentarão as pragas. Ou seja, são utilizados produtos nas plantas para que elas superem seu valor nutritivo e acabem atraindo doenças e pragas, dessa forma, posteriormente, vão utilizar mais produtos para “curá-las” desse mal planejado. Com isso as empresas agrícolas que fabricam adubos, fertilizantes e agrotóxicos lucram, à custa, de uma falsa ideia da necessidade de consumir algo antinatural, para prover algo natural, o alimento. Esta é a lógica capitalista de produzir algo (alimentos) que consuma mais produtos (agrotóxicos, fertilizantes, sementes), que gere problemas (saúde, solo, água) a serem solucionados com a compra de outros produtos e equipamentos (remédios, insumos, maquinário) e assim por diante.

A exemplo deste segmento de produção e reprodução de capital, através da mercadoria alimentos com intervenção do governo, temos dados do IPARDES durante as safras de 1967, cujos os créditos rurais poderiam ser pagos até a safra de 1984/1985 e um dos aspectos importantes para esse fornecimento de crédito era “a obrigatoriedade do uso de insumos moderno”, numa proporção de 15% dos recursos obtidos, contrapondo-se aos apontamentos da agroecologia e da teoria da Trofobiose.

Chaboussou (2006, p.216) compara os princípios de duas formas de exercer a agricultura; a clássica que assegura: “Minha planta cresce bem, porque não está doente”; enquanto diametralmente oposta está a agricultura biológica que diz: “Minha planta não está doente porque cresce bem”. A partir dessas frases podemos avaliar que de acordo com a agricultura convencional o que importa é a aparência de uma planta sadia, portanto, o advérbio *bem* é utilizado no sentido de *muito*. (Minha planta cresce muito, porque com os produtos utilizados não existem pragas e sua aparência é boa). Por outro lado, a agroecologia afirma que se, primeiramente, houver um cuidado com a sanidade da plantação, e isso implica não usar agrotóxicos, ela crescerá bem, no sentido de saudável (Minha planta não está doente porque cresce no seu ritmo, com os nutrientes necessários, com sua imunidade alta e com qualidade para ser consumida).

Portanto,

(...) os parasitas não atacam as plantas cujos sistemas nutricionais estejam equilibrados (CHABOUSSOU, 2006, p.12), mas (...) todos

agrotóxicos, sejam minerais e, com mais forte razão orgânicos, sejam fungicidas, inseticidas ou acaricidas, penetram mais ou menos nos tecidos das plantas (...) e, portanto agem sobre seu metabolismo. (CHABOUSSOU, 2006, p.108).

O enfoque científico da agroecologia, tanto teórico como prático, deve permitir uma análise crítica da agricultura convencional, que compreenda as razões da insustentabilidade da Revolução Verde e que oriente o adequado manejo dos agrossistemas na perspectiva sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

Por esta razão, a agroecologia tem em seus princípios novas bases para a produção agrícola, as quais não substituam um produto industrial tóxico por outro denominado orgânico. Comprova-se que não é necessário ficar na dependência de sementes transgênicas e insumos químicos para se produzir alimentos. “Em resumo, tudo leva a crer que sem nenhuma intoxicação, o fungo parasita morre simplesmente de inanição” (CHABOUSSOU, 2006, p.76), só é necessário criar uma planta sadia.

Para Caporal e Costabeber (2002) as orientações e pretensões da agroecologia vão muito além dos aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção. São dimensões mais amplas e mais complexas que incluem tanto as variáveis econômicas, sociais, ecológicas, como as variáveis culturais, políticas e estéticas.

Souza (2006) aponta a associação mais comum à agricultura orgânica: a de não utilizar agrotóxicos. Entretanto, por conta disso, a agricultura orgânica representa, para alguns, um retrocesso das práticas antieconômicas, produção de subsistência em pequena escala e uso de métodos ultrapassados. Por isso, Souza (2006) ressalta que apesar de não utilizarem produtos químicos, os agricultores orgânicos utilizam práticas muito eficientes do passado e também métodos modernos que buscam como principal objetivo a exploração econômica à longo prazo e a manutenção sustentável do agrossistema, ao contrário da exploração econômica imediatista e inconsequente.

A redução do uso de agrotóxicos, portanto, nos traz à discussão de diferentes tipos de agricultura, que agem em prol da sustentabilidade. Podemos chamá-las de ramificações em escolas da ciência agroecológica: Agricultura Orgânica, Agricultura Biológica, Agricultura Ecológica, Agricultura Natural, Agricultura Biodinâmica e Permacultura.

	Surgiu por volta de 1930, na Índia, pelo fundador foi Sir Albert Howard e foi aperfeiçoado por Lady Eva Balfour. Dentre as
--	--

<p>Agricultura Orgânica</p>	<p>diversas técnicas de manejo orgânico, a principal característica desse movimento é o processo “<i>Indore</i>” de compostagem. Howard mostrou que um solo provido de altos níveis de matéria orgânica assegura uma vida microbiana intensa e rica, pela qual a nutrição e a sanidade das plantas são plenamente atendidas e os alimentos produzidos são de alto valor biológico.</p>
<p>Agricultura Biológica ou Agrobiológica</p>	<p>Surgiu na França, na década de 60, e seu formador foi Claude Aubert. Distingue-se das demais, por recomendar o uso de rochas moídas como fertilizantes e por adotar a posição de que a resistência das plantas ao ataque de predadores e patógenos e, portanto, a sua saúde e vigor. São determinadas pelo equilíbrio nutricional ou desequilíbrios provocados por agroquímicos (Teoria da Trofobiose).</p>
<p>Agricultura Ecológica ou Agroecológica</p>	<p>Surgiu nos Estados Unidos na década de 70. Os iniciadores deste movimento foram William Albrecht, Stuart Hill e Fritz Schumacher. Incorporam neste movimento idéias ambientais e sociais na agricultura, preocupando-se não somente com a produção, mas também com a “ecologia” do sistema de produção. Este sistema tem como características a busca na equidade da distribuição de renda e bens, adaptação da agricultura ao ambiente e às condições sócio-econômicas, redução do uso de energia e recursos externos à propriedade, diversificação de plantas, animais e do uso do solo, redução de custos e eficiência econômica dos pequenos e médios agricultores, além de promover um sistema agrícola diversificado e potencialmente resistente.</p>
<p>Agricultura Natural</p>	<p>Surgiu no Japão, na década de 30, e seu fundador foi Mokiti Okada. Este orientava não movimentar o solo; que todos os restos de culturas e palhadas fossem feitos, unicamente, à base de vegetais, sem o uso de esterco animal. Hoje os adotantes desse sistema de cultivo utilizam microorganismos efetivos (EM), aplicados ao solo, nas plantas para prevenção de</p>

	problemas fitossanitários ou para ser empregado como adubo.
Agricultura Biodinâmica	Surgiu na Alemanha, em 1924, e seu fundador foi Rudolf Steiner. A biodinâmica trabalha a propriedade como um organismo, onde o todo reflete o equilíbrio de suas partes. Assim, trabalha as relações existentes entre solo, planta, animal, homem e universo, e as energias que envolvem todos. As técnicas são semelhantes à agricultura orgânica, com exceção de um preparado biodinâmico e a adoção de um calendário agrícola, baseado nas fases da lua ao redor da Terra.
Permacultura	Surgiu na Austrália, na década de 70. Seus fundadores foram Bill Mollison e Dave Hoemgren. A permacultura defende a adoção do sistema agro-silvo-pastoris, sendo especialmente adequados à regiões de florestas tropicais e subtropicais. Não permite nenhuma intervenção no solo, não utiliza adubação mineral e nem compostos orgânicos. Alterna o cultivo de gramíneas com leguminosas, deixando sempre uma palhada sobre o solo pelo manejo de ervas infestantes, através de roçados.

Quadro 2 Escolas da Agroecologia
Fonte: Souza (2006)

Além dos apontamentos em favor da agricultura sustentável, Caporal e Costabeber (2002) chamam a atenção para a dialética existente entre a cultura humana e o meio ambiente na agroecologia:

...suas bases epistemológicas mostram que, historicamente, a evolução da cultura humana pode ser explicada com referência ao meio ambiente, ao mesmo tempo que a evolução do meio ambiente pode ser explicada com referência à cultura humana (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p.14).

Caporal e Costabeber (2002) reforçam que a Agroecologia não pode ser confundida com um “estilo de agricultura”, nem como “um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente amigáveis”, e mesmo que forneça princípios para uma agricultura de base ecológica não deve ser confundida com algumas correntes da agricultura ecológica como a agricultura orgânica, pois a execução dessas práticas não abordam e enfrentam todos os problemas existentes na dimensão da sustentabilidade.

Freitas (2011, p.30) ainda afirma que existem grandes preocupações de que os agricultores produzam suas próprias sementes, pois “nas indústrias de sementes as plantas são

cruzadas entre si para serem uniformes e, por isso, não têm muitos genes de defesa”, para isso o Banco Ativo de Germoplasma preserva mais de 200 espécies de sementes chamadas ‘crioulas’. Apesar disso, segundo o autor, existe a preocupação de também trabalhar com agricultores que não produzam com base agroecológica, mas que sinalizem interesse e aos poucos insiram em suas propriedades práticas de redução de impactos nocivos ao meio e ao homem.

Para Pesson (1980), a sociedade hoje vive em uma prova olímpica, cheia de disputas e corridas para se manter, durar e vencer na vida capitalista. Vencer neste sentido, significa ter acesso à tudo, e essa facilidade de acessar os variados produtos capitalistas para o consumo é que causam danos, hoje notáveis, ao homem e à plantas. Neste sentido, o autor compara os dois elementos:

Admite-se, de muito bom grado, que o homem “que nada lhe falte” sofre, hoje, diversas afecções, que têm origem num excesso de bem estar (excesso de carne, gordura, açúcar, álcool, de fumo e, mesmo, excesso de medicamentos), mas também num excesso de estresse ou de estímulos (excesso de barulho ou de agitação, excesso de automóvel ou TV). (...) nesses jogos olímpicos da agricultura industrial, as plantas cultivadas são superalimentadas, (...) mas às vezes, o campeão quebra antes da prova (...) (PESSON, 1980. p.24).

A mesma pressão exercida aos homens, cheia de estímulos que intensifiquem o funcionamento e o aproveitamento, também são encontrados nas plantas, às quais são preparadas para serem reproduzidas em grande quantidade, em áreas extensas, geograficamente diferentes e com adição de muitos produtos químicos. Além disso, existe outra disputa envolvendo homem (agricultor) e planta (alimento), que no caso se estabelece através do mercado.

A concorrência na produtividade de orgânicos x convencionais se estende ao consumidor à medida que existe uma inevitável comparação de produtos, cuja aparência se mantém relevante. O entrevistado B (2011), ex-produtor de hortaliças orgânicas, explica os motivos que o levaram à retomar a lavoura convencional com agrotóxicos:

A intenção era sair do agrotóxico, produzir um alimento mais limpo. Eu tenho até vontade de voltar, mas sei lá, precisa fazer uma boa propaganda aqui em Cianorte pro povo comprar, porque se não fica difícil, dá mais trabalho e o preço é o mesmo.

Segundo Pinheiro (2012) hoje para produzir orgânicos, precisa-se pagar um certificado que pode custar até 25 mil dólares, dificultando muito a certificação da atividade, ou desestimulando a produção agroecológica.

Para a produtora de orgânicos M (2011) a explicação da preferência por produtos orgânicos em Cianorte é explicada da seguinte maneira:

meus clientes são na maioria mulheres de médico. Pessoas que já tiveram uma doença já, e que foram tratados e curados, mas vão na minha banca ou me ligam e pedem pra levar: couve, alface, almeirão , repolho , chicória, rúcula...tudo o que eu tiver, levo tudo encomendado. Ali elas pegam e num querem saber se ta feia, se ta pequena...elas tem conscientização (...) as pessoas inteligentes falam assim: eu quero essa aqui que é mais miudinha, pequenininha e tem uns furinho de bicho (Entrevistada M, 2011).

Ademais, a concorrência, nesse caso, ultrapassa a classe dos produtores que exercem sua função de comerciantes na feira. Os supermercados são fortes concorrentes de hortaliças e frutas, principalmente em dias de “feirinhas” cujos preços são extremamente baixos, porém os produtos têm sua qualidade questionada pelos feirantes, que dizem não ser produtos frescos.

Eu só vendo na feira e na merenda escolar. Se eu trabalhar no mercado, não vou ter tempo pra feira. A escala deles é muito alta e pagam pouco, além disso, tem que dar um dia de brinde. Você entrega 30 dias pra eles e um dia você tem que entregar de graça. A feira compensa muito mais (Entrevistado B, 20011).

Além do excesso de trabalho, a remuneração oferecida pelos supermercados não é satisfatória e não garante o auto-sustento familiar, nem a produção sustentável, pois, incentiva o produtivismo facilitado pelo uso de agrotóxicos e outros insumos, que muitas vezes têm seu período de carência infringido. Se 20 dias são necessários para produzir alface com agrotóxico, por exemplo, e mais 10 dias de carência para garantir a não intoxicação ao ingeri-lo, mas os supermercados exigem que a entrega se antecipe, muitas vezes a ética não falará mais alto que o capital e os produtos chegarão ao supermercado conforme a demanda, mesmo arriscando algo ainda pouco estudado pela ciência: as consequências deste tipo de intoxicação feito em doses homeopáticas, porém cada vez mais frequentes.

No quadro seguinte Souza (2006) compara as características dos sistemas: convencional, de substituição de insumos e agroecológicos, como forma de apontar e orientar ações do processo de conversão para agroecologia. Além disso, expõe de forma clara o

processo de transição dos dois extremos, não confundindo agroecologia com uso de insumos orgânicos.

CARACTERÍSTICAS	SISTEMA TÉCNICO		
	Convencional	Substituição de Insumos	Agroecológico
Dependência de petróleo	Alta	Alta	Baixa
Necessidade de mão de obra	Baixa (mão-de-obra contratada)	Baixa (mão-de-obra contratada)	Alta (mão-de-obra familiar e da comunidade)
Intensidade de Manejo	Baixa	Baixa-Média	Mais complexa
Intensidade do Cultivo	Alta	Alta a baixa	Baixa
Diversidade de Plantas	Baixa	Baixa	Alta
Cultura/Varietade	Anuais/Híbridos	Anuais/híbridos ou de polinização aberta	Anuais e perenes, cultivares regionais
Fonte de sementes	Todas compradas	Compradas	Algumas produzidas pelo agricultor
Integração (animais e vegetais)	Nenhuma	Pouca (esterco)	Alto grau de integração
Pragas	Muito imprevisível	Imprevisível	Mais estável
Manejo de insetos	Químico	MIP, biopesticidas, algum controle biológico	Cultural e biológico
Manejo de vegetação espontânea	Químico, cultivo	Novos herbicidas biológicos	Competição, rotação de cultura
Manejo de Doenças	Químico, resistência vertical	Antagonistas, resistência vertical, novos cultivares	Rotação, resistência horizontal, diversos cultivares e consórcios
Nutrição de plantas	Química, aplicação concentrada, sistemas abertos	Biofertilizantes microbianos, fertilizantes orgânicos, sistemas	Reconstrução da biologia (vida) do solo, sistemas

		semi-abertos	semifechados
Importância da decomposição e da ciclagem de nutrientes	Baixa	Baixa a média	Alta
Manejo de água	Convencional, irrigação em grande escala	Irrigação por gotejamento	Irrigação artesanal e comunitária, culturas de sequeiro, matéria orgânica e coletores de água
Resposta do sistema a perturbações	Pobre, alto risco	Pobre, alto risco	Resistente, resiliente, compensatória, menos riscos
Geração de tecnologia	Autoritária (de cima para baixo), importada	Autoritária (de cima para baixo), importada	Participativa, local, <i>farmer first</i> (agricultor em primeiro lugar)
Delineamento da pesquisa	Agronômica convencional	Agronômica convencional	Pesquisa participativa
Inserção no mercado	Total: compra de insumos, venda de produtos	Total: compra de insumos, venda de produtos	Vendas variáveis, menos compra, mais auto-suficiente
Necessidade de capital	Alta	Mais alta	Baixa
Produtividade da terra	Baixa à média	Baixa à média	Alta
Produtividade da mão-de-obra	Muito alta	Alta	Baixa a média
Retorno do investimento	Alto a baixo	Alto a médio	Alto
Rentabilidade líquida	Alta a baixa	Baixa a média	Variável
Riscos para a saúde	Altos	Médios a baixos	Baixos
Danos ambientais	Altos	Médios	Baixos

Quadro 3 Características dos sistemas convencionais, de substituição de insumos e agroecológico
Fonte: Altieri (2002) apud Souza (2006).

Como dito anteriormente, as consequências para a ingestão desta nova produção de alimentos tecnológicos e mecanizados desde a agricultura, processados em indústrias, vendidos em redes de supermercados e preparados em micro-ondas, são desconhecidas. A sociedade moderna, cada vez mais urbanizada e distante da agricultura se acostumou a ingerir, e digerir esta forma hegemônica de dominação da cadeia produtiva alimentar, muitas vezes inquestionável.

Evangelista (2005, p.328, grifo nosso) explica que o “nível máximo de uso de agrotóxico nas plantas, sem reação **acentuada**” é chamada de tolerância. Esta dose máxima de agrotóxico diário “ingerido diariamente, por toda vida, **parece** não oferecer risco à saúde, à luz dos conhecimentos atuais”, os quais, segundo o próprio autor são raros ou inexistentes, o que implica no obscuro desconhecimento das consequências ao homem.

No Brasil, poucos são os estudos realizados na área de intoxicações por agrotóxicos que se arrisquem a projetar algumas estimativas, devido aos problemas com a falta de registro ou ainda sub-registros de informações como a mortalidade e morbidade. De maneira geral, também não há um programa de controle eficiente de vigilância em áreas rurais (CÂMARA e COREY, 1995), o que também não é muito analisado em outros países.

Outra crítica realizada é referente à conduta dos pesquisadores na área agrícola é que de:

Modo geral, nossos cientistas debruçam-se sobre o estudo de determinada praga ou doença, pesquisando profundamente aspectos específicos e fazendo um controle com o objetivo de eliminação do parasita. Talvez fosse aconselhável uma análise mais ampla, holística, a começar pelo equilíbrio metabólico e pelas necessidades nutricionais da planta” (CHABOUSSOU, 2006, p. 15)¹

Quanto à ciência e sua formação específica, afunilada, cada vez mais conhecedora de pouco e menos conhecedora de tudo, com problema na escala mais ampla, (PESSON, 1980, p.24) afirma: “O próprio agrônomo, que deveria ser médico generalista de sua cultura, consulta o edafólogo, o climatologista, o geneticista”. Dessa forma ele levanta uma crítica à falta de conhecimentos amplos, que possam indicar técnicas agrícolas que não comprometam outros seres ou elementos envolvidos nessa atividade.

Para Chaboussou (2006) a fitiatria estaria no mesmo ponto em que a medicina, se ela negligenciasse as eventuais repercussões de um antibiótico ou cortisona, no organismo de um paciente. Os médicos devem reconhecer que, se a eficácia de um medicamento só é dada após

testes em animais, eles ignoram quase completamente os efeitos dos agrotóxicos no homem. Além disso, o autor levanta uma crítica à postura multilateral e omissa dos fito-farmacêuticos, agrônomos, uma vez que são os mediadores entre as indústrias fabricantes de agrotóxicos e os usuários agricultores. “Só vemos um meio para eles saírem desta posição subalterna: mudarem de objetivo” (CHABOUSSOU, 2006, p.319).

Se por um lado a ciência critica a própria ciência como é ou fora feita, por outro ela também avança em discussões como à respeito da agroecologia que é defendida como ciência por ser:

um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios conceitos e metodologias que nos permitem estudar e avaliar agrossistemas. Os agrossistemas são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p.14).

Na agricultura urbana também existe questionamento das formas de produção e alternativas utilizadas para fertilização e tratamentos. Segundo Santos (2011) na agricultura urbana, controlar as pragas não é uma tarefa muito difícil, devido ao tamanho da área, que permite o trabalho manual (capinação). Esta é a prática mais usual, porém sabe-se do uso de agrotóxicos e do uso de técnicas naturais de controle de plantas daninhas. Como fonte de adubo, Santos (2011) cita a utilização do lixo doméstico na forma de compostagem, a adubação verde como consórcio e também uma outra prática muito comum antigamente nas cidades; o uso do estrume de animal, reduzido, proporcionalmente ao desuso do animal como meio de transporte e o crescimento de veículos motorizados.

Saindo um pouco das análises teóricas de discussão, partiremos para exemplos do concreto. Como exemplo de aplicação de conscientização social para a valorização da agricultura familiar, da agroecologia e da segurança e soberania alimentar, o município de Ouro Verde-SC tem um projeto que aproxima os estudantes dos colégios até as propriedades rurais que fornecem os alimentos para merenda. Lá, os estudantes conhecem a produção do alimentos que consomem na escola, discutem a agroecologia e também constroem um biodecompositor junto com os produtores. Com isso o município minimizou o problema da coleta de lixo com a prática de uso deste biodecompositor.



Figura 1 Produção Orgânica em Cianorte-PR com proteção de uma parede de vegetação
Fonte: ICERI, 2012.



Figura 2 Paisagem homogênea com produção de milho
Fonte: ICERI, 2012.

Considerando a afirmação de Souza (2006) quanto à problemática da monocultura para a quebra do equilíbrio ecológico e à susceptibilidade da lavoura aos seus inimigos naturais, podemos perceber como a diversificação da paisagem no meio agrícola é importante. Manter áreas de refúgio fora da área cultivada, não utilizar o solo de forma intensiva,

intercalá-lo com corredores de refúgio e controlar a vegetação ocorrente dentro das áreas cultivadas são ações de estabilidade para o agrossistema e redução de problema com doenças e pragas sem fazer qualquer uso de agroquímicos.

Outra consequência da monocultura é a uma grande alteração da paisagem agrícola entre a produção em larga escala, de *commodities*, voltada ao mercado de exportação e a agricultura familiar, principalmente quando agroecológica. Para melhor entender tais transformações discutiremos a paisagem, que de acordo com Suertegaray (2001), pode ser entendida como:

um conceito operacional, ou seja, um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja o da conjunção de elementos naturais e tecnificados, sócio-econômicos e culturais. (...) poderemos concebê-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização). Não necessariamente entendendo forma–funcionalidade como uma relação de causa e efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Nela poderão persistir elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificializada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifestada (SUERTEGARAY, 2001).

Da mesma forma que Suertegaray (2001) discorre sobre o conceito de paisagem, na figura 2 podemos demonstrar que a monocultura, bem como o nome diz, é contraditória à diversidade produtiva do uso do solo e também à presença do homem no espaço rural. Estas consequências são entendidas como a materialização das condições sociais, manifestadas pelas condições econômicas, políticas e culturais estabelecidas. Trata-se de um espaço que já fora natural, mas passa a ser ocupado por elementos muito tecnificados, cuja presença humana é percebida nos objetos inanimados como poste de eletricidade, estrada, tratores...

Thomaz Jr. (2006, p.107, grifo nosso) também faz apontamentos à transformação da paisagem frente à grandiosidade do agronegócio. “Em lugar do que tinha, o que se tem é a substituição crescente por soja, algodão e milho para exportação, demarcando paisagens características da monocultura, tais como mar de soja, colchão de plumas (algodão), deserto verde (eucalipto), mar de cana”.

Apesar da agricultura por si só, já transformar a paisagem, na produção familiar, agroecológica e agroflorestal, percebemos uma amenização dos impactos, sejam nas esferas, ambientais ou sociais.

Essas diversas técnicas parecem explicar (...) os resultados de que se orgulham tanto os agrobiologistas: técnicas brandas e pouco onerosas, resistência das plantas às pragas e doenças, superioridade do valor nutricional excelente saúde do rebanho e até do homem (CHABOUSSOU, 2006, p. 309).

1.2 Segurança e Soberania Alimentar

Bem como discorrido anteriormente, com relação aos agrotóxicos, o tema da Segurança e Soberania Alimentar também gera uma discussão perante sua terminologia. Segurança Alimentar, ou Soberania Alimentar? Neste sentido, faremos um breve histórico da origem destas preocupações e os posteriores conflitos que surgiram.

Faremos uma recapitulação dos fatos que levaram à evolução conceitual de Segurança Alimentar e Nutricional, mesmo não sendo o objetivo deste trabalho, uma vez que já fora realizado durante o anterior trabalho de conclusão de curso em Geografia no ano de 2010, mas que consideramos importantes para a composição deste item.

Período	Fatos históricos que relacionados à Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional
1798	Thomas Malthus incentiva a redução da população como medida da diminuição da pobreza.
1914-18	1ª Guerra Mundial- surge o conceito de segurança alimentar voltado à segurança nacional.
1917	Revolução Russa - luta por pão , paz e terra.
1933	<i>Welfare state</i> – trabalho, créditos rurais, previdência social e cupons de alimentação para famílias pobres.
1939-45	2ª Guerra Mundial - dominação por meio de alimentos, estratégia militar.
1946	<i>Geografia da Fome</i> de Josué de Castro coloca o tema como questão política.
Anos 70	Revolução Verde

Anos 80	Ampliação do conceito. Inclusão do problema de acesso e não só produção
1993	Mapa da Fome (IPEA) /proposta de Política Nacional de SAN/ criação do CONSEA
1994	1ª Conferência Nacional de SAN
1996	Conferência Mundial de Alimentação – discute o papel do Estado e a articulação com a sociedade
2003	Fome Zero- Implantação do Bolsa Família e do MESA (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome)
2004	2ª Conferência Nacional de SAN – inclui-se o respeito à diversidade cultural, sustentabilidade social, econômica e ambiental
2006	Sancionada a Lei Orgânica da SAN no Brasil
2010	Promulgada emenda constitucional de inclusão da alimentação aos direitos sociais

Quadro 4 Fatos históricos relacionados à discussão de Segurança e soberania alimentar e nutricional.

Organização: ICERI, 2013.

A definição mais utilizada para o termo Segurança Alimentar, no Brasil, é referente à garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento da pessoa humana. Ela foi gerada por representantes do governo em conjunto com a sociedade civil durante a criação do documento brasileiro para a Cúpula Mundial de Alimentação. Após o debate entre diversos países da Cúpula Mundial, composta por uma série de visões e interesses divergentes e conflitantes, o termo passa adquirir outros sentidos que ampliam seu significado como a sustentabilidade social, econômica e ecológica.

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso de alimentos de qualidade em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no hábito de se

alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem se quer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (MALUF e MENEZES, 2008).

Através da redefinição de Segurança Alimentar e Nutricional houve a inclusão de novas perspectivas, que buscam um significado mais amplo e abrangente que devam ser trabalhadas e vistas de forma conjunta e articulada com as demais para atingir seu sentido pleno para garantia das condições necessárias para produção de alimentos de forma saudável, sustentável e autônoma pelos agricultores, camponeses e familiares que vivam e trabalhem em um território nacional e que dessa forma não permita a vulnerabilidade alimentar de sua população, temos, então, a Soberania Alimentar.

O termo Soberania Alimentar surge da ação política de enfrentamento às formas de produção imperialistas e neoliberais de alimentos em espaços marcados pela fome, extrema pobreza, exclusão, controle e dominação. Para Thomaz Jr. (2006), além de visar a necessidade humana de se alimentar, analisar a qualidade dos produtos, os objetivos e pressupostos de produzir e consumir (visando reais necessidades) e abastecer os mercados consumidores próximos às áreas de produção, deve garantir o acesso à terra, à água, à biodiversidade e às sementes. É por isso uma temática que também abarca a identidade de classe do trabalho em contraposição ao fetiche das estruturas dominantes do capital.

Enquanto o modelo dominante, também denominado de agricultura industrial, está referenciado na monocultura, nas grandes extensões de terra, nas práticas predatórias dos recursos naturais e de uso intensivo de substâncias químicas (agrotóxicos, fertilizantes, corretivos, insumos sintéticos), e sementes geneticamente modificadas, o modelo da Soberania Alimentar contrapõe-se e defende uma mistura de práticas de conhecimento tradicional e agricultura sustentável de base agroecológica. Portanto o inimigo é o modelo (THOMAZ Jr., 2006, p.110).

Uma crítica à esquerda do governo petista argumenta que o conceito de Segurança Alimentar surge, articulado pelo Governo, para manipular e substituir o conceito de Soberania Alimentar, ou seja, é uma tentativa de tirar do centro de discussão a dominância do capital e desarticular ações contra as desigualdades.

Quando associamos o conceito de soberania alimentar ao conceito de segurança alimentar afirmamos que para se garantir o acesso aos alimentos adequados e saudáveis temos

que garantir a autonomia de um povo e a defesa de modelos de produção, comércio e consumo de alimentos que sejam justos e compatíveis com os direitos fundamentais dos povos de uma nação.

Burkhard (1984) destaca que com a crescente industrialização dos alimentos, tornam-se assustadoras a discrepância entre quantidade e qualidade; superalimentação e desnutrição. A respeito das revoluções do conhecimento na ciência, das mudanças produtivas até o estudo das relações entre alimentação e a saúde, Salay (2005) denomina de Revolução dos Alimentos Funcionais, que discute além dessa relação saúde/alimentos, as mudanças climáticas, as transformações da vegetação, a extinção de espécies com a produção de alimentos.

Segundo Salay (2005), nos tempos atuais da economia globalizada, os modelos de produções e os acordos comerciais de livre comércio interferem em questões de Segurança e da Soberania Alimentar e Nutricional. Para isso, a FAO sugere que os países tenham maiores preocupações e confiabilidade com as informações da composição dos alimentos e com os aspectos da diversidade cultural nos hábitos alimentares. Com isso, Salay (2005) propõe uma tabela brasileira de composição de alimentos que permita divulgar o conhecimento já obtido acerca da qualidade, dos hábitos, costumes, propriedades nutricionais e locais de acesso, que permitam educar nutricionalmente a população.

(...) o conhecimento da composição dos alimentos constitui-se em ferramenta imprescindível para os países, para o alcance da **segurança alimentar e nutricional**, uma vez que serve como informação básica para a **educação nutricional**, para o controle de **qualidade e segurança** dos alimentos, para avaliação e adequação da ingestão de nutrientes por indivíduos e população. É, sem exagero do termo, uma questão de **soberania alimentar**, pois fornece o domínio sobre o conhecimento dos alimentos consumidos pela população, sendo que muitos deles são **patrimônio nacional**, porque nativos, de elevado valor nutricional e fazem parte de hábitos culturais da população. (SALAY, 2005, p.17, grifo nosso)

Nos estudos a respeito da formação de 'gêneros de vida', estabelecido por Vidal de La Blache, são identificados setores fundamentais de sobrevivência humana, como habitação, vestuário, armamento e alimentação. Esta última, por sua vez, tem destaque, pois, é vista como:

o regime mais sobressalente desses aspectos essenciais conferidos pelos gêneros de vida às civilizações. Forma mútua de relação de adaptação ambiental, mais tenaz e mais permanente que outras (...), o regime alimentar não está sujeito como aquelas outras a modificar-se pela

influência dos intercâmbios comerciais. (...) o regime alimentar se firma e se entranha no temperamento do homem do homem pelo hábito, a ponto de se tornar um crítico de classificação das civilizações (MOREIRA, p.68, 2008).

À respeito do hábito alimentar brasileiro e dessa construção influenciada, historicamente, Algrante (2010), conta que houve muita resistência dos portugueses à culinária colonial e, portanto, vieram para o Brasil muitas embarcações de alimentos à base de trigo, vinho e azeite (...) tudo o que fosse transportável, em termos de comida foi introduzido na América”. Mas com as guerras holandesas, as embarcações cessaram e para não passar fome, os hábitos imperiais foram substituídos.

A substituição de hábitos alimentares é também discutida, na França, por Poulain (2005) que aponta razões das mudanças desde os tempos de guerra, quando a alimentação era restrita, principalmente à batata, até as crises da “vaca louca”, das plantas geneticamente modificadas (OGMs) e da comida industrializada.

Por isso, dentre outros motivos, Algrante (2010) afirma que comida é política pura. Para a autora, essa questão política da alimentação não está voltada apenas à forma de produção agrícola, mas também por meio de receitas, pois, se pode extrair muito delas: diferenças sociais, hábitos, crises econômicas, conflitos e alternativas para sanar a fome. Da mesma forma, Moreira (2008) explica que o complexo alimentar é um sistema centrado na diretoria dos povos, no conjunto dos alimentos e no preparo nutritivo. Com isso, cada regime alimentar combina um alimento a uma cadeia de alimentos complementares necessários à sobrevivência do homem. Nesse sentido, ROSE e d'ARCES (1957) afirmam que o conhecimento da alimentação adequada a cada raça, em função do trabalho específico é uma das bases da ciência.

A alimentação não é um tema supérfluo: a fome ainda está no centro das políticas governamentais. Comida não é só sustento, mas também diz respeito, estruturalmente, à organização social de grupo humano (ALGRANTE, p.80, 2010).

Ainda sobre o fator político da alimentação e ligado à organização social Dalsace (2010) afirma em seu filme “*Slow Food²- l'éloge de la lenteur*”, por meio da fala de Carlo

² Slow Food começou em 1986, na Itália, como uma associação ‘enogastronômica’ pelo ativista alimentar Carlo Petrini em apoio à uma boa comida, prazer gastronômico e à um ritmo de vida mais lento. Hoje o movimento visa a proteção dos alimentos tradicionais e sustentáveis de qualidade, dos ingredientes primários, na conservação de métodos de cultivo e processamento e na defesa da biodiversidade tanto de espécies cultivadas como silvestres, acreditando que alimentar-se é um ato agrário e consumidores

Petrini, diretor do movimento, que cada um de nós temos responsabilidade política no ato de consumir, nas escolhas do que ingerir. Portanto a discussão dos problemas da vida “fast” vão além da saúde de cada indivíduo, mas também interferem no território.

Para Burkhard (1984) a refeição é uma das bases da vida social, pois desde a antiguidade, divulgavam-se notícias, trocavam-se experiências e fechavam-se negócios à mesa. Dessa forma, as trocas sociais estão entrelaçadas com a alimentação e refeição, tanto na cultura, como na raiz da palavra companheiro (com = comum / pan = pão) sinalizando que em companhia a refeição é mais agradável.

Segundo Salay (2005) a colonização da América do Sul foi muito importante para as trocas culturais no que se trata de alimentação talvez o maior impacto sobre a biodiversidade sul-americana, e conseqüentemente sobre a cultura de alimentação dos povos colonizados e colonizadores, no período que se seguiu ao descobrimento da América.

No Brasil, Burkhard (1984) cita que a alimentação é resultado da fusão da cultura indígena, branca (principalmente portuguesa) e negra (escravos). Dentre eles, o índio brasileiro, como todo povo nativo, sabia aproveitar as fontes naturais do mundo vegetal e animal de forma sustentável. Não caçavam, extraíam ou pescavam nada além do necessário.

Para Goldberg (2000), dentre as principais motivações para a mudança dos hábitos e do consumo de alimentos saudáveis estão: a aparência, o sabor, a facilidade de consumi-lo e o preço.

O Brasil, assim como toda América Latina, vem atravessando uma fase de transição nutricional, criando um quadro preocupante em termos de saúde pública, com altos níveis de desnutrição energético-protéica, de carência de ferro, vitamina A e iodo. Ao mesmo tempo se observa um aumento significativo na porcentagem de indivíduos obesos e acometidos de doenças cardiovasculares, alguns tipos de câncer, hipertensão e diabetes, que também coloca em estado de alerta os profissionais ligados à saúde. Enquanto as carências estão ligados à pobreza e à falta de acesso a alimentos essenciais, as doenças do segundo grupo estão associadas ao excesso de alimentos ou à alimentação incorreta (SALAY, 2005, p.71).

Uma pesquisa elaborada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP-Piracicaba, com base pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE aponta que de 2002 para 2008, o consumo de hortaliças por pessoa no Brasil caiu de 29 kg/ano para 27,08 kg/ano, onde o sudeste

apresentou maior queda (menos 4,43 kg/ano), enquanto apenas o Centro-Oeste teve aumento de 3,38 kg/ano (EPAGRI, 2011)

Como fatores para os dados citados anteriormente temos “o aumento do número de refeições realizadas fora de casa, a falta de tempo, a elevação de renda, a presença mais ativa da mulher no mercado de trabalho e a demanda por alimentos prontos são possíveis explicações” (EPAGRI, 2011, p.9).

Analistas do Cepea também apontam que as frutas, de modo geral tiveram um aumento do consumo no Brasil e que é na classe média a maior expressividade de consumo tanto de frutas como hortaliças. Por outro lado, também salientam que a classe média é a maior parcela dos brasileiros, o que pode explicar a representatividade.” (EPAGRI, 2011,p.9).

Em 2008 a classe baixa consumiu 19 kg de hortaliças por ano e 17,3 kg de frutas, enquanto as classes altas consumiram 39,7 kg de hortaliças e 50,27 kg de frutas. Em termos regionais, o sul do Brasil é o campeão do consumo tanto em hortaliças quanto frutas, em comparação com a média nacional. Foram 36,53 kg de frutas consumidas em 2008 no sul do país e 38,6 kg de hortaliças, enquanto a média nacional foi de 28,86 kg de frutas e 27 kg de hortaliças.

A alteração do padrão de consumo alimentar tem resultados negativos para a saúde da população que passa a ingerir alimentos industrializados com maior frequência, e por outro lado, mesmo aqueles que consumam alimentos frescos, podem ingerir quantidades excessivas de agrotóxicos. É por isso então que, para não haver o dilema entre “comer frutas e hortaliças com agrotóxicos ou evitá-las?” e da mesma forma “valorizar a produção local ou cair no circuito global?”, propomos o casamento entre a melhora no padrão de consumo e também uma renovação na produção. Para isso acreditamos que a relação produção-consumo é uma aliança de transformação deste panorama.

Ainda sobre o consumo, segundo Evangelista (2005), diversos tipos de agrotóxicos provocam contaminações nos alimentos podendo transmitir-nos pelas vias respiratórias, dérmica e digestiva. Além disso, Evangelista (2005) aponta o desconhecimento científico sobre os efeitos danosos à saúde, mesmo que haja suspeitas muito negativas:

Por ausência de estudos, pesquisas e avaliações suficientes sobre a ação de pesticidas, nas diferentes idades, sexos e estados biológicos dos indivíduos, permanecem obscuras as consequências de grande parte de agressões orgânicas, geradas por pequenas e frequentes intoxicações, de sintomatologia silenciosa em sua maioria (EVANGELISTA, 2005, p.333).

Do ponto de vista da alimentação e nutrição, a intoxicação por ingestão de alimentos com excesso que agrotóxico pode romper o equilíbrio normal de processos alimentares e nutritivos, portanto, Algrante (2010) afirma que hoje o desejo é que se recuperem os hábitos do passado, o saudosismo de comer melhor. “Posso comer “fast food” ou “à kg”, mas o ideal é a “comida da vovó”, uma busca inconsciente de uma identidade que está na nossa cozinha”.

Cada vez mais, os hábitos alimentares da população se aproximam do padrão denominado de “**dieta ocidental**”, representado pelo consumo excessivo de alimentos ricos em gorduras, em especial as de origem animal, açúcares, alimentos industrializados e reduzido consumo de frutas, verduras e legumes e também leguminosas (feijões). A situação de **pobreza** tem levado as pessoas a adquirirem alimentos mais baratos, de baixo valor nutricional, e de alto valor calórico (...) que aliados a uma vida sedentária, têm contribuído para elevar as taxas de sobrepeso e obesidade e aumentar o risco de doenças crônicas (...) (SALAY, 2005, p.15, grifo nosso).

Da mesma forma que Algrante (2010) se refere aos hábitos alimentares, podemos também aludir às práticas agrícolas e à tendência de recuperar estas formas “antigas” e “nossas” de produzir. Neste caso, uma das alternativas criadas pelo Governo francês no final da década de 1950 foi a criação de uma política de valorização do patrimônio gastronômico ligados à região produtora, as chamadas “*Appellations d’Origine Contrôlée- AOC*”³.

Para evitar o consumo desenfreado de alimentos industrializados, que substituam uma alimentação saudável, a Lei nº 14423 de 02/06/2004 surge no Brasil em prol da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir das escolas. Busca-se incentivo à ingestão de alimentos saudáveis pela merenda escolar e pela educação alimentar. O art.2º §1º diz que “o estabelecimento alimentício deverá colocar à disposição dos alunos dois tipos de frutas sazonais, objetivando a escolha e o enriquecimento nutritivo dos mesmos”.

O art. 2º da Lei brasileira nº 11947 de 16/06/2009 ainda aponta as diretrizes da alimentação escolar, das quais destacamos a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, abordando o tema da alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da SAN e a diversificação de

³ que se traduz como "denominação de origem controlada", é a certificação concedida pelo Instituto Nacional de Origem e de Qualidade à certos produtos agrícolas de indicações geográficas que apresentem características peculiares, seja na espécie vegetal, clima, solo, técnica de cultivo ou tudo ao mesmo tempo. À exemplo desses produtos temos os vinhos, queijos, manteiga, carnes, mel, lentilhas e lavanda. A partir desses produtos locais e característicos, surgem também receitas específicas associadas diretamente ao ‘*terroir*’ (local).

alimentos e o incentivo ao consumo de produtos da agricultura familiar, comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes quilombolas.

Para o avanço nas conquistas em SAN, Salay (2005) afirma que ainda existe grande dificuldade quanto ao problema de divulgação das informações e resultados de pesquisas sobre a composição de alimentos, saúde, educação alimentar, e as políticas de envolvimento neste setor. Neste ponto, a autora questiona a relação entre ciência, comunicação e sociedade, pois afirma que a mídia exerce forte influência na tomada de decisões e estabelecimento de comportamentos e por isso deve servir para incentivar indivíduos a se alimentarem melhor e não apenas fazer propaganda e difundir informações que interessam os fabricantes.

Além da questão do conteúdo a ser transmitido, que seja confiável a ponto de promover mudanças nos hábitos, ainda é citado por Salay (2005) a forma desse acesso entre as populações rurais e urbanas. A televisão foi citada como o maior meio de comunicação para a população urbana, enquanto o rádio acaba sendo o mais eficiente instrumento de comunicação em massa para a população rural, ambas importantes para a produção de alimentos, ou seja, combinação necessária à alimentação (Zeeuw apud, SANTOS, 2011).

Para Freitas (2011), uma boa prática para promoção da Segurança e Soberania Alimentar consiste em estimular a fruticultura para o próprio consumo das famílias e dessa forma não precisem comprar nos supermercados, o qual tem função de seduzir ao consumo supérfluo. Essas práticas de produção frutífera foram observadas tanto na zona urbana de Cianorte como na rural, porém apenas nas casas de famílias mais pobres e nas propriedades rurais cujo arrendamento não predominava.



Figura 3 Agricultura urbana com árvore frutífera e mandioca
Fonte: ICERI, 2012.



Figura 4 Pomar em residência da Vila Rural
Fonte: ICERI, 2012.

Historicamente, a questão da fome e da miséria no Brasil fora tratada como emergencial e assistencial e não como um problema social, que necessitava de medidas rígidas e definitivas. Por outro lado, durante o século XX Josué de Castro se destacou ao escrever sobre o tabu da fome, tema que não era discutido publicamente.

(...) era difícil explicar e ainda mais difícil compreender o fato singular de que o homem- este animal pretensiosamente superior, que tantas batalhas venceu contra as forças da natureza (...), não tenha até agora obtido uma vitória decisiva nesta luta por sua própria sobrevivência (CASTRO, 1946 p.45).

Segundo Salay (2005) as políticas em Segurança Alimentar devem envolver diferentes setores em variadas esferas. O governo, a sociedade civil organizada e outros setores devem desenvolver-se, articuladamente, nas áreas como da saúde, educação, trabalho, agricultura, dentre outros, para a manutenção de direitos conquistados e para reivindicação dos que virão. Além disso, o envolvimento da SAN ultrapassa as esferas da produção e consumo de alimentos, pois também se preocupa com a forma de comercialização, de controle de qualidade e de acesso, práticas associadas à Economia Solidária – consumo consciente, produção e comércio justos e viáveis social, ambiental e economicamente, como veremos posteriormente no item 1.4.

Salay (2005) afirma que as políticas mais amplas de Segurança Alimentar e Nutricional vieram a partir de 2003 com o Programa de Combate à Fome do Governo Lula que instalou a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Estes, juntos, atuam na formação e implementação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Social, dentre elas a Política Nacional de SAN, de assistência social e de renda da cidadania. Por outro lado existem críticos, como o senador Cristovam Buarque, um dos pioneiros na implantação do Bolsa Escola ⁴, pois afirma que à medida de transferência de renda feita pelo Fome Zero, através do Bolsa Família, não coloca nenhuma condição para receber ser recebida, exceto a pobreza. Para o senador, isso tira a ênfase da educação, que para ele é um dos elementos básicos para o desenvolvimento dessas famílias, e o transfere para o social, com uma visão assistencialista.



Figura 5. Plano de ação do programa Fome Zero, iniciado em 2003.
Elaboração: ICERI, 2013.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional, monitorada pela Secretaria da Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS, atua em dois grandes eixos, um mais emergencial, voltado aos grupos sociais que carecem de imediato suprimento alimentar e

⁴ Antigo programa de transferência de renda para famílias cadastradas pelo Governo com renda inferior à 90 reais e que possui uma contrapartida de ter os filhos matriculados na escola, com presença mínima de 75% de frequência.

outro de combate às causas socioeconômicas, políticas, culturais, ambientais e educacionais da fome e da insegurança alimentar.

Dentre as políticas públicas da SESAN estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), popularmente conhecido como “compra direta”; o Programa de Restaurantes Populares, que só pode ser criado em municípios que contenham mais que 100 mil habitantes; as Cozinhas Comunitárias, pequenas unidades que atendem trabalhadores de baixa renda servindo comida no local ou próximo, através de marmitas; a Educação Alimentar e Nutricional, através de capacitações, criação de cartilhas, vídeos, *spots* de rádio, no apoio às Unidades Móveis de educação alimentar; por fim, as Lavouras e Hortas Comunitárias, inseridas na temática da Agricultura Urbana em prol da melhoria em SAN dos trabalhadores de baixa renda, idosos, desempregados, jovens e donas de casa.

Segundo a CGSISAN (2010), muitos foram os avanços com relação à SAN no Brasil. Em 15 de Setembro de 2006, foi sancionada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN- (Lei nº11.346 de 2006) que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em fevereiro de 2010, é promulgada a emenda constitucional 64, que inclui a alimentação entre os direitos sociais, fixados no artigo 6º da Constituição Federal e em 25 de agosto de 2010 é assinado o decreto que instituiu a Política Nacional de SAN e regulamentou a LOSAN.

O SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é um sistema criado para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que busca formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. Porém, segundo Gomes (2011), existe dificuldade na aceitação do SISAN, pois no Brasil “sistema” não é visto com bons olhos, principalmente pela questão do Sistema Único de Saúde (SUS), que não é tão eficiente como deveria ser.

Ainda temos a cultura da doença e não da saúde. No Brasil o sistema de saúde cuida dos sintomas e doenças, mas não se preocupa com a prevenção e nesse ponto a alimentação é um componente essencial.

Para melhor entender a dinâmica estrutural que segue o SISAN e sua responsabilidade em integrar e articular o trabalho nos outros órgãos envolvidos veremos o esquema a seguir, com explicações do âmbito de menor escala (no caso Cianorte/Maringá/Paraná) até os demais:

SISAN				
UNIÃO	CONSEA NACIONAL	CAISAN NACIONAL	CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS	Entidades Da Sociedade Civil E Privada
ESTADOS E DF	CONSEAS ESTADUAIS	CAISANS ESTADUAIS	CONFERÊNCIAS ESTADUAIS	Entidades Da Sociedade Civil E Privada
MUNICÍPIOS	CONSEAS MUNICIPAIS	CAISANS MUNICIPAIS	CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS	Entidades Da Sociedade Civil E Privada

Quadro 5: Organização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Organização: ICERI, 2012.

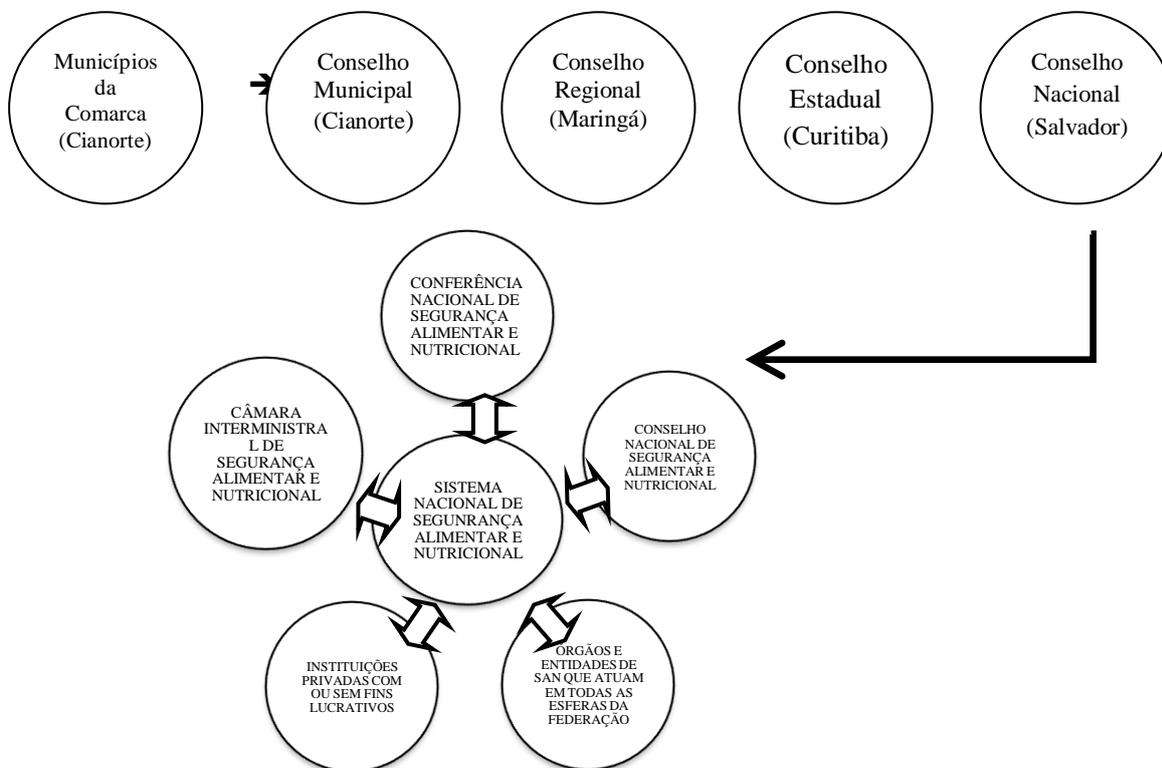


Figura 6: Estrutura de ação inter-setorial de promoção à Segurança Alimentar à exemplo de 2012.

Organização: ICERI, 2012.

Primeiramente, as Conferências Estaduais, Distritais e Municipais são realizadas para preceder o encontro da Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Todos os apontamentos e propostas da escala regional e estadual são passadas para Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA através da conferência, que é instrumento de articulação entre a sociedade civil e o governo. As propostas da sociedade chegam à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, que tem a função de transformá-las em programas de governo. Ela está integrada aos 19 ministérios, mas, se mantém sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Para Gomes (2011) a estrutura da gestão pública deveria ser mais integrada, otimizando o serviço público de modo geral. Além disso, a SAN é considerada intersetorial e, por isso, é importante discuti-la por diversas perspectivas, mas de forma transversal. Essas ações são um avanço social e, dessa forma, deveriam ser continuadas, ou seja, deveriam ser consideradas uma política de Estado e não de Governo, as quais terminam no mandato do político em questão.

Do ponto de vista da gestão governamental o grande desafio que se impõe é a constituição das Câmaras Intersetoriais de SAN que permitem a execução da política nacional e dos planos de SAN, além do fortalecimento da integração entre os setores governamentais. Esta é uma crítica constante entre os atuantes nas políticas públicas de promoção da SAN.

Uma característica importante do processo de construção das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil é a participação social, tanto na formulação quanto no controle social das diversas iniciativas. No país 23 Estados têm convênio celebrado com o MDS para implantação do SISAN, quais sejam: AL, AC, AM, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MT, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SE, TO e 13 deles possuem Lei Estadual de SAN, o que por um lado é bom para atender a demanda de cada Estado, mas também alguns deles podem apresentar divergências com a legislação Federal.

Segundo o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 é necessário existir, como requisito mínimo para a adesão ao SISAN, um CONSEA (conselho de segurança alimentar e nutricional) em cada Estado. No Paraná o instrumento legal de criação do CONSEA-PR foi dado por meio de um decreto nº 1556 de 09 de julho de 2003, alterado pelo decreto 2587 de 20 de fevereiro de 2004. Além disso, este conselho está vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e é composto por 2/3 de membros da sociedade civil,

1/3 governo. O Estado ainda não possui plano e política de SAN, mas confere à Câmara Intersetorial a competência de elaborá-los.

Na França, a política de segurança alimentar está ligada ao Programa Nacional pela Alimentação (PNA) realiza diagnósticos anuais sobre os índices de obesidade e outros estudos relacionados à saúde, ao tempo de preparo dos alimentos, tempo médio gasto por refeição, local de refeição, tipo de alimentos mais consumidos por faixa etária e níveis econômicos, as condições da dieta alimentar nos restaurantes coletivos, dentre outros.

Essas informações, obtidas a cada ano, são utilizadas no plano de ação do ano seguinte. O PNA de 2011/2012 apresentou 4 pontos principais, cada um com medidas específicas: facilitar o acesso à uma alimentação de qualidade; melhorar a oferta de alimentos; melhorar o conhecimento e a informação sobre alimentação e preservar e promover o patrimônio alimentar e culinário francês. Além disso, o componente transversal do programa é a inovação e criação de modelos sustentáveis de alimentação e a comunicação que veicule valores positivos de uma nova política de alimentação (PNA, 2011).



Programa Nacional pela Alimentação-PNA (FRANÇA)

Foco 1

Facilitar o acesso à uma alimentação de qualidade:

- comer melhor em situações precárias
- adquirir bons hábitos alimentares na escola
- comer melhor em estabelecimentos de saúde
- melhorar a alimentação de idosos
- melhorar a oferta alimentar carceral

Foco 2

Melhorar a oferta:

- aumentar as parcerias voluntárias público/privadas
- produzir mais legumes com valor nutricional e ambiental elevados
- reaproximar produtores e consumidores
- melhorar a segurança sanitária
- encorajar a produção sustentável
- reduzir o desperdício

Foco 3

Melhorar o conhecimento e as informações sobre a alimentação:

- formação dos jovens
- educar os consumidores
- informar os consumidores

Foco 4

Preservar e promover o patrimônio alimentar e a culinária francesa:

- valorizar os produtos e saberes culinários tradicionais
- fazer da alimentação um ponto forte no turismo de cada território
- promover o patrimônio alimentar francês na alimentação internacional

Figura 7. Programa Francês pela Alimentação ICERI, 2013.

Uma discussão implícita por de trás desses programas é referente a equação, crescimento populacional e oferta de alimento, mais que para isso, conta com a influência do padrão de consumo e desperdício.

Recentemente, com a divulgação de que a população mundial atingiu os 7 bilhões de habitantes e, além disso, com a polêmica discussão sobre a incapacidade de recursos para

abastecer uma população mundial superior à 10 bilhões de pessoas, a Carta Capital (2012) afirma que a escassez desse recursos têm mais a ver com o padrão do consumo que com o crescimento populacional.

A terra talvez não fosse capaz de suportar 10 bilhões de habitantes se elas tivessem exatamente o mesmo impacto por pessoa que os 7 bilhões de hoje. Mas isso não significa, necessariamente, a maldição malthusiana, porque o impacto que os seres humanos têm sobre a Terra e sobre os outros pode mudar (Carta Capital, 2012, p.27).

A revista ainda afirma que “o Brasil está no período chamado *Bônus Demográfico*, cuja fecundidade apresenta-se reduzida, com número de idosos substancial e uma população ativa bem representativa”. Mas em 2040/2050, mais da metade da população brasileira será formada por pessoas fora da idade ativa. Para tanto, para o autor, é importante minimizar os efeitos da sociedade envelhecida, através de educação, qualificação e ajustes na política previdenciária (CARTA CAPITAL, 2012, p.32).

Se por um lado a educação e qualificação são importantes para minimizar o envelhecimento da sociedade e a queda da população ativa, por outro, Andrade (2011) afirma que os jovens de famílias rurais têm aprendido com os próprios familiares que se eles não estudarem, seu futuro será o “cabo da enxada”. Dessa forma, o estudo, é entendido pelos próprios jovens como uma ponte para o progresso, o qual está situado nas áreas urbanas e não nas rurais.

Quando a falta de perspectivas e as promessas de uma vida melhor atingem os mais jovens, não é exagero afirmar que o futuro da agricultura familiar e, em consequência, da própria segurança alimentar, está em jogo. Basta lembrar que o segmento formado pelos agricultores familiares é responsável pelo cultivo de boa parte dos alimentos básicos do dia a dia, a exemplo da mandioca (87% da produção), feijão (70%), milho (46%), café (38%) e arroz (34%) (ANDRADE, 2011, p.8).

A agricultura e o trabalho agrícola devem ser valorizados e desenvolvidos para que se reverta esse quadro, portanto, a formação é de fato necessária, mas, segundo Aleluia (2011) a ideia de oposição entre campo e cidade ganha força em nossa sociedade, cada vez mais urbanizada, cuja noção de disputa é passada pela mídia como se a cidade estivesse “vencendo”.

Aleluia (2011) também questiona as concepções passadas e absorvidas na escola a respeito do meio rural e percebe que o campo tem sido visto como subalterno à cidade em 3 aspectos: noção de atraso (desenvolvimento); tendência aparente de uma urbanização completa de toda a sociedade e a visão romântica do campo, como turismo, tranquilidade e contato com a natureza. Por conseguinte, essa desvalorização do meio rural e também a atividade agrícola voltada à produção de alimentos acaba trazendo diversas consequências nocivas ao avanço da segurança e soberania alimentar desde a formação infantil.

Assim como falar de alimentação hoje é uma questão política que envolve o acesso à terra, a produção e o acesso aos próprios alimentos, Ribeiro (2010) ao tratar do tema *Geografia Política da Água – política e cidadania*, aborda o grande desequilíbrio que existe entre oferta e demanda de água no planeta e a debate como um bem comum da humanidade, da mesma forma que os alimentos, pois todos são essenciais à vida. Porém ressalta que muitos se opõem a esse pensamento e a esse direito humano, pois pensam nestas necessidades humanas (alimento, água) como mercadoria e para tanto devem ser mercantilizadas.

A Segurança e Alimentar e Nutricional está condicionada aos fatores de oferta e demanda de alimentos na sociedade. Quanto à oferta deve estar ligada ao uso criterioso dos recursos naturais, produção e comercialização sustentável, saudável acessível e compatível coma cultura alimentar de cada lugar, o que contrapõe o domínio da produção de *commodities* em grande parte do nosso território. Apesar disso, Panegassi apud Haag (2012) cita que apesar da monocultura no Brasil voltada à exportação marcar a fragilidade do abastecimento interno, a alimentação foi motivo de atenção e cuidados permanentes, destacando outras regiões brasileiras que não estavam ligadas ao comércio externo e permitindo a produção para o consumo local. Porém, a dependente setorização da produção é um alerta à soberania alimentar nacional, à produção, consumo e desenvolvimento local. Por outro lado, no que diz respeito à demanda, é exigido nível mínimo de renda que viabilize o acesso e conhecimentos básicos sobre a relação alimentação e saúde, dietas e composição de alimentos (NASCIMENTO e ANDRADE, 2010).

Um forte exemplo da fragilidade quanto a soberania alimentar no país diz respeito à alta do preço do feijão no ano de 2012. Um dos alimentos base para o consumo, o feijão, como sabemos, é junto com o arroz o componente principal da alimentação brasileira, e mesmo assim pode ser desvalorizado caso o preço da soja e milho suba, como ocorrido neste em 2012, cujo valor do feijão, ao consumidor, teve aumento de 50%, segundo o IBGE.

“Em várias regiões do país, como no sul, o feijão vai perder área em 2012, sobretudo pela valorização de commodities como soja e milho” (A Granja, 2012, p.36). Porém, ao mesmo tempo em que observamos a falta de feijão no Brasil, o qual acarretou elevação de 50% no seu valor de mercado, com o incentivo à outras culturas, o feijão preto vem sendo importado: “no ano passado, o Brasil importou mais de US\$ 100 milhões em feijão preto” (...)(A Granja, 2012, p.37).

Podemos citar diversos outros casos de componentes básicos de nossa alimentação, como o tomate, que popularizou sua elevação de preço (cerca de 150%) em abril de 2013. A maior parte da mídia divulgou o aumento devido as chuvas e ao custo de transporte, que podem até ter contribuído, mas, segundo Bittencout (2013) os verdadeiros responsáveis são a monocultura e o latifúndio que tomam lugar das roças de produção de alimento, contando ainda com aval e incentivo do Governo Federal.

Nesse sentido, Nascimento e Andrade (2010) afirmam que, pela ótica do novo direito de cidadania ativa, pudemos perceber a crescente importância que a segurança e soberania alimentar e nutricional tem tomado em nosso país, mas ainda falta efetiva-la como uma política de Estado e que seja, eximamente, executada. Não basta criar diretrizes sem um plano de ação ou que este esteja em desacordo com outras políticas públicas, como o incentivo à monocultura de exportação.

1.3 Agricultura Urbana e Periurbana

Neste item trataremos da discussão conceitual que envolve a agricultura urbana e periurbana, para isso, faz-se necessário trabalhar, primeiramente, com o conceito geográfico de espaço, nele incluso o urbano, o rural e o periurbano. Além disso, serão discutidos exemplos de agricultura urbana e periurbana e suas consequências no espaço, para os agentes envolvidos e a sociedade.

Moreira (2008) refere-se à relação cidade/campo, às quais se inter-relacionam, a medida que a cidade se porta como presença histórica de impacto espacial das paisagens, pois ela “remete à demanda que influenciam na localização e organização espacial das culturas e criações” (MOREIRA, 2008, p.82).

... no caso da Geografia Humana, é o caso que separa a Geografia Urbana e a Geografia Agrária, em que os fenômenos geográficos da cidade e do campo são vistos completamente dissociados de um lado e do outro, sem que se considere qualquer laço de interação e entrecruzamento. Divorciados da divisão territorial do trabalho e das trocas, que lhes dá

origem na história, cidade e campo são então estudados como coisas em si (MOREIRA, 2008, p.46).

Definir e diferenciar rural e urbano tem sido a cada dia uma tarefa mais complexa e muito debatida. Caiado e Santos (2003, p.1) questionam as definições de rural e urbano do IBGE, pois afirmam que com o crescimento urbano acelerado, os limites administrativos (lei de perímetro urbano) já não são suficientes para explicar os complexos processos socioeconômicos e sócios espaciais em curso no Estado de São Paulo, por exemplo, o qual possui o índice de urbanização muito elevado.

Para Noronha e Hespanhol (2006), existe uma relação dialética que envolve campo e cidade, e portanto, a cidade somente pode ser entendida através de sua complexibilidade com o campo, e vice versa. “Nessa perspectiva, poder-se-ia afirmar que na atualidade, o urbano desenvolve-se no rural e o rural no urbano. Em parte essa problemática decorre de novas formas assumidas pela cidade – descontinuidade territorial-, o que cria o urbano muito além das cidades(...)”(NORONHA e HESPANHOL, 2006, p.88).

De acordo com CAIADO e SANTOS (2003) os estudos da dinâmica agrícola tem chamado atenção para a mudança do padrão do trabalho no campo, devido ao crescimento de atividades não agrícolas. Têm-se classificado as informações estatísticas coletadas pelo IBGE, segundo local e moradia, para sair da clássica divisão entre rural e urbano, mas mesmo assim constata a mudança no padrão e a existência de um novo rural.

Á respeito da falta de clareza na distinção entre rural e urbano e também aos limites espaciais indefinidos Noronha e Hespanhol (2006) afirmam que:

De fato, mudanças tornam-se evidentes e o espaço rural vem sofrendo significativas transformações, mormente em relação ao uso do solo, uma vez que o rural não pode ser mais entendido como sinônimo de agrícola em decorrência de outros serviços e funções-moradia de segunda residência, lazer periurbano, indústria, consumo da natureza e turismo rural. O espaço rural, nessa perspectiva de análise, é um híbrido de velhas e novas funções. A constituição de um espaço periurbano é um exercício teórico de apreensão de tais mudanças ocorridas, conquanto, ainda ocorrem (NORONHA e HESPANHOL, 2006, p.95).

CAIADO e SANTOS (2003) afirmam que o tipo mais frequente de ocupação urbana em áreas rurais é o loteamento sem aprovação da prefeitura. Porém, completam afirmando que ainda existem loteamentos aprovados por legislação especial e ocupações industriais. Em Cianorte, uma parte da área do Cinturão Verde existente na cidade foi aberta para a

construção de um condomínio fechado, além disso, outras áreas na zona periurbana já estão sendo loteadas, como podemos ver a seguir.

Se por um lado a função não agrícola passa a ocupar áreas não rurais, como no caso dos condomínios, loteamentos e chácaras de lazer, por outro, as funções tidas como rurais (agricultura/pecuária) também são percebidas em espaços urbanos. Isso vai de encontro com a afirmação de Noronha e Hespanhol (2006) ao apontar que no período atual não podemos distinguir os espaços de acordo com o recorte analítico do uso do solo, além disso, o espaço periurbano é encarado, portanto, como um complexo laboratório social.

Utilizando o conceito de Milton Santos sobre o espaço geográfico⁵, Ferreira e Castilho (2007) estabelecem relações entre este espaço geográfico e a agricultura urbana. Sugerem, dessa forma, a definição do espaço a partir da construção social e da articulação de subespaços. A agricultura urbana acaba sendo uma das diversas formas de uso do espaço da cidade para fins lucrativos: “essa ‘nova’ atividade, então, assume características do modo de vida urbano, constituindo ai novos lugares...” (FERREIRA e CASTILHO 2007, p.9).

Mougeot (2000) também ressalta que mesmo com as mudanças nas concentrações urbanas e as transformações no sistema de abastecimento alimentar, a AU (agricultura urbana) mantém suas necessidades de interagir como resto da cidade, com a produção do meio rural e com as importações, pois para o autor essas interações são tão decisivas hoje como era há muitos anos. Mougeot (2000) ainda destaca que não é a localização que distingue os tipos de agricultura, mas sim a integração e a interação com o ecossistema urbano (sistema econômico e ecológico), o que na maioria das definições não é apresentado.

De acordo com Minag (2000) o conceito de agricultura urbana deve enquadrar a questão de métodos intensivos, produção diversificada, facilidade de infra-estrutura urbanística para estabilidade da força de trabalho e das práticas sustentáveis de cultivo, além de situar-se no perímetro urbano. Para Spotlight (1999), por sua vez, a agricultura urbana refere-se à produção agrícola e/ou criação de animais, em pequenas áreas, situadas dentro das cidades ou nas periferias, voltadas ao auto-consumo ou à venda local.

Ferreira e Castilho (2007) apontam que a maior parte das contribuições teóricas a respeito da agricultura urbana dizem respeito à agronomia e à economia. Dessa forma trazem também o debate à geografia argumentando que a AU é uma atividade humana que apresenta

⁵ “Uno e múltiplo” - um sistema de objetos e um sistema de ações, não considerados isoladamente. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço Geográfico Uno E Múltiplo**. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Nº 93, 2001).

aspectos espaciais e com peculiaridades tanto de localização quanto à complexidade do espaço urbano. Para o autor ela pode ser definida como: “uma atividade social de cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios ou não alimentícios, praticada nos espaços intra e/ou peri-urbanos; utilizando-se e disponibilizando os recursos humanos e materiais do, para e por meio do espaço urbano” (FERREIRA e CASTILHO, 2007, p.11).

Além disso, tanto a AU como o espaço urbano vêm sendo moldados pelo interesse da acumulação do capital no processo de globalização, o qual, contraditoriamente, cria espaços ilhados uns dos outros (FERREIRA e CASTILHO, 2007).

Em síntese aos conceitos apresentados, Mougeot (2000) elenca 6 aspectos que podem ajudar na conceituação de agricultura urbana: 1) Atividade econômica- base produtiva da agricultura, processamento e a comercialização; 2) Localização – diferença entre a produção intra urbana e peri-urbana; 3) Área – cedidas, arrendadas ou no próprio local de residência; 4) Escalas – variadas, porém pequenas na maioria; 5) Produtos – alimentos para consumo humano e animal; 6) Destinação – auto-consumo, venda ou ambos.

Apesar de ainda não existirem tantos estudos sobre a agricultura urbana e periurbana, Ferreira e Castilho (2007) afirmam que, dentre outras importâncias, estes estudos têm significados relevantes para o aspecto social, ambiental e alimentar. Também citam que para o planejamento urbano e a gestão do território municipal, devemos ter conhecimento de todas as formas de uso do espaço, inclusive na forma de agricultura urbana.

(...) essa forma de produzir e usar o espaço geográfico [através da agricultura urbana] não pode deixar de ser considerada pelos agentes da gestão e do planejamento das nossas cidades. Até porque (...) a AU já construiu e articulou engrenagens cujas finalidades fazem-se inerentes no processo permanente de reprodução do espaço urbano em todo mundo (FERREIRA e CASTILHO, 2007, p.20).

Santos (2011) faz um levantamento bibliográfico para apontar todos os benefícios da agricultura urbana. Portanto o autor discorre a respeito da melhoria na questão alimentar e nutricional (SAN, garantia de abastecimento por todo ano, diversidade de produtos, independência de combustível para o transporte, melhoria da qualidade dos alimentos), na saúde (manejo de plantas medicinais, estímulo à criatividade, melhora na autoestima), na promoção da educação ambiental, na inserção de mulheres e jovens no trabalho comunitário e na geração de trabalho.

À exemplo da falta de segurança e soberania alimentar e nutricional ligada à danos causados por desastres naturais Guiducci e Madeira (2009), da “Embrapa Hortaliças”,

descrevem o projeto de desenvolvimento da AUP no Haiti, como alternativa para o abastecimento alimentar e revitalização de áreas devastadas. A Coordenação Nacional de Segurança Alimentar do país (CNSA) apontou em 2004 que 5,64% dos alimentos disponíveis eram frutos de doações; 40,93% eram produzidos internamente e 53,43% eram importados. Isso aponta a fragilidade do sistema produtivo e alimentar do país, o qual contou com diversas entidades internacionais na tentativa de amenizar os agravos.

A produção familiar sustentável de hortaliças para auto consumo, tanto em áreas urbanas e peri-urbanas, quanto em áreas rurais, é, de fato, uma resposta interessante à realidade do Haiti, de baixo custo financeiro e elevadíssimo benefício para a sociedade (GUIDUCCI e MADEIRA 2009, p.12).

Guiducci e Madeira (2009) ainda apontam dificuldades e problemas concretos do Haiti com relação à SAN. Dentre eles estão a péssima infra-estrutura de vias de deslocamento que impedem o transporte de alimentos e/ou causam perdas dos produtos perecíveis; falta de recursos hídricos devido desmatamento excessivo, que interfere diretamente no abastecimento de água para o consumo e para a agricultura; esgotamento da fertilidade do solo; falta de saneamento básico; fragilidade energética e dependência do petróleo como fonte de energia. Em tais condições, “a instabilidade política continuada abre espaço para a organização de um poder paralelo, criminoso, que exacerba a violência” (GUIDUCCI e MADEIRA, 2009, p.15).

Para Cantor (2010) quando a população se desloca do rural para o urbano se depara com a falta de tranquilidade, de segurança alimentar e nutricional e de autonomia. Esta mudança é sentida, principalmente, nas pessoas mais idosas, que sofrem muito com a transformação do cotidiano urbano e se sentem “inúteis” ou com pouca utilidade. É, principalmente, para a “melhor idade” que a AU tem maior relevância, pois ao chegarem na cidade eles se sentem “analfabetos urbanos” que ficam em casa cuidando das crianças. Mas, com a AU eles voltam a se sentir socialmente ativos e ocupando uma posição dentro da estrutura de sua comunidade.

Com base nos dados da Embrapa (2010), Castelo Branco e Alcantara (2011, p.425) apontam alguns benefícios gerados por hortas urbanas e periurbanas com base nas ocorrências dos trabalhos científicos desta temática entre os anos de 1996 a 2010:

BENEFÍCIOS	renda direta pela comercialização, renda indireta pelo auto-consumo, garantia de SAN, melhoria dos hábitos alimentares, emprego, capacitação dos beneficiários, melhoria da auto-
------------	---

PRIVADOS	estima, melhoria da nutrição familiar.
BENEFÍCIOS SOCIAIS	incremento de vínculo afetivo e solidário entre a comunidade, capacitação para auto-gestão com ênfase em Economia Solidária, alimentos frescos, sem agrotóxico e de qualidade, contribuição para merenda escolar, intercâmbio de experiências entre outros grupos, redução do custo em transporte, participação popular em discussões comunitárias, redução da incidência de doenças, redução do vandalismo e roubo, atração do interesse de usuário de drogas em manusear a terra, incentivo ao mercado local.
BENEFÍCIOS AMBIENTAIS	melhoria da paisagem urbana, alimento sem resíduos de agrotóxicos, reciclagem de resíduos orgânicos urbanos com redução do lixo urbano, educação ambiental, conservação da água, reciclagem de pneus e embalagens para uso em hortas de pequenos espaços, diversificação da fauna pela diversidade de cultivos, conservação do solo, recuperação de área degradada, redução da emissão de CO2 pela redução da mobilidade percorrida pelos alimentos.

Quadro 6: Benefícios da Agricultura Urbana e Periurbana.
Base: Adaptado de Castelo Branco e Alcantara (2011).

A AU remete às pessoas o saudosismo da terra e pode ser encarada também, como uma terapia e exercício na vida cotidiana, como uma ocupação social e um trabalho em conjunto. Porém, mesmo ressaltando o bem-estar, a produção autônoma sem agroquímicos, a diversidade de espécies e a redução do espaço de produção, Cantor (2010) afirma que a AU não atinge sustentabilidade integral, pois carece de recursos básicos ambiental e economicamente.

Apesar da inserção e benefícios, por um lado, de acordo com Castelo Branco e Alcantara (2011) existem algumas fragilidades da AUP associadas à falta de vínculo com a terra e à necessidade extrema de produzir para sanar necessidades imediatas, como alimentação e fonte de renda. Estes fatores podem levar à exaustão da capacidade produtiva do solo e a falta de cuidados ao ambiente, devida ao desconhecimento técnico, podendo ocasionar o abandono da atividade naquela área devida degradação. Por isso, também

apresentam detalhes das dificuldades encontrados pelos agricultores no âmbito social, político, técnico, econômico e ambiental.

DIFICULDADES SOCIAIS	Falta ou acesso limitado à assistência técnica, falta de articulação, organização e compromisso entre os participantes, falta de capital, falta ou acesso limitado à água, falta de mão de obra, falta de espaço para produção, dependência de doações financeiras, falta de tempo, custo elevado de água, dificuldade de acesso à terra, relação de clientelismo e assistencialismo, instabilidade na posse da terra, concorrência entre produtores, rotatividade dos participantes, produção insuficiente para consumo de todos, concorrência com produtos de outros lugares, diferenças nas expectativas.
DIFICULDADES POLÍTICAS	Falta de apoio governamental, expansão urbana, crédito insuficiente, burocracia para liberar recursos, falta de integração entre as políticas públicas.
DIFICULDADE TÉCNICA	Irrigação manual, não atende a demanda, manejo do solo, produção na época das chuvas, pragas e doenças, comercialização, capacitação e instabilidade de renda que interfere na produção.
DIFICULDADE ECONÔMICA	Custo elevado do esterco, invasão de animais pela falta de cerca que geram prejuízos.
DIFICULDADES AMBIENTAIS	Qualidade da água (poluição e salinização), contaminação do solo, baixa qualidade do solo, expansão da horta em áreas de preservação ambiental e impossibilidade de usar práticas técnicas agroecológicas devida falta de espaço para as plantas.

Quadro 7: Dificuldades da Agricultura Urbana e Periurbana.

Base: Adaptado de Castelo Branco e Alcantara (2011).

Castelo Branco e Alcantara (2011) afirmam que o impulso da agricultura urbana e periurbana ganhou forças a partir da década de 1980 na América Latina, Ásia e África, para a sobrevivência das populações mais pobres.

Cantor (2010) retrata a realidade da capital colombiana, Bogotá, e a periferia ao seu entorno, na qual vivem pessoas migrantes que chegam à cidade e não possuem infra-estrutura nem escolaridade para arrumar um meio de se auto-sustentarem dignamente.

Os desprezados pela violência são pessoas que geralmente habitavam as zonas rurais, viviam o confronto entre grupos armados ou afrontaram a pressão política e econômica de algum ator com poder. Ao ver suas vidas e sua integridade mental e física comprometidas, abandonam sua terra e pertences para proteger suas vidas [dessa forma] (...) as zonas rurais são abandonadas progressivamente (CANTOR, 2010, p.63-64, tradução nossa).

No caso de Bogotá a migração possui um agente explícito que leva os agricultores em direção à periferia da cidade como refugiados da violência no campo. Algo semelhante ainda ocorre no Brasil, principalmente na região norte do país, já no noroeste do Paraná os fatores que têm levado a migração dizem respeito ao capital desigual entre pequenos e grandes proprietários. Quando as famílias não conseguem extrair renda com a terra suficiente para o sustento, acabam migrando, ou então, as novas gerações nem mesmo se arriscam no trabalho rural e seguem suas vidas no meio urbano.

No meio urbano, muitas famílias passam a viver nos chamados bairros marginais e se deparam com a pobreza e exclusão. Mas, acabam encontrando em sua identidade social uma forma de se sustentarem com os recursos que o meio lhes oferece. Retomam a atividade agrícola com o conhecimento que detinham no campo e aplicam na agricultura urbana para produzir alimentos (CANTOR, 2010).

Segundo Cantor (2010), os agricultores urbanos podem ser classificados pelo espaço utilizado, pelo tipo de produção e pelo nível de dependência: A) agricultores urbanos com opção de sustento diferente da agricultura urbana; B) agricultores dependentes da agricultura urbana; b1) agricultores urbanos ricos especializados e b2) agricultores urbanos com pouco espaço e sem possibilidade de reversão.

1.4 Economia Social e Solidária

Para finalizar o eixo teórico de referência desta pesquisa consideramos importante abordar aspectos econômicos, uma vez se tratando de um capítulo sobre o desenvolvimento durável ou sustentável. Ao pensar em desenvolvimento, a questão econômica é indissociável mesmo que não exclusiva, e, portanto dele não podemos fugir, uma vez que ainda vivemos numa sociedade capitalista.

Por outro lado, trazemos a reflexão para uma economia, verdadeiramente social, atuando pela e para a sociedade, na tentativa de reduzir desigualdades (econômicas e sociais) e que melhore as condições do desenvolvimento humano sustentável que incluem educação, saúde, cultura, meio ambiente e democracia. Além disso, que contribua com a ligação social (recíproca entre produtores, comerciantes e consumidores) de proximidade local, nacional ou internacional, que preze pela solidariedade e sociabilidade (GADREY, 2004).

Se a economia de mercado é pautada na produção intensiva, no comércio desigual e no consumo em massa, a lógica da economia social solidária é: produção sustentável, o comércio justo (para produtor e consumidor) e consumo consciente. Nessa lógica o produtor poderia exercer unicamente a sua função de produzir (valorizando a qualidade de seus produtos, o trabalho humano e o meio), enquanto o comércio seria pautado em valores justos que garanta renda para produtor e comerciante, sem explorar o consumidor, o qual tenha consciência da ação política e econômica de sua compra.

De acordo com Gendron (2001), a ideia de uma nova economia vem do enfraquecimento fordista, onde a economia estava enquadrada pela política. Através dos movimentos sociais surge a proposta de investir na economia um conteúdo social e político, rompendo a fronteira entre o mundo vivido e o sistema. Essa economia passa a ser definida, então, como uma economia em desenvolvimento não enquadrada nas categorias clássicas dos setores privados e público, ou seja, inserida no chamado “3º setor”.

O terceiro setor abarca a economia informal, mas também a formal, o público, o privado e o não privado nem público, todos de interesse coletivo. Mesmo sendo imperfeito, o termo é de comum acordo entre os cientistas internacionais, ainda que contenha variações em determinados países. Nos Estados Unidos, por exemplo *non profit sectors* ou setor independente; na Inglaterra *voluntary organization* e na América Latina *organizaciones de economía popular, economía solidaria* ou *economia social* (GENDRON, 2001).

Para seguir com as definições, discussões e desdobramentos sobre a economia social e solidária até chegar aos exemplos de sua aplicação, faremos uma breve consideração à

respeito das distinções entre os termos Economia Social ou Economia Solidária. Segundo os quebequenses Vaillancourt e Favreau (2000) a maioria dos pesquisadores não faz essa distinção, ainda que os autores afirmem que de 25 a 30 anos atrás, até os dias de hoje três aspectos podem interferir na variação do “social” e do “solidário” desta economia: 1) as demandas sociais pelas quais as iniciativas buscam responder; 2) os agentes que atuam e 3) a vontade explícita de mudança social.

De acordo com essas variações, Vaillancourt e Favreau (2000) apontam o surgimento da Nova Economia Social, como uma organização local e comunitária, o que para a linha francesa seria chamada de Economia Solidária, ambas distintas da Economia Social, voltada às formas mais institucionais (GENDRON, 2001).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (do Brasil) a Economia Solidária ⁶ é uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, cujos resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Isso implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica:

(...) seja como um campo de trabalho institucional, seja um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza, seja ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico, visões, conceitos e práticas cruzam-se intensamente, interpelando-se e buscando promover a economia solidária como uma resposta para os excluídos, como base de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, como saída diante do aprofundamento das iniquidades, das políticas neoliberais, do próprio capitalismo (GAIGER, 2003, p.183-184).

De acordo com Mance (1999), o conceito de Economia Solidária está ligado à noção não apenas de geração de postos de trabalho, mas sim uma colaboração solidária que visa à construção de sociedades pós-capitalistas em que se garanta o bem-viver de todas as pessoas, as quais compartilham de uma moral acrescida de uma corresponsabilidade deste bem-viver.

Para tanto, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão e que prezam por determinadas características: a) cooperação; através de interesses e objetivos comuns, união, esforços, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos

⁶ No Brasil é mais comum o termo Economia Solidária, ao invés de Economia Social e Solidária, mesmo que nela seja indissociável a questão social.

resultados e a responsabilidade solidária; b) autogestão; os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de gestão democrática dos processos de trabalho, definem suas próprias estratégias nos empreendimentos, direcionam e coordenam ações conjuntas; c) solidariedade; pela justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades de desenvolvimento das capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes, no compromisso com um meio ambiente, nas relações com a comunidade local, na participação ativa dos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional, nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, na preocupação e respeito com o bem estar e direito dos trabalhadores e consumidores; d) dimensão econômica; esta envolve a motivação em agregar valor no processo de organização da produção que aperfeiçoará a comercialização, ou por meio de beneficiamento e créditos cooperativos, além de englobar a questão do consumo consciente (MINISTÉRIO do TRABALHO e EMPREGO, 2012).

Para Canfin (2008), além da cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica a economia social solidária deve ser pautada numa diversidade de recursos (mercantil, não mercantil e não monetário).

Segundo Gendron (2001), dentre os novos movimentos sociais econômicos estão:

-A **economia social** composta por **várias organizações particulares**, que se agrupam por meio de associações e cooperativas, definida por estatuto jurídico e por um público com autonomia de gestão, ou atores do setor privado participantes de sindicato, ou empresas com participação de trabalhadores em parcerias públicas.

- A **economia social** como um grupo de **regras** e de **pessoas de uma empresa**, fundamentadas pela igualdade e cuja organização é vista como um bem, sustentavelmente, coletivo.

- A **economia solidária** com serviços de proximidade e dinâmica social, construída pela ação conjunta entre profissionais e usuários. Híbrido à economia de mercado, de não mercado e não monetária (doação e reciprocidade), gerando um novo modelo de desenvolvimento fundado sobre o **Estado, empresa e sociedade civil**.

-A **economia social** com economia e **organização particular**. Sobre os princípios dos serviços prestados aos membros, decisão democrática, repartição das sobras, participação e repasse particular e coletivo, estabelece-se uma dimensão social em relação à capacidade de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população.

Como a produção já foi abordada no item referente à agroecologia, enfatizaremos neste, o consumo consciente na economia solidária que possui fundamental importância para o fortalecimento da agricultura familiar, voltada à segurança alimentar e também à própria agroecologia, pois, pelo conhecimento de comprar algo produzido no local, que valorize o próprio município onde o consumidor vive, que não viabilize lucros às grandes corporações em detrimento à saúde e o trabalho humano e nem mesmo afete os recursos naturais, é um avanço, construído socialmente, para toda população.

Sobre o consumo consciente, mais especificamente dos alimentos, Salay (2005) afirma que consumir se tornou algo mais complexo, pois os rótulos logo irão trazer diversos elementos que terão que ser balanceados pelo consumidor antes da decisão de comprar.

O consumidor tem hoje que fazer uma série de perguntas antes de consumir (...) 1) Este produto faz bem à minha saúde? 2) Dá empregos localmente? 3) O produto faz parte de um programa geral que possibilita o desenvolvimento sustentável? 4) A matéria-prima provém de alguma atividade prejudicial à sociedade organizada? (SALAY, 2005, p.65)

Gaiger (2003, p.191) afirma que a Economia Solidária se assemelha com a economia camponesa, pois, “transitam entre modos de produção; para isso adaptam-se, acomodam-se ou... rebelam-se”.

Na França, Medeiros; Laurent (2008) citam que para fugir da dependência financeira de créditos do governo, os agricultores otimizam sua economia sem a ajuda pública, revalorizam seu trabalho e seu papel social, mobilizam dinâmicas coletivas e dividem, uns com os outros, valores e objetivos comuns. Esta organização coletiva em prol de objetivos comuns está ligada aos princípios da Economia Solidária, a qual fortalece classes e obtêm conquistas por meio do associativismo e cooperativismo.

Começa por volta de 1960 a preocupação com a alimentação por parte das donas de casa japonesas, devida à grande importação de comida e a perda de áreas produtivas, dando origem à um sistema chamado *Teikei* e que a partir deste muitos outros movimentos foram originados também com o mesmo propósito (Lamine, 2008).

Para Pedrozo et. al (2004) a criação de cooperativas de consumidores no Japão surgiu após a primeira guerra com a China em 1895, já em 1942 (pós II Guerra Mundial) formava-se o Ato das Cooperativas de Consumo. Com a evolução dessas cooperativas chegou-se ao chamado sistema *Sanchoku* que liga as associações de produtores com as de consumidores, como mostra a figura 8.

A partir daí o movimento de associar os produtores e os consumidores tornou-se reconhecido em outros países, onde também foram implantados, cada um com um nome diferente e com suas especificidades, mas mantendo o mesmo objetivo: garantir a agricultura familiar agroecológica em especial através da relação direta e próxima envolvendo consumidores e produtores e respeitar a natureza (do ponto de vista do ecossistema e dos recursos naturais, das espécies de animais, vegetais e variedades de sementes).

Todos os exemplos a seguir fazem parte de ações concretas desenvolvidas com base numa economia alternativa que possui uma produção, um comércio e um consumo diferenciado e que podem ser entendidas pelos esquemas das figuras 8 e 9. Sobre o AMAP, destacaremos seu funcionamento e princípios no capítulo 2, principalmente ao falar do AMP de Aubière, caso de estudo francês e também dos similares no Brasil.

- Teikei (aliança), Serikatsu (vida), Aino Kai (pá de amor) e o Sistema Sanchoku (comércio direto) - Japão
- CSA (Community Supported Agriculture - EUA)
- AMAP (Association pour Le Maintien d'une Agriculture Paysanne – França)
- GAS (Gruppi di Acquisto Solidaire - Itália)
- Solidarische Landwirtschaft (Agricultura Solidária - Alemanha)
- Andelslandbruk (Noruega)
- Съпричастно земеделие (Agricultura Participativa – Bulgária)
- ASC (Agriculture Soutenue par la Communauté – Quebec)
- Pergola (Holanda)
- Asociația pentru Susținerea Agriculturii Țărănești (Associação de Apoio à Agricultura Camponesa - Romênia)
- ARCO (Agricultura de Responsabilidade Compartida-Espanha)
- RECIPROCO (Portugal)

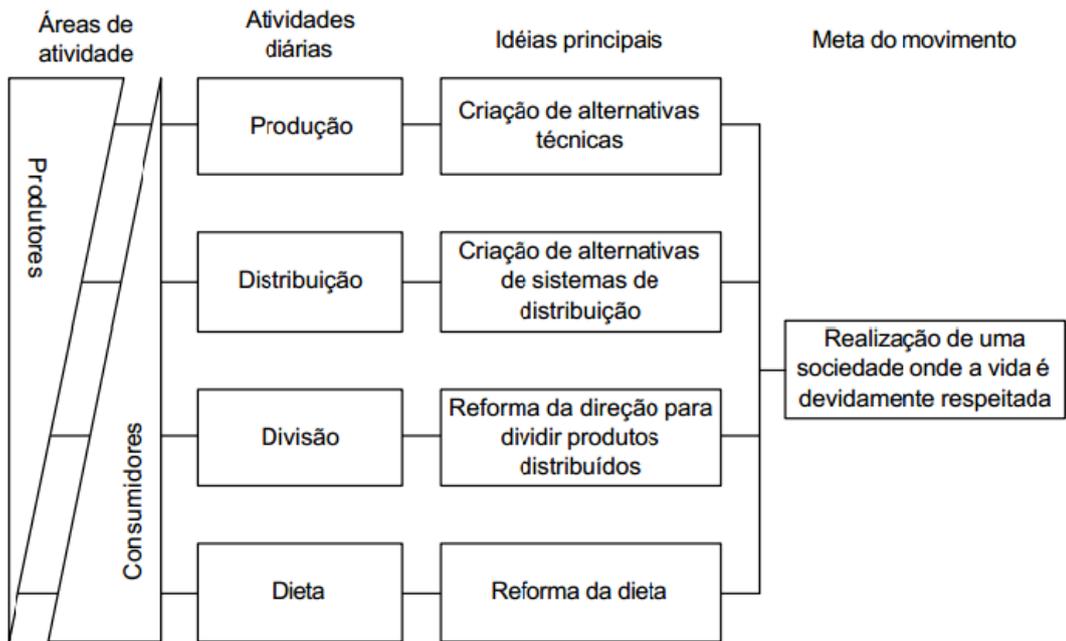


Figura 8: Funcionamento do *Teikei*
 PEDROZO, et. al (2004, p.12).

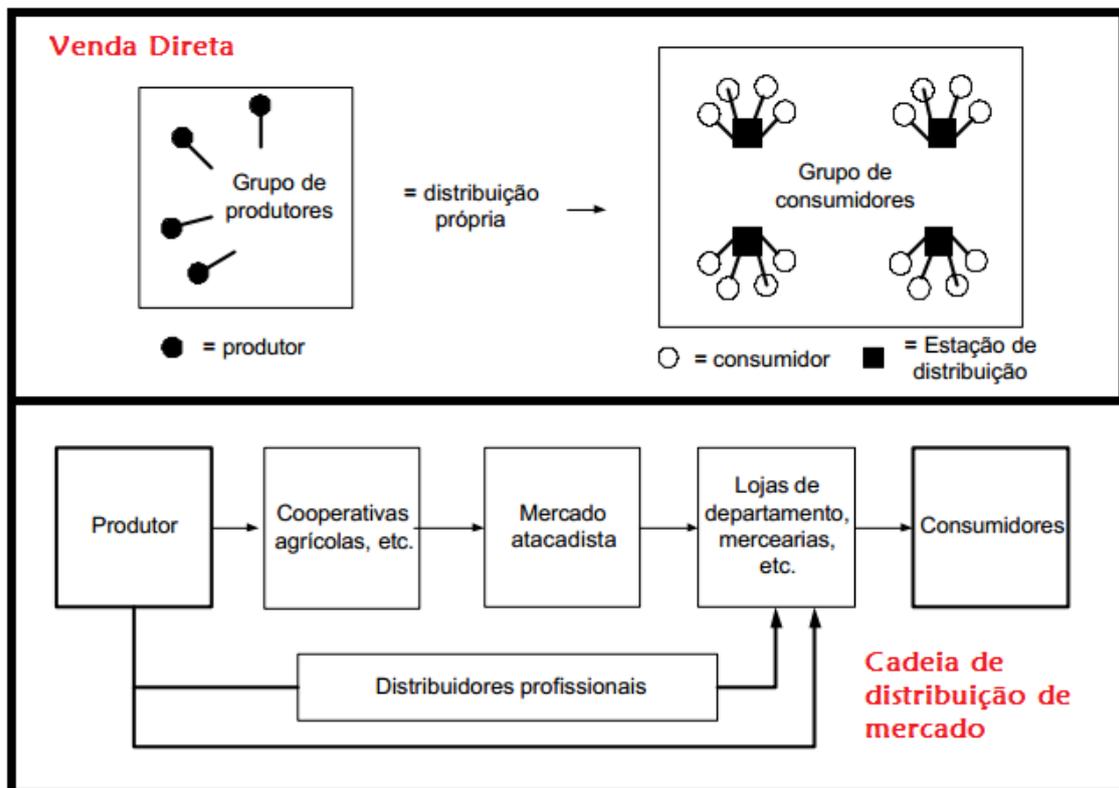


Figura 9: Diferença entre a venda direta e a distribuição de mercado.
 Adaptação de PEDROZO et. al (2004)

Nestes caso, também destacamos o sistema de trocas do “*commerce équitable*”, “comércio justo” ou “*trade faire*” os quais veem o comércio como uma alavanca para o

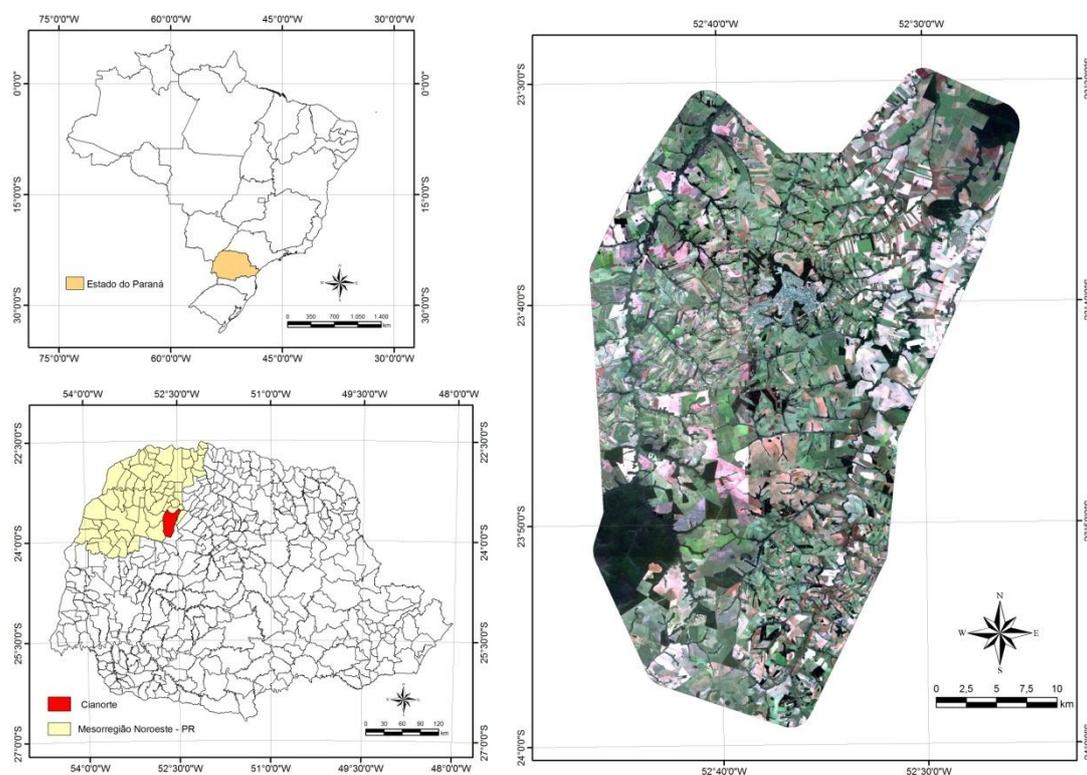
desenvolvimento e redução das desigualdades. Esta forma de comércio busca a retribuição justa dos produtores e associa a economia à fatores étnicos, sociais e ambientais e é praticada na escala global, ou seja, uma loja da Itália faz contato com produtores de açúcar do MST do Paraná para encomendar o açúcar mascavo produzido por esse grupo que é valorizado por consumidores de diversos lugares que desejam fortalecer o movimento, mesmo que à distância.

No Brasil o perfil deste tipo de consumidor e de comércio ainda não é tão frequente, mas existem, principalmente em feiras e em exposições de produtos. É mais comum ainda, a organização de produtores os quais buscam mercado consumidor e não o contrário como nos casos listados anteriormente.

Por fim, com a discussão teórica apontada neste capítulo podemos relacioná-las como um componente transversal: o desenvolvimento local e sustentável, que perpassa pela leitura agroecológica no âmbito da produção agrícola; pela construção de novos espaços que descaracterizam a dicotomia entre urbano e rural, inclusive pelo uso agrícola deles; pela frente soberana em que se coloca a alimentação segura; e ainda um desenvolvimento pelo âmbito econômico, ligado aos potenciais endógenos de espaços organizados por grupos autônomos na gestão e nas relações de mercado.

2. CIANORTE

Cianorte é um município da Mesorregião Geográfica do Noroeste paranaense, situado entre os paralelos 23° 13'S e 24° S e os meridianos 52° 20'O e 53° 03'O, a 500 km da capital Curitiba. Sua microrregião é composta por onze municípios; Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Tomé, São Manoel do Paraná, Tapejara e Tuneiras d'Oeste. Os limites municipais de Cianorte são entre Tamboara (ao norte), Rondon e Cruzeiro do Oeste (a leste), Araruna (ao sul) e Jussara (a oeste).



Mapa

Mapa 1: Localização de Cianorte

Fonte: ICERI, 2013.

Segundo o censo 2010 do IBGE, o município de Cianorte tem 811,6 km² de área e população de 69.962 habitantes, dos quais 62.282 vivem na zona urbana e 7.680 na zona rural. Existem estimativas do mesmo instituto que apontam, de um lado, para o constante crescimento populacional do município, e de outro, para a redução de população residente no campo. A respeito disso, muitos estudos foram realizados a fim de discutir a evasão populacional do campo conforme o crescimento populacional na malha urbana.

Quanto à caracterização morfopedológica de Cianorte, NAKASHIMA (1999) afirma que ela está no setor sub-sudeste da carta de sistemas Pedológicos do noroeste do Paraná a 25 km da margem esquerda do Ivaí, em contato com as rochas de Formação Serra Geral e Formação Caiuá a uma altitude de 54 metros (ao topo) e 440 metros (no vale), enquadrando-se no subplanalto de Campo Mourão e Terceiro Planalto Paranaense (Maack, 2002).

Com relação ao substrato rochoso Nakashima (1999) caracteriza afloramento de basalto no setor leste da área, que quando alterado apresenta fragmentos de cristais de quartzo. Além disso, também foram observados em determinados locais da vertente o arenito de Formação Caiuá sobre o basalto, com coloração vermelho escuro, textura areia fina e estrutura paralela bastante fissurada (NAKASHIMA, 1999).

No município há predomínio de Latossolo Vermelho Escuro, e certas ocorrências de erosão densa na área periurbana, principalmente nas cabeceiras das nascentes hídricas. Entretanto, na zona rural existe maior frequência de ravinas, sulcos e até voçorocas já estabilizadas (NAKASHIMA, 1999). Podemos notar também, a intensificação de erosão laminar nas áreas rurais, o qual interfere no assoreamento dos canais, à medida que há escoamento superficial de sedimentos.

A drenagem é dendrítica retangular, entalhada e com vale em “V” (NAKASHIMA, 1999). Apesar do Rio Ivaí não estar contido, geograficamente, nos limites municipais de Cianorte, existem subsistemas da bacia do Ivaí em território cianortense: do Rio Ligeiro (com 51.850 metros de extensão e 24 afluentes) e do Rio dos Índios (com 47.280 metros de extensão e 22 afluentes). Além desses, Cianorte tem mais dois subsistemas: o do Ribeirão Carandei e o Ribeirão São Tomé. Ao todo, o município possui, aproximadamente, 600 mil metros lineares de rios e córregos.

Na versão histórica da formação de Cianorte, contada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o Rio Ivaí tem importante papel, pois foi por meio dele que vieram os primeiros colonizadores, os quais derrubaram a mata virgem para estabelecer a urbanização, ocupando o lugar daqueles que ali habitavam. Por sua vez, o IBGE (1959, p.112) também retrata uma passagem que aborda o Ivaí: “Desde o século XVI conheciam os espanhóis, portugueses e bandeirantes paulistas um caminho que de São Vicente cortava o sertão até a margem esquerda do Ivaí...”.

A respeito da vegetação a região de Cianorte possui um dos últimos remanescentes de vegetação típica da Floresta Estacional Semidecidual Submontana, com influência do Cerrado, contendo áreas de extrema degradação ao redor do parque (PINTO e ORTÊNCIO

FILHO, 2006). As principais espécies encontradas são: peroba rosa, peroba amarela, cedro, canela, laranjeira do mato, bambu, ipê, jacarandá, pimenteiras, pau d'alho, jatobá, figueira, jurubeba, macaúba, entre outras (CIOFFI et. al, 1995).

Contudo, tais características gerais nos permitem concluir que o município de Cianorte teve um processo de formação, desenvolvimento e crescimento populacional muito rápido, e que certas características geográficas e políticas permitiram o desenvolvimento agrícola em torno do café, num primeiro momento, e posteriormente sucessivos produtos de mercado produzidos em larga escala, como soja, milho e trigo. O solo e o relevo favorecem o uso de equipamentos de grande porte na agricultura, a qual segue o perfil regional de produzir para as grandes cooperativas empresariais.

A enciclopédia dos municípios brasileiros do IBGE (1959) aponta que os numerosos municípios pontilhados no ocidente do Paraná têm esforço histórico e não são provenientes ao acaso.

Cianorte é uma realização da Companhia de Terras Norte do Paraná que, depois de haver colonizado o norte do Estado onde fundou numerosos centros urbanos, adquiriu algumas glebas mais para obra civilizadora e progressista (IBGE, 1959, p.112)

Segundo o IBGE (1959) o início da fundação de Cianorte foi em 1950, em 1953 passa a ser distrito de Araruna, em julho é elevado a município pela Lei Estadual nº 2412, que só se instala em dezembro do mesmo ano.

Quanto ao início da aglomeração urbana, o IBGE (1959) registrou que nos primeiros anos de Cianorte a cidade fora a única aglomeração urbana do município, com 15 logradouros, 3500 habitantes e produção destinada às cidades de Maringá, Apucarana, Londrina, Ponta Grossa e Curitiba, no Paraná; e a capital de São Paulo.

No que diz respeito à colonização do norte paranaense, popularizou-se o processo histórico iniciado pela Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) e que foi transmitido pela obra intitulada “Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná” por sua sucessora, a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP), cuja publicação data de 1975. Nesta obra, a CMNP descreve como foi feita a divisão do norte do Paraná em norte velho, novo e novíssimo a partir da ferrovia que foi aberta para o escoamento dos produtos, ligando São Paulo e o Paraná, através de sua subsidiada, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (SERRA, 1993). Esta ferrovia teve início em Ourinhos, chegando a Cambará (travessia de 29 km), mas ao longo do tempo à medida que as companhias loteavam as terras, também aumentavam as extensões dos trilhos, cortando todo o norte do Paraná, chegando a Cianorte.

O projeto destas companhias consistia em construir núcleos econômicos a cada 100 km da ferrovia. Além disso, a cada 15 km, seriam fundados patrimônios, centros comerciais e lugares para abastecimento intermediário. Pensava-se no desenvolvimento de cidades polos e de cidades com menor porte, pautadas na proposta de Perroux (1960). Neste período as cidades mantinham forte ligação com a atividade agrícola, principalmente à lavoura do café.

A teoria de polos de crescimento econômico buscava dispersar o desenvolvimento, inicialmente, através da concentração em um município e posteriormente a outros ao seu redor. Porém, bem como ocorrido em outros territórios, a teoria trouxe como consequências as desigualdades entre municípios, uma vez que se concentraram recursos apenas nas cidades predestinadas a crescer.

Apesar da frequente afirmação de que a ocupação no norte do Paraná se deu a partir da CMNP, não podemos deixar de salientar que a região já se encontrava ocupada pelas populações indígenas, posseiros e pequenos agricultores antes do então chamado “processo de colonização do norte paranaense”, disseminado pela própria companhia (BATALIOTI, 2004).

Neste contexto está o município de Cianorte, o qual faz parte deste plano de desenvolvimento através da viabilização de polos econômicos. É um município influente da Microrregião de Cianorte, a qual abarca onze municípios; Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Tomé, São Manoel do Paraná, Tapejara e Tuneiras d’Oeste.

Cianorte, bem como outros municípios do norte paranaense, passou por uma rígida transformação econômica, com a substituição da lavoura cafeeira e a introdução da modernização da agricultura.

a modernização da agricultura provocou, em larga escala, a substituição da cafeicultura, sobretudo por culturas temporárias e pastagens, com elevado índice de mecanização, o que, por sua vez levou a redução do número de estabelecimentos agropecuários, desencadeando o êxodo rural e, por conseguinte, o aumento da população urbana. Portanto, é no contexto da modernização das atividades agrícolas, a partir de 1970, que a Microrregião Geográfica de Cianorte passa a sofrer o processo de evasão populacional (GRIGÓRIO JUNIOR, 2004).

O processo de evasão populacional discutido por Grigório Júnior (2004) trata da fragilidade da teoria de Perroux (1967), uma vez que a população de trabalhadores rurais, em sua maioria, vindas de muitos municípios vizinhos, migrou em direção ao município polo na

busca de oportunidades de emprego. A agricultura aos poucos ia se mecanizando e o trabalho humano necessário começava a ser mais seletivo, específico e técnico.

A respeito da modernização agrícola, Moro (1998) aponta que o nível de emprego no campo caiu significativamente, forçando uma migração às regiões metropolitanas ou centros urbanos regionais, como no caso de Cianorte, receptora de mão de obra.

Com o incentivo do Governo Federal em proibir a lavoura do café no Estado e incentivar a produção de novos produtos de demanda internacional, o algodão e o bicho da seda tiveram, num primeiro momento, uma participação no município de Cianorte como alternativa à crise cafeeira, porém, em escalas menores, mas que, de certa forma, contribuíram para o desenvolvimento da indústria de vestuário na cidade.

Por outro lado, o principal produto que tomou forças no mercado e nas lavouras da região foi, sem dúvidas, a soja. Somente Cianorte apresentou um aumento superior a 153% das áreas cultivadas com soja, entre os anos de 1970 e 1994 (DIAS, 1998).

Ainda durante a decadência do café, as áreas de pastagens, voltadas à criação de gado também tiveram aumento, em cerca de 100%, o que, mais uma vez, implica em consequências sociais negativas quanto à liberação de mão de obra do campo, pois na pecuária não são necessários muitos trabalhadores (DIAS, 1998).

Hoje Cianorte é um conhecido polo industrial da área de confecções do vestuário, e segundo Dias (1998) a indústria de confecções na cidade teve início em 1977, mas, a partir de 1989 que começou o acelerado crescimento deste ramo industrial, o qual tem relações com o mercado externo desde sua consolidação, da mesma forma que o café, a soja, a cana.

Após a discussão teórica e conceitual e da breve introdução sobre as características históricas da fundação de Cianorte e suas transformações no campo, vamos abordar a agricultura periurbana do município. Consideramos, com base no referencial teórico e nas entrevistas realizadas em campo, que dentre outros fatores, a ligação entre o urbano e o rural é uma forte característica da periurbanização, não apenas distinta pela proximidade física, ou determinada pela divisão do plano diretor municipal.

De acordo com Dias (1998) Cianorte passou por um processo de constantes alterações no plano diretor, alternando as áreas, ora urbana e ora rurais, cuja maioria pertencia à Companhia Melhoramentos. Esta é apontada como agente imobiliário e especulador do espaço e capital no município, pois, por meio de influências e financiamentos políticos manipulava as decisões locais a seu favor, reduzindo os impostos e valorizando suas terras.

Portanto muitas chácaras localizadas no perímetro urbano do município apresentam estrutura rural, principalmente do período cafeeiro, mas que hoje abandonaram a atividade agrícola, apesar de permanecerem habitadas. A Figura 10 a seguir é um exemplo de residência com estrutura rural, com terreiro de café e galpão, em área periurbana.



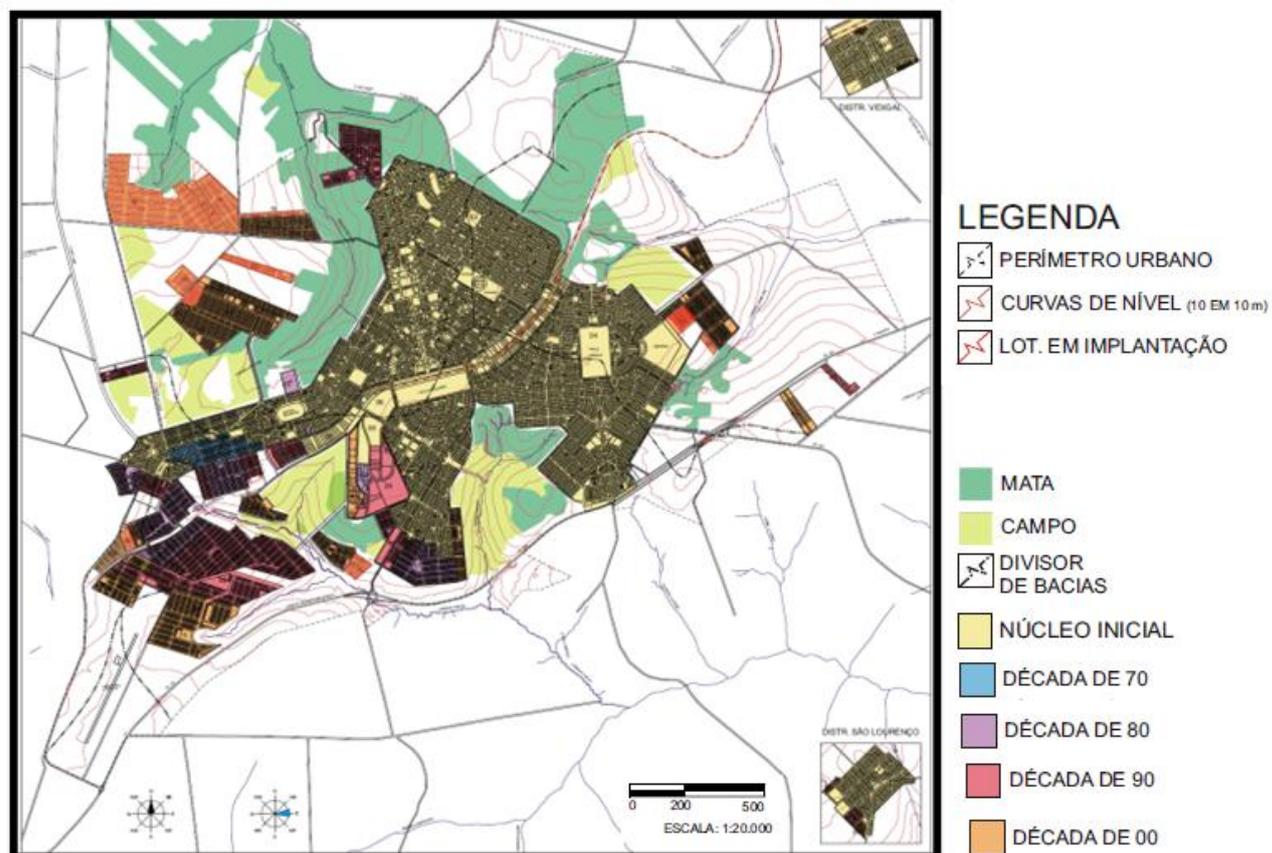
Figura10: Estrutura rural no meio urbano
Fonte: ICERI, 2013.

Dias (1998) discute e avalia o projeto imobiliário da CMNP de divisões rurais em pequenos lotes como uma estratégia lucrativa da empresa, para que pudesse atrair mais pessoas para a região e depois efetuasse seu projeto urbanístico já previsto. A cidade, então, estaria esperando de braços abertos para que as famílias de pequenos agricultores que não conseguissem se sustentar mais no campo, devido a mecanização, pudessem migrar em sua direção.

Um fator importante para compreendermos a questão periurbana em Cianorte é que seu planejamento foi inspirado nos projetos das cidades jardins na Inglaterra, elaborados por Ebenezer Howard. Entretanto, sua materialização não fora semelhante, pois o projeto era previsto para cidades de menor porte e que fossem autossuficientes em emprego, indústria, comércio e na produção alimentar. Para isso, teriam chácaras nas zonas limítrofes entre urbano/rural que pudessem fornecer alimentos frescos à população urbana, frequentemente. Isso explica porque a região é repleta de chácaras e mesmo que já não produzam mais, mantêm sua antiga estrutura.

Acredita-se que a CMNP esteja exercendo uma especulação fundiária com as vastas terras que possui na zona periurbana, as quais se valorizam aos poucos, à medida que a cidade

se expande e surgem novos loteamentos e condomínios de luxo próximos ao Parque Cinturão Verde, que é de propriedade da CMNP, como pode ser observado no mapa 2.



Mapa 2: Expansão Urbana de Cianorte
Fonte: Prefeitura Municipal de Cianorte, 2012.

Na estrada que liga Cianorte ao seu distrito de Vidgal percebemos a concentração de propriedades familiares de agricultores, os quais fazem parte da Associação dos Produtores Feirantes. De acordo com as entrevistas realizadas com os feirantes, foi apresentado que a distância média das propriedades familiares até a feira é aproximadamente 10 km. Além disso, a relação entre estes espaços é íntima e frequente, pois, 3 vezes na semana os agricultores realizam a Feira (2^a, 4^a e 6^a feira) e nos outros 2 dias da semana (3^a e 5^a feira), aqueles que vendem para supermercados e para as escolas fazem suas entregas. Ou seja, mesmo morando e trabalhando no sítio, devem ir até à cidade de 3 à 5 dias na semana.

É nesse sentido que consideramos a existência da agricultura periurbana, pois, além da concentração de propriedades produtoras de alimentos em áreas, relativamente, próximas do perímetro urbano, também ocorre interação entre os espaços. Além disso, observamos que em

algumas famílias existem integrantes que trabalham de forma informal na cidade, fazendo “bicos” ou então, aqueles que trabalham no setor industrial, principalmente nas confecções.

Entendemos que além da localização geográfica dos agricultores familiares do município de Cianorte estar disposta, na maioria, em áreas consideradas periurbanas, também sofrem com as pressões econômicas e políticas de dois agentes: a expansão do urbano e do agronegócio que não absorve mão de obra.

A preocupação com esta realidade abarca a fragilidade produtiva local, e o enfraquecimento da política de segurança e soberania alimentar. A produção local em termos de abastecimento voltado à alimentação diminuiu, o alimento no município encareceu e as características culturais, eventos e hábitos se alteraram, os recursos naturais começam a ser saturados e a migração e marginalização de certos agricultores surgiu, principalmente a partir de seu envelhecimento e, com isso, redução da força de trabalho, que não é renovada pelos mais jovens.

Segundo Grigório Júnior (2004) as lavouras permanentes na Microrregião Geográfica de Cianorte tiveram suas áreas reduzidas em 83% enquanto a temporária e pastagens tiveram aumento de 52% e 60% respectivamente, entre os anos de 1970 a 1996. Neste mesmo período, o autor afirma que na região o número de estabelecimentos com área de até 10 ha diminuiu 72%, enquanto houve crescimento de 63% no número de estabelecimentos com área entre 100 e 1000 ha e de 28% nos estabelecimentos com área maior que 1000 ha.

(...) a modernização da agricultura provocou em larga escala, a substituição da cafeicultura, sobretudo por culturas temporárias e pastagens, com elevado índice de mecanização, o que, por sua vez levou a redução do número de estabelecimentos agropecuários, desencadeando o êxodo rural e, por conseguinte, o aumento da população urbana. Portanto, é no contexto da modernização das atividades agrícolas, a partir de 1970, que a Microrregião Geográfica de Cianorte passa a sofrer o processo de evasão populacional (GRIGÓRIO JÚNIOR, 2004, p.97).

Segundo Souza (2006), um dos maiores problemas do modelo agrícola praticado atualmente é a presença e domínio da monocultura, pois o monocultivo torna o sistema de produção mais instável e vulnerável às adversidades do meio, uma vez que inibe ou elimina o equilíbrio biológico. Sem a diversificação das plantas, as lavouras tornam-se as únicas espécies disponíveis para as pragas atacarem. Dessa forma, as monoculturas regionais tem se viabilizado por meio de crescentes e permanentes doses de agrotóxicos, explicando a histórica dependência desses na agricultura brasileira a partir da Revolução Verde.

Não só na cadeia produtiva vegetal, mas também na pecuária a monoprodução tem afetado as famílias de agricultores que disputam territórios geográficos e de mercado com os

complexos agroindustriais. Em Cianorte destacamos “um complexo agroindustrial completo e integrado, [que], por exemplo, aparece no caso da avicultura (milho - rações - produção avícola - carne industrializada)” (SORJ, 1977, p.29). As lavouras de grãos voltadas à produção de rações domina a paisagem rural do município e compõe a cadeia agroindustrial de produção de cerca de 30 mil frangos por dia.

Com sementes transgênicas, é possível dispersar a produção, modificando a paisagem natural, além disso, as criações de aves e suínos em quintais estão cada vez menos frequentes, ao passo que a cadeia produtiva de larga escala já envolveu este setor em suas entranhas.

Sobre o desrespeito à sazonalidade e à regionalização promovida pela tecnologia de adaptação de plantas em diferentes biomas e pela descaracterização do consumo local, Khatounian (2001) explica que:

Historicamente a sazonalidade foi uma das marcas das dietas humanas (...) ela incorporava à cultura alimentar sob a forma dos pratos de época, era um vínculo entre alimentação humana e os ciclos da natureza. Essa sazonalidade incorporava-se também à esfera social, nos eventos ligados às safras, tais como as pamonhas, as rodas de farinha e as festas juninas (KHATOUNIAN, 2001, p.54).

Como dito, todas essas transformações além de alterarem a cultura alimentar, também acabam forçando a migração. Em Bogotá, Cantor (2010) descreve que muitas famílias deixam o campo em direção à cidade temendo a violência dos grupos de poderes que dominam estes territórios. Já no caso de Cianorte, a migração tem um fator implícito, ou seja, não é um agente personificado como em Bogotá, mas que também impulsiona membros da família, ou ela toda, para o trabalho na cidade. A pressão das políticas de incentivo à produção de *commodities* em larga escala e o retorno de renda insuficiente e insatisfatório para tanto trabalho, desestimulam muitas famílias que acabam cedendo seu território ou sua força de trabalho a serviço do *agro-business*.

Para Cantor (2010), uma perda significativa para os desprezados “é o espaço geográfico, que significa formas de habitat e afetos. Esse processo denomina-se desterritorialização e caracteriza-se pelo replantio da identidade social construída historicamente”, porém em outro espaço: o urbano (CANTOR, 2010, p.64, tradução nossa).

Para muitos autores, é a partir desta “expulsão” do campo em direção à cidade que surge a agricultura urbana, como forma de retomar os hábitos de plantar e cultivar alimentos, mesmo que numa escala, extremamente menor.

O esquema da figura 11, a seguir, busca representar a dinâmica dos produtores familiares pressionados pelo crescimento urbano e também pelo o agronegócio. Nas fotografias podemos perceber o avanço urbano em direção ao campo, pela construção de loteamentos e também que em áreas de predominância do agronegócio são raras as propriedades familiares, predomina-se a ausência humana.

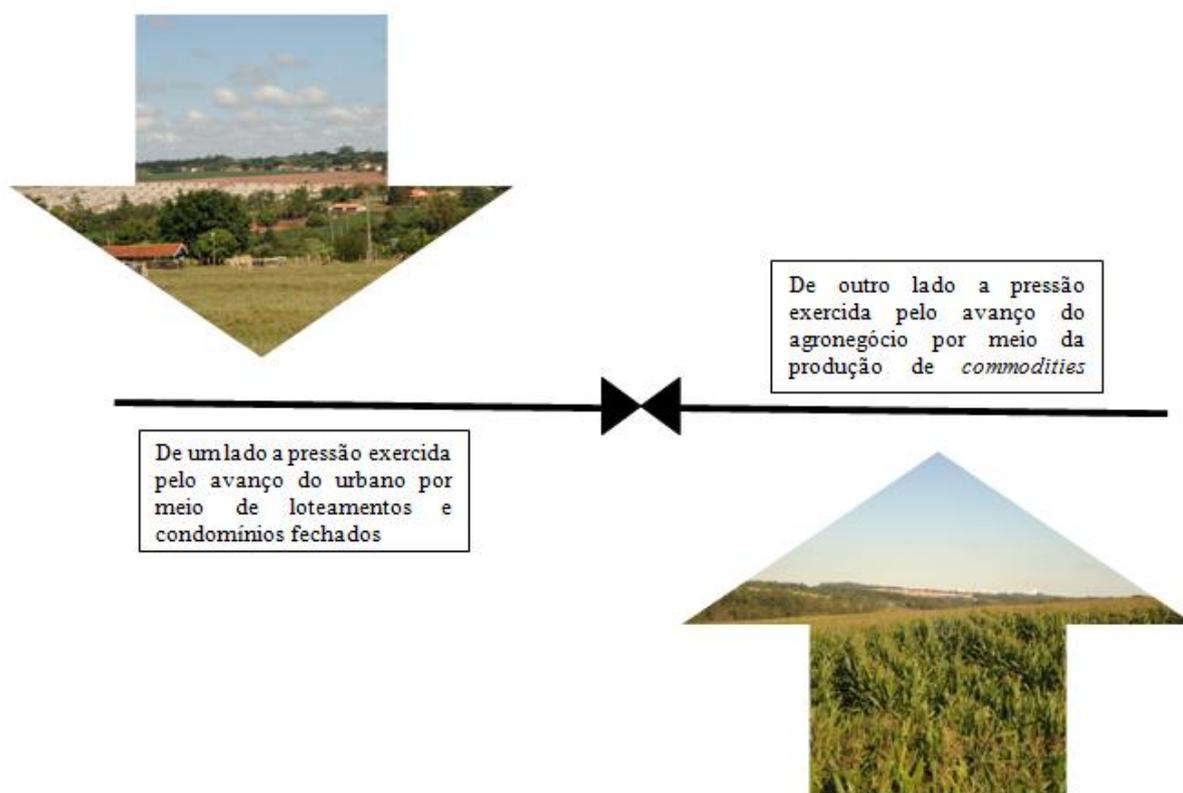


Figura 11: Esquema das pressões exercidas sobre a agricultura periurbana
Fonte: ICERI, 2013.

Quanto à agricultura urbana em Cianorte, dos pontos selecionados para visita a campo, através da observação da imagem de satélite, percebemos que somente a região periférica e de baixa renda de Cianorte pratica a agricultura urbana nos quintais das casas e/ou em terrenos baldios. A maior parte produz alimentos voltados ao autoconsumo, e para a comunidade local. Os terrenos utilizados para o cultivo, quando não são no próprio quintal, são de donos desconhecidos que sequer sabem da atividade, ou que acabam o emprestando.

As figuras a seguir apresentam as três variações dos tipos de agricultura urbana encontradas em Cianorte: Figura 12 com horta urbana pequena no próprio terreno do proprietário; Figura 13 com apenas plantação de mandioca e em terreno baldio emprestado e Figura 14 com a única horta comunitária do município, desenvolvida por uma entidade

filantrópica, “Rainha da Paz”, mas que acaba sendo cultivada apenas por um senhor de idade que vende os produtos e não estabelece relações de trocas, nem cooperativismo no bairro. Segundo o produtor, o bairro não se interessou em cultivar e, portanto, ele assumiu essa tarefa.



Figura 12: Horta urbana
Fonte: ICERI, 2013.



Figura 13: Agricultura urbana sem diversidade
Fonte: ICERI, 2013.



Figura 14: Horta Comunitária, porém com trabalho individual
Fonte: ICERI, 2013.

A discussão teórica a respeito da circulação de alimentos no capítulo 1, em que apontamos a importância dos circuitos curtos de distribuição, através da conquista do mercado consumidor local e do comércio de proximidade, será aqui apresentada de forma empírica no caso da CEASA.

Segundo as centrais de abastecimento - CEASA, elas foram desenvolvidas para atender o produtor, que na época não conseguia vender seu produto, devido à logística/acesso. Então foi criado um local de acesso aos produtores e compradores; depois se criou a função de abastecimento, controle de qualidade e assistência ao produtor com relação ao preço. O papel do Estado era trazer compradores. Mas hoje funciona como gestor do espaço público. Não compram e não vendem nada, só gerenciam.

Pela função descrita, o CEASA tem um papel importante hoje no abastecimento alimentar, pois, a maior parte dos supermercados de Cianorte compram suas frutas, verduras, legumes, etc. nessas centrais. Por sua vez, a maioria dos consumidores, adquire seus alimentos em supermercados, o que fortalece esta lógica de abastecimento. Porém, se houvesse uma organização local para a diversificação produtiva e uma fidelidade consumidora que apoiasse e valorizasse essa agricultura, talvez a importância da CEASA fosse reduzida, proporcionalmente à medida que a distribuição em circuito curto aumentasse.

Segundo o gerente da CEASA-Maringá, as centrais de abastecimento são como um shopping de hortaliças e frutas. O lugar é do Estado e, portanto, paga-se aluguel para o governo, 1% fica para a prefeitura local, mas os boxes (lojas) são de cada proprietário e cada um compra de algum lugar qualquer do Brasil. Além disso, os atacadistas podem fazer contato para importar alimentos de outros países que também chegam até a CEASA e que acabam sendo comercializados para os supermercados, normalmente.

No caso de Cianorte, grande parte dos varejistas buscam frutas e hortaliças semanalmente na CEASA-Maringá, pois afirmam que a qualidade do produto é elevada e também garantem o abastecimento.

O gráfico 1 seguinte apresenta a movimentação de compra de alimentos nas Unidades CEASA do Estado do Paraná. Isso, porque, segundo o gerente da CEASA de Maringá, o município de Cianorte não possui representatividade no abastecimento da central, pelo contrário, acaba comprando muito mais do que vendendo.

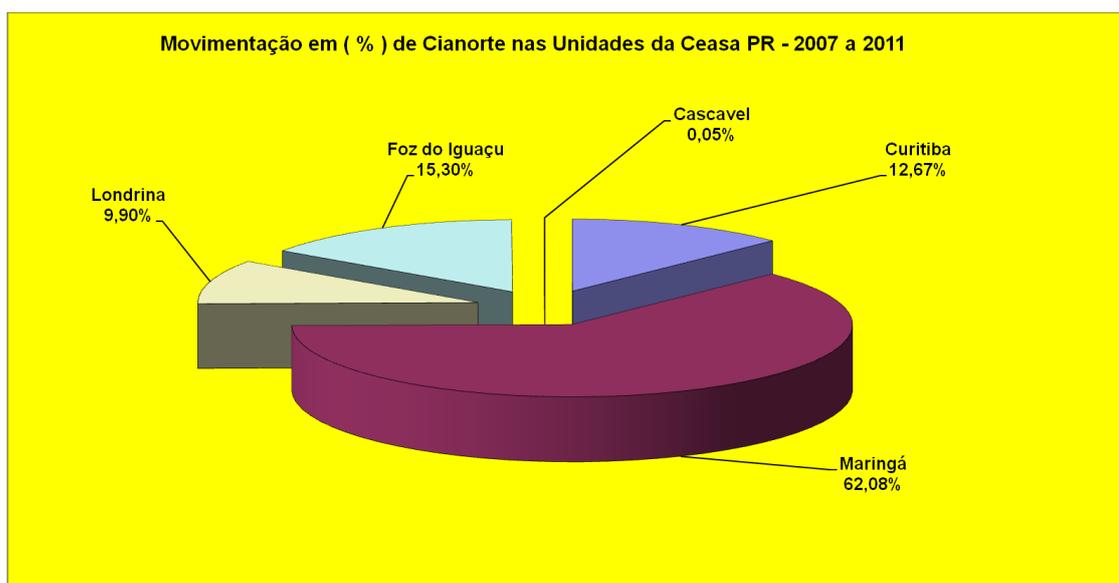


Gráfico 1: Movimentação de alimentos em Cianorte em porcentagem nas Unidades CEASA-PR
Fonte: Ceasa-Maringá.

A maior representatividade no setor de abastecimento é, de fato, no CEASA-Maringá, devida localização, principalmente, e pela garantia de fornecimento, frequência e, segundo os varejistas, pela qualidade dos produtos.

Brunhes (1962) faz alusão às mudanças ocorridas com a extensão da vida urbana ao se referir ao crescimento das plantações de legumes nas vizinhanças das cidades. Também aponta para a nova relação tempo/espaço e ao crescimento da competitividade de mercado:

(...) a facilidade e a rapidez dos transportes levaram, em toda parte, à transformação dos hortelãos em especialistas do cultivo de produtos temporãos, no sentido de que todos os produtos vão dependendo cada vez mais do dia e até da hora em que podem chegar aos grandes mercados. Assim, trata-se de uma rivalidade constante, exercendo-se entre todas as regiões de nossos territórios cultivados; os mercados urbanos de grande consumo (...) (BRUNHES, 1962, p. 238).



Figura 15: Deslocamento humano para abastecimento e circulação de alimentos
Fonte: ICERI, 2013.

O mapa 3 a seguir representa o caminho da alimentação até o cianortense, bem como os produtos que saem da produção local do município. Destacamos os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Bahia como os principais fornecedores, dentre os quais estão inclusos diversos municípios, com uma enorme variação de frutas e hortaliças. Além disso, também foram citados outros países que, normalmente, fornecem maçã, pera, uva, nectarina e outras frutas vermelhas: Argentina, Chile, Itália, Estados Unidos da América e Portugal.

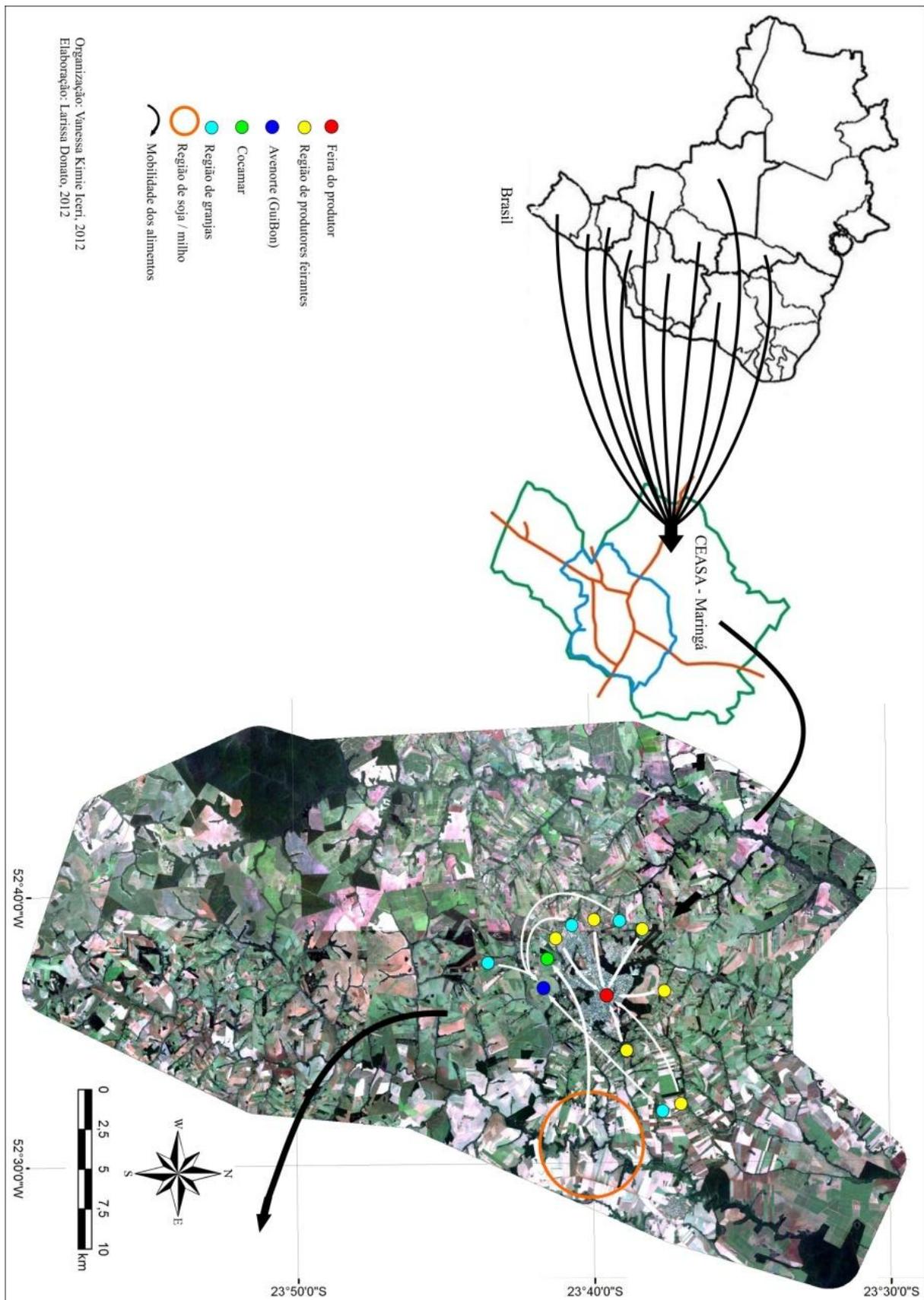
Ao chegar a Maringá, o produto é entregue ao varejista, na maioria supermercados, que levam a mercadoria para Cianorte, onde será consumida. Por sua vez, existe a dinâmica interna dos agricultores familiares, produtores/feirantes e agricultores urbanos/periurbanos que realizam comércio direto com o consumidor, ou vendem para supermercados sem passar pela CEASA ou estabelecem relações de trocas e doações entre seus vizinhos.

Como resultado das entrevistas de campo, pudemos observar que as vastas áreas de terra com produção de grãos, arrendadas ou não, destinam sua produção à cadeia produtiva de

ração da COCAMAR ou para a Avenorte Avícola Cianorte Ltda.⁷, que domina o mercado de frangos na região.

Nos pontos assinalados de amarelo no mapa 3, notamos as áreas de concentração de propriedades produtoras de alimento voltadas ao abastecimento interno, as quais vendem na feira do produtor, em restaurantes, algumas em supermercados, e também fornecendo alimento nas escolas pelo PNAE.

⁷ Empresa que domina o setor de produção, industrialização e transporte dos frangos, através de duas marcas, a Guibon e a Frango Amazonas. Em 1997, ano de início, a empresa abatia 2.000 frangos por dia, em 2007 passou a 115.000/dia, passando em 2011 para 180.000/dia (Fonte: <http://www.guibon.com.br/Brasil/nossamarca.php>)



Organização: Vanessa Krimm Iceri, 2012
 Elaboração: Larissa Donato, 2012

Mapa 3: Fluxos de circulação de alimentos em Cianorte
 Fonte: ICERI, 2013.

Como o recorte espacial do estudo é feito no espaço periurbano, percorremos esta área a fim de observar se os pequenos lotes visualizados pela imagem satélite, adquirida pelo Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização –NEMO, eram propriedades familiares que trabalhavam com a policultura voltada ao abastecimento da cidade.

O campo exploratório está marcado pelos pontos em vermelho da Figura 16, onde fizemos anotações das condições estruturais das propriedades e do uso do solo. Na área urbana, em amarelo, encontra-se a Feira do Produtor de Cianorte, ponto de convergência da relação direta entre produtores e consumidores e onde foram aplicados os questionários semi-estruturados. Além disso, destacamos em verde e azul a COCAMAR e Avenorte, respectivamente, que são dois pontos de importância na captação de grãos e aves.



Figura 16: Recorte espacial da área de estudo com os pontos marcados à campo.

Além do recorte espacial, foram levantadas todas as formas possíveis de comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar em Cianorte, os quais são descritos a seguir:

- **Feira do Produtor**, organizada por meio de uma associação, é o único mecanismo coletivo e de autogestão que permite a relação direta entre os produtores e os consumidores. Os próprios agricultores fazem o papel da comercialização, deslocando-se até a zona urbana onde está situado o barracão.

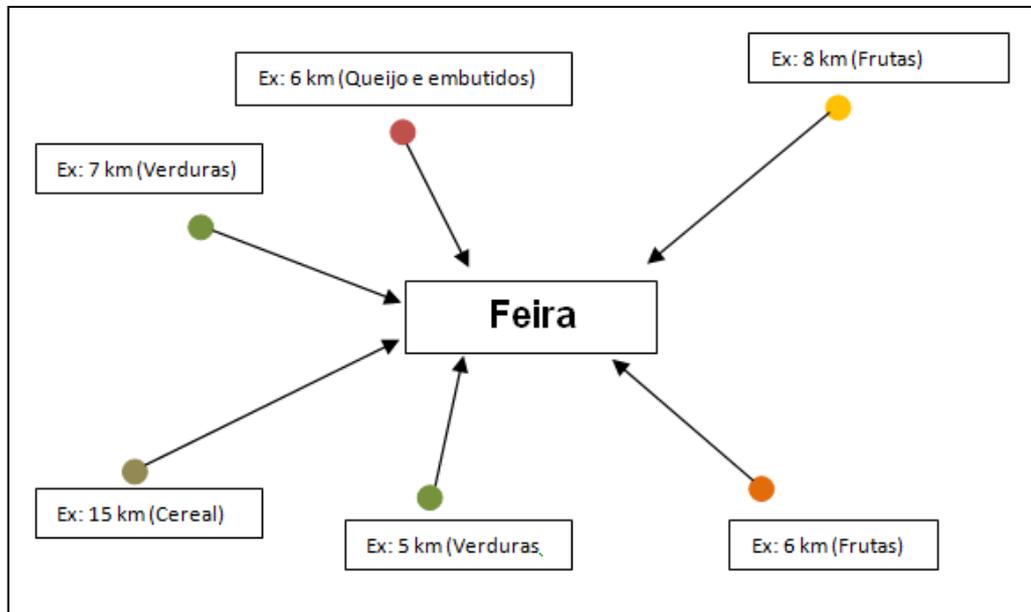


Figura 17: Esquema de organização da feira de Cianorte ICERI, 2013.

- **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**, também conhecido como “Compra Direta” é uma política pública nacional. Por meio dela o Governo Federal manda verba para a Prefeitura Municipal, a qual fica responsável pelo cadastro dos fornecedores, administra as entregas e fiscaliza a qualidade dos alimentos que serão entregues aos estabelecimentos públicos com alimentação coletiva. (Na França esta relação existe, porém não são todas as cidades e, além disso, a iniciativa parte da prefeitura e não do Governo Federal).

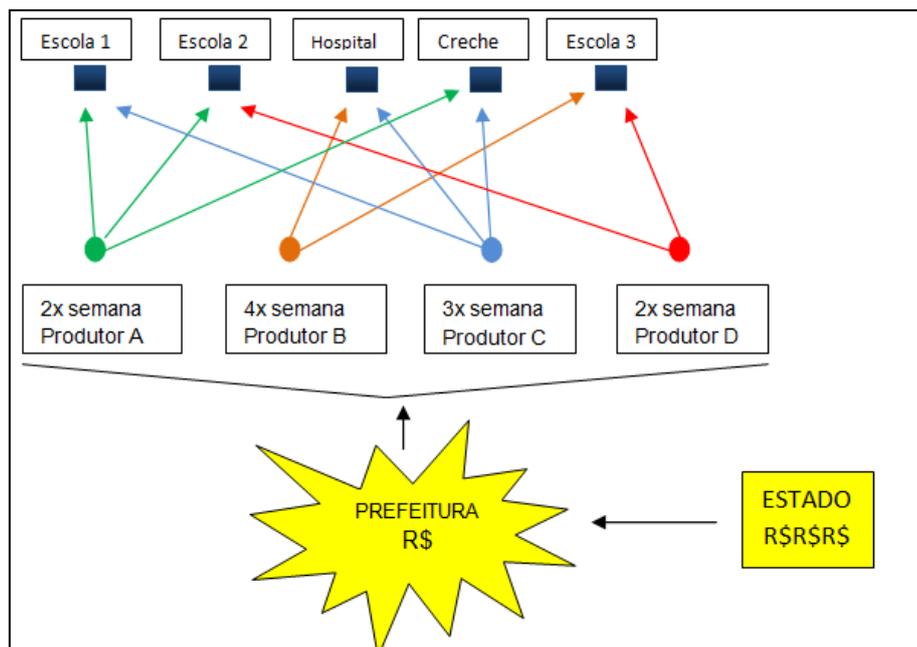


Figura 18: Esquema de compra direta através de programas públicos. ICERI, 2013.

- Venda para **estabelecimentos comerciais** - agricultores da região vendem seus produtos aos mercados, supermercados, quitandas e etc., porém o CEASA demonstra ter grande representatividade como fornecedor. Mesmo tendo que buscar os alimentos em Maringá, os estabelecimentos dizem que o fornecimento da compra no CEASA é certo, independente da estação do ano, garantindo assim, o acesso de qualquer produto ao cliente, o qual não adapta sua alimentação à sazonalidade:

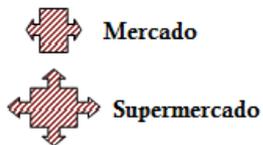
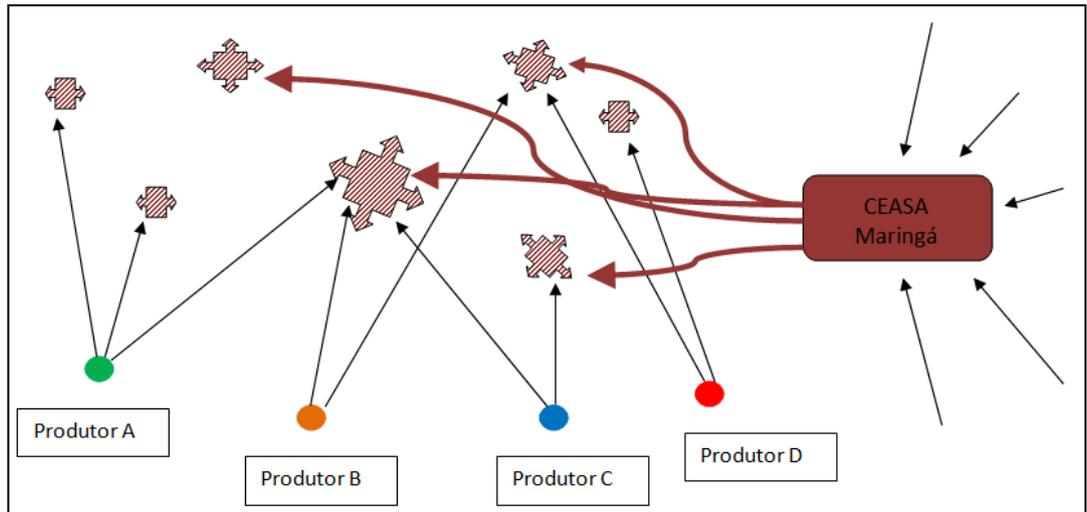


Figura 19: Esquema de fornecimento de alimentos aos estabelecimentos comerciais. ICERI, 2013.

- **Consumidor que se desloca até a propriedade agrícola** para comprar alimentos. Apesar da frequência ser reduzida, esta é outra relação direta entre consumidor e produtor que permite maior interação e ainda possibilita o conhecimento do lugar onde são produzidos os alimentos, as práticas de cultivo, e as dificuldades.

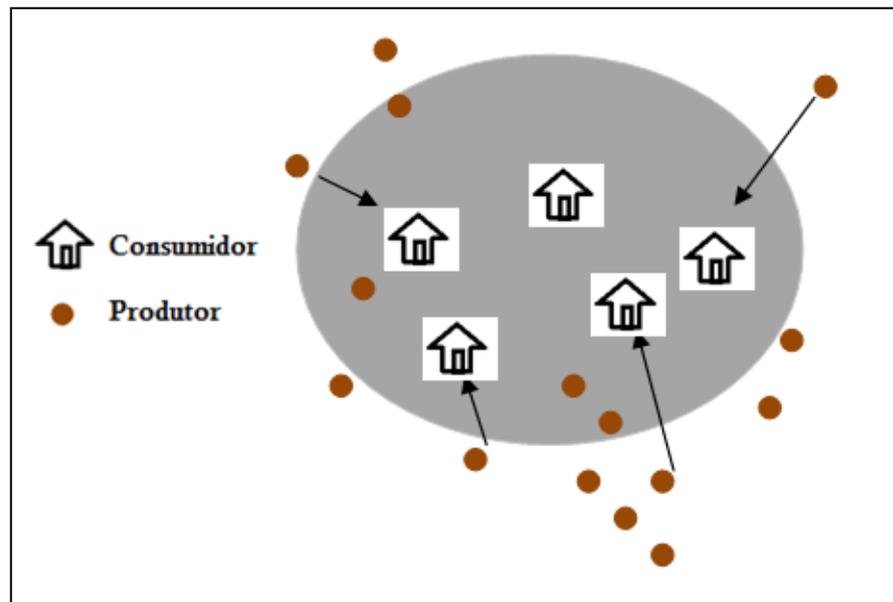


Figura 20: Venda direta na propriedade. ICERI, 2012.

- **Comércio com intermediador ambulante** - um caminhão ou vários caminhões se deslocam até uma propriedade [na região ou não], compram os alimentos e passam vendendo pela cidade. No Brasil este tipo de comércio é tradicional e o marketing ambulante usado são os autofalantes que passam pelas ruas anunciando os produtos e atraindo muitos fregueses.

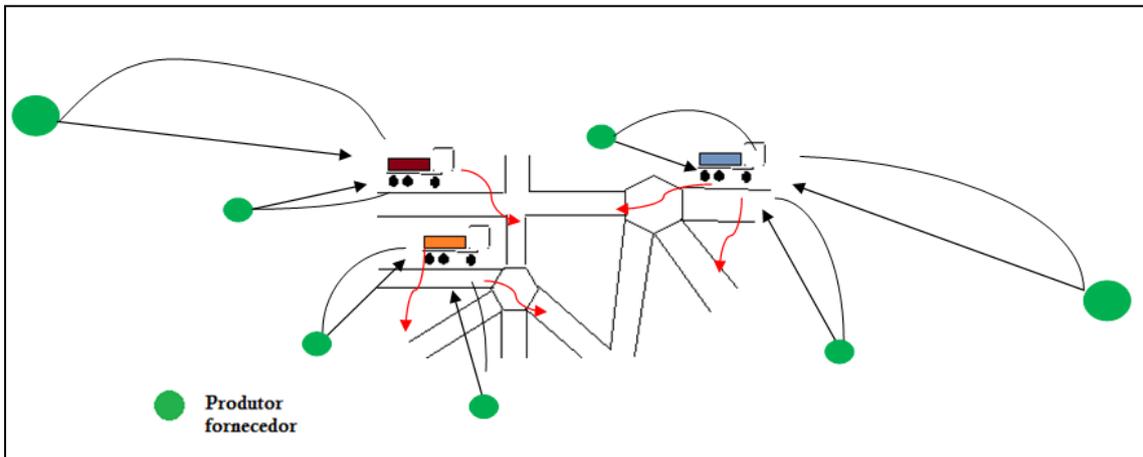


Figura 21: Comércio ambulante de alimentos.
ICERI, 2013.

- **Caminhão em ponto fixo de venda.** Funciona como o esquema anterior, porém os caminhões ficam sempre estacionados num mesmo lugar, garantindo que o cliente possa ir sempre até ele. Normalmente estão fixados em pontos estratégicos de grande movimentação de pessoas.

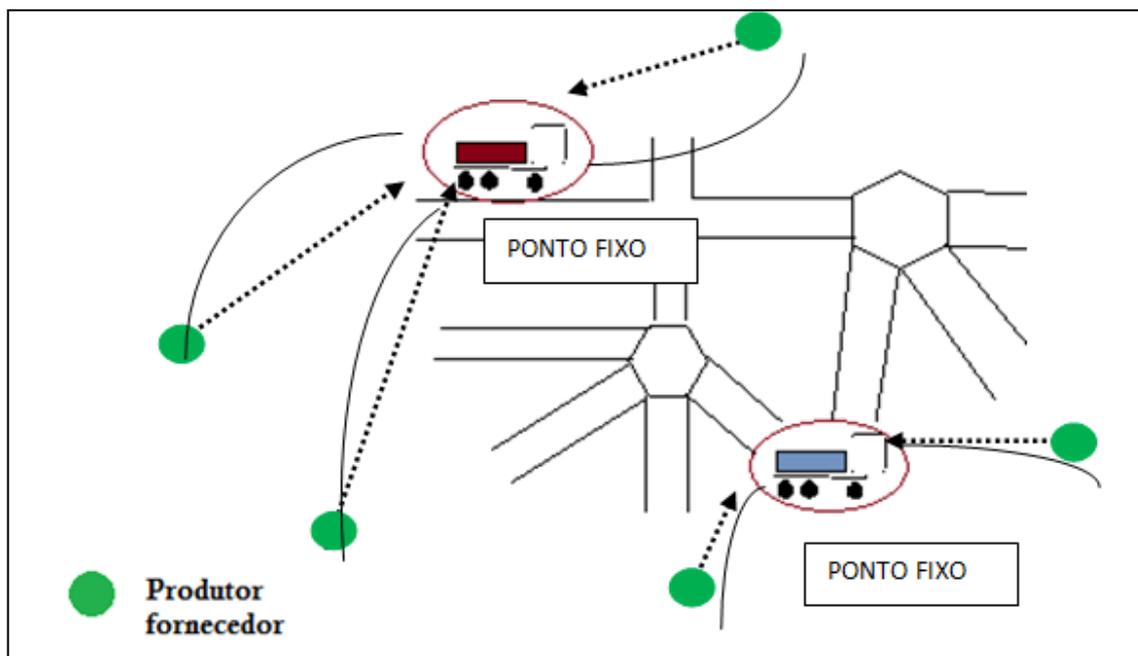


Figura 22: Comércio informal de alimentos em pontos estratégicos da cidade. ICERI, 2013.

- **Festas e eventos** locais/regionais. As famílias produtores se unem para transformar suas matérias primas em alimentos mais elaborados de confeitaria, panificação, porções, assados, bebidas... Em Cianorte é tradicional a Festa do Morango realizada todo mês de Agosto, onde formam pequenos grupos de 3 a 5 pessoas para produzir em suas próprias residências todos os tipos possíveis de receitas com morango e vender durante a festa. Parte do dinheiro arrecadado é repartida entre as famílias e o restante fica para associação da Feira dos Produtores.

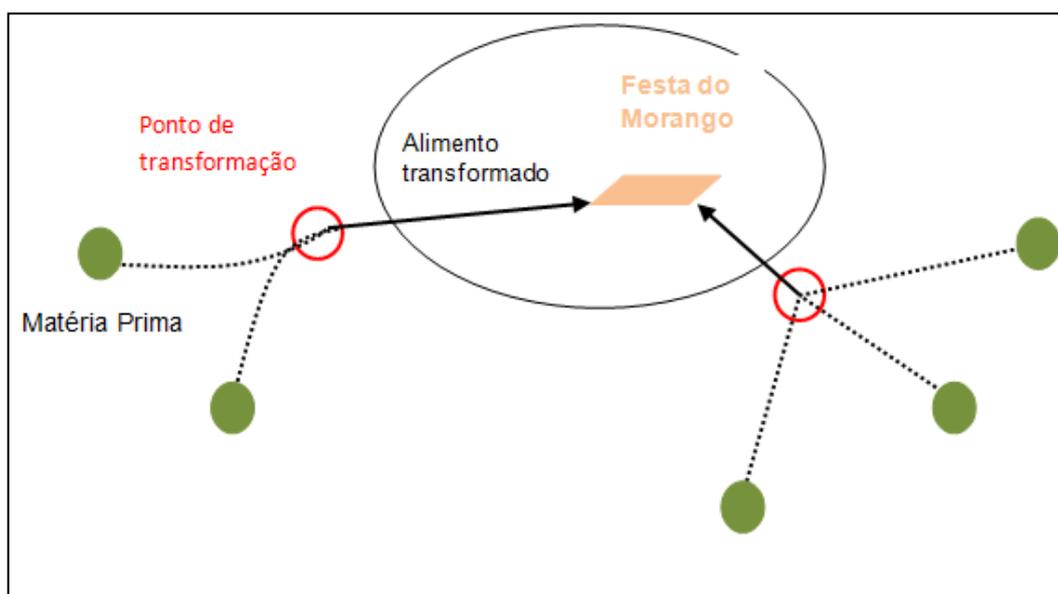


Figura 23: Organização entre os produtores para o festival do morango. ICERI, 2013.

A partir desta análise espacial de comercialização de alimentos, escolhemos a feira como foco da pesquisa por se tratar de uma associação, que atua com características da Economia Solidária, e que estabelece um circuito curto de distribuição devido à produção periurbana e o comércio direto.

Portanto foram entrevistados 20 produtores dos 65 associados da Feira, à qual completa 31 anos em 2013. Como resultado desta entrevista obtivemos que a distância média percorrida pelos produtores até chegar à feira é de 10 km, aproximadamente. Além disso, o tamanho médio das propriedades é de 8 hectares. Sendo o módulo rural em Cianorte igual à de 20 hectares, como já fora citado anteriormente, podemos então, considerá-los minifundiários.

Ainda assim, com uma pequena área, a produção desses agricultores é bem diversificada com verduras, frutas cítricas, mandioca, couve flor, milho verde, mamão, morango, brócolis, repolho, cana de açúcar, banana, cenoura, café e carnes e derivados (bovino, suíno e galináceos).

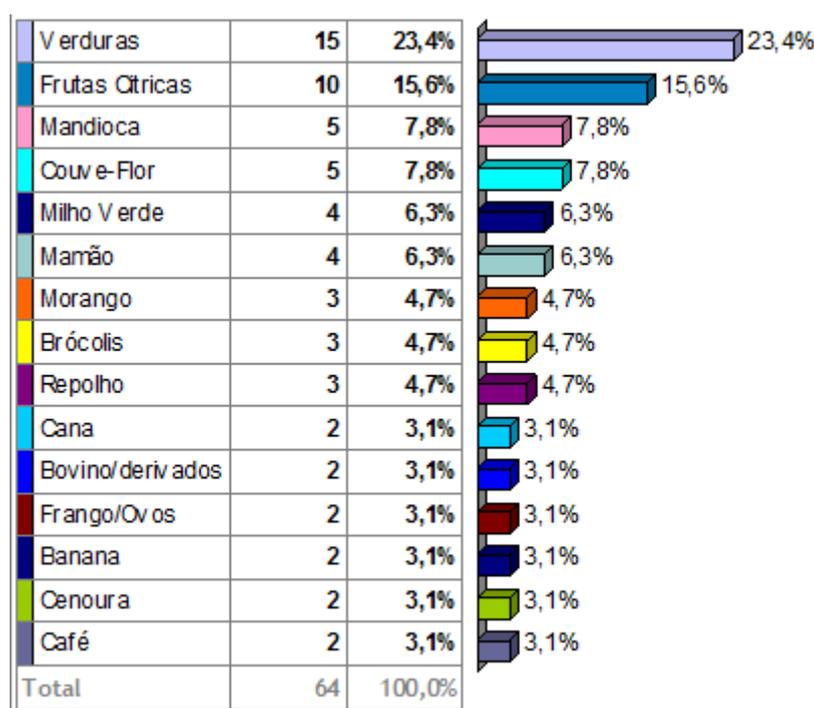


Gráfico 2: Diversidade produtiva dos agricultores feirantes de Cianorte ICERI, 2013.

O mapa 4, a seguir, representa a espacialização da policultura da agricultura familiar periurbana e urbana, além das grandes áreas de concentração de soja/milho, pasto, cana de açúcar, mandioca, elaborado a partir dos dados de campo anteriormente citados.



Mapa 4: Esquema de uso do solo periurbano em Cianorte
 Fonte: ICERI, 2013.

Quanto ao destino desses alimentos, ou seja, ao mercado consumidor dos agricultores familiares, foi citada em primeiro lugar a feira, com 54,5%, em seguida o Programa de Aquisição de Alimentos ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar com 21,2%, seguido dos supermercados com 9,1%. Ainda existem aqueles que vendem diretamente para festas (6,1%), laticínios, quitandas e indústria de farinha (3% cada).

Sobre a forma de produção, nos interessou saber se os agricultores usavam produtos químicos (fertilizantes, pesticidas, agrotóxicos em geral) ou não, mesmo que a produtora de orgânicos entrevistada “M” já tivesse adiantado que somente ela e mais um plantavam sem agrotóxicos. Porém o resultado obtido foi que 75% usam qualquer aditivo na agricultura ou pecuária, mas 25% (5 pessoas) disseram que não. Percebíamos durante as entrevistas que alguns feirantes não respondiam diretamente quais produtos usavam e normalmente diziam “é tudo natural e fresco”, mas que depois citavam “alguma coisa pra acabar com as pragas só”. Por outro lado, existiam aqueles que diziam “sim nós usamos os produtos tudo certinho, como o agrônomo indica”, como sendo o “correto”. Além disso, também foi observado que entre os

dois produtores referenciais de orgânicos, somente a produtora “M” mostrava-se engajada politicamente com as razões desse tipo de produção, enquanto o produtor “J”, com mais de 65 anos, dizia que esta foi a forma que ele conhecia para plantar e por isso assim o fazia.

Seguida da questão do uso de agrotóxicos, foi indagado o conhecimento de algum caso de intoxicação por qualquer produto químico agrícola, 85% disseram não ter conhecimento nenhum. Para Nishiyama (2003) existem muitas dificuldades em registrar ocorrências de intoxicação por agrotóxico: primeiro porque nem sempre as pessoas se dirigem ao hospital, a não ser que ocorra um contato direto (ingestão, inalação) e segundo porque os sintomas podem ser diagnosticados por alguma outra causa.

Antes de entrarmos na discussão do perfil do consumidor de Cianorte, também fizemos a pergunta aos produtores de alimento “se algo é necessário ser adquirido na cidade e o que”. A maior ocorrência foi de 85% para o arroz e 75% para o feijão, os principais componentes da base alimentar brasileira. Ainda foram citados carnes (45%), macarrão (30%), açúcar (25%), refrigerante (15%), farinha (15%), frutas (10%), leite e derivados (10%).

Dentre as dificuldades da enfrentadas hoje pela atividade agrícola a que maior se destacou foi a falta de confiança no Governo, com 25%. Essa desconfiança refere-se aos programas públicos de incentivo à agricultura familiar e às promessas políticas que não são cumpridas.

A indústria gera mais renda que um ou dois agricultores. Há uns dois anos atrás num tava quase fazendo PRONAF, mas vinha uma cota pra indústria de confecção e uma cota pra produtor. O que eles faziam, vinham e davam pra aqueles grandes agricultores, mas os pequenininhos nem “tchum”. Tinha vezes que o dinheiro vinha e voltava. Já chegou a voltar mais de 1 milhão pra traz. Daí o governo viu, num sei se dedaram, mas fizeram uma reunião lá e ficou decidido que em um ano tinha que ter 100 ou 120 PRONAFs, se não iam cortar a cota da indústria de confecção. Na confecção cada investimento era 200 ou 300 mil... Menina, num faltava nem eles oferecer dinheiro, porque ligaram em casa! Se eles não tivessem a cota de PRONAF pra pequeno produtor rural, eles iam perder a cota da indústria. Daí conseguiram. (PRODUTORA G).

Outros problemas, ainda citados, foram: a baixa produtividade e a falta de consumidores, com a incidência de 20% dos entrevistados, os altos valores dos produtos químicos com a incidência de (15%), o cansaço do trabalho pesado, independente de feriado

ou da temperatura do dia com a incidência de (15%), o baixo valor de mercado dos alimentos vendidos por eles com a incidência de (15%), a falta de assistência técnica com a incidência de (10%), falta de incentivo à agroecologia com a incidência de (10%), a supervalorização dos produtos de outras regiões com a incidência de (5%), problemas com a terra e pragas na soja com a incidência de (5%). Além disso, é claro, 10% deles também disseram não existir problema algum.

Outra resposta que chamou atenção foi a falta de união entre os produtores (10%). Ainda que 85% da amostra faça parte da Associação da Feira, o presidente dela aponta a falta de interesse de alguns e o medo e a insegurança em mudar. Além disso, existe um grande número de “Apros”, associações de produtores, criadas pela Secretaria da Agricultura para atender ao rodízio de maquinário fornecido e também atender à certos pedidos da associação. Elas são estabelecidas de acordo com a localização das propriedades, como se cada “bairro agrícola” fosse uma associação. Mesmo essa agregação de proprietários em associações ser descrita pela Secretaria da Agricultura de Cianorte, esses proprietários não apresentam pertencimento à elas.

Para aqueles que produzem grãos, o destino, na maioria é a Cocamar, portanto está é outra forma de associação, por meio desta grande cooperativa capitalista.

Como forma de agregar valor aos alimentos produzidos pelos agricultores de Cianorte a prefeitura, em parceria com a Emater, diz ter contribuído com a formação de pequenas agroindústrias (queijo, massas, embutidos, polpa de suco).



Figura 24.: Casal de produtores familiar ao lado do representante da prefeitura na agroindústria de embutidos
Fonte: ICERI, 2013.

Por sua vez, o presidente da Feira dos Produtores, Sr. José Braga, afirma que:

Nós aqui, a gente mesmo correu atrás, a gente mesmo arrumou as barracas e tal, porque ajuda mesmo... Nada [à respeito de sua agroindústria de massas]. Mas daí, quando a gente inaugurou, o pessoal da prefeitura, EMATER... Tudo veio ver nós. Tiraram foto e saiu uma nota no jornal: pequeno agricultor abre uma agroindústria com a ajuda da EMATER e da prefeitura.

Essa é, infelizmente, uma clássica contradição do discurso público e dos agentes envolvidos, relacionado à política, à mídia e também ao capital. Nesse caso, as incoerências não pararam por aí. A respeito de determinados festivais e eventos de Cianorte, organizados pela prefeitura, José Braga ainda aponta que:

Eles [a prefeitura e EMATER] fazem um evento aqui na cidade e não convidam nem as lideranças [da feira] pra participar. São só eles que decidem tudo. Por exemplo, vai ter um evento e terá praça de alimentação, mas o que eles (EMATER) fizeram?! Venderam pra fora, para o pessoal da agroindústria de fora: Londrina, Umuarama... Eles queriam que eu trabalhasse com demonstração, mas é na praça de alimentação que se ganha dinheiro, né? Depois ficamos sabendo que pra vender lá na praça de alimentação será cobrado 500 reais. Mas se

nos não vendermos nada, como que fica? 500 reais é muito dinheiro, você num acha? Daí, nós já decidimos que não vamos participar mesmo.

A outra parte dos resultados da pesquisa foi com a população consumidora. Nesse caso a amostra foi de 33 respondentes, sendo 63% do sexo feminino. Mais da metade da amostra 60,6% (20 pessoas) disseram que não têm o hábito ou o interesse em verificar ou perguntar qual a origem dos alimentos que consomem. A única informação observada, normalmente, é a validade do produto.

Esta questão de conhecer a origem de determinado alimento é importante para saber se ele é local ou não, gerando renda e empregos para o município, se for de outras regiões ou outros países, saber se possuem a mesma vigilância e há quanto tempo ele está sendo transportado. Além disso, pode alertar a população a não comprar alimentos de certas áreas em alerta de infecções ou problemas com a produção.

Ainda que a maior parte de nossa amostragem não se questione quanto a origem, adquirir um alimento da feira é a resposta lógica ao conhecimento da origem, mesmo que não da forma produtiva. Porém, apenas 9,1% disseram comprar alimentos na Feira do Produtor. Os principais estabelecimentos citados para as compras foram o Supermercado Planalto (31,2%); Supermercado Cidade Canção (18,2%) e Supermercado São Francisco (15,6%), redes regionais, que começam a se fundir, mas, ainda mantém a nacionalidade.

A dieta alimentar de Cianorte não foge muito da tradicional brasileira, cujo arroz é o principal produto consumido (70%), seguido do feijão e da carne (com 67% cada). A ordem de importância decrescente segue então com as verduras (64%), os legumes (54,5%), as frutas (51,5%), as massas e biscoitos (15%), o leite e ovos (15%) e a farinha de mandioca (6%).

Assim como muitos antropólogos afirmam, nossa dieta é composta por uma mistura de sabores, provenientes de uma mistura cultural de diferentes povos e isso para muitos nutricionistas é um fator positivo. Porém, pode ser preocupante que as frutas, verduras e legumes ocupem as quartas, quintas e sextas posições, o que também possam ser um indício da redução do consumo desses produtos, como mostra o estudo da EPAGRI (2011) na página 50.

Outro dado importante para interpretação do perfil consumidor em Cianorte foi de acordo com a questão “Você tem alguma preocupação com a alimentação, no seu dia a dia?”, Extraímos que 78% dos respondentes possuem algum tipo de preocupação no que se refere o consumo alimentar. Dentre a amostra, 9% dizem se preocupar com a estética corporal, outros

9% com a ingestão de agrotóxicos e 33% com a saúde. Estas preocupações com a saúde são, infelizmente na maioria, restrições de gordura, açúcares, sal e proteínas, devido a alguma enfermidade e não por precauções.

Por fim, a pesquisa também se deu com os estabelecimentos comerciais de alimentos, porém, neste a burocracia e a falta de interesse em responder o questionário dificultou nosso acesso às informações relacionadas a esses atores. Foram questionados 6 estabelecimentos e, portanto, deles podemos extrair indicações que nos mercados e supermercados os principais fornecedores de alimentos frescos são os próprios agricultores e o CEASA de Maringá, já nos restaurantes o grande fornecedor é o próprio supermercado ou um agricultor conhecido. Nesse ponto o supermercado entra como mais um atravessador no processo de comercialização, que passará por uma agregação de valor no restaurante para então, chegar ao consumidor (voltar ao esquema da página 64, sobre o TEIKEI).

Segundo nossos entrevistados a opção do fornecedor ocorre, em primeira instância, pela qualidade do produto (mesmo que não tenham dito como eles caracterizam essa qualidade), depois o preço, a confiança e a distância. Ainda que em quarto lugar, a distancia também pode ser decisiva para a qualidade (que está em primeiro lugar) e no preço, pois quanto mais longe, mais caro será. Portanto se assim, consideram, uma boa articulação com a agricultura periurbana local pode trazer benefícios para ambas às partes.

Além disso, perguntamos para os estabelecimentos se eles observam uma oscilação no preço de determinados alimentos e a principal resposta foi quanto ao arroz e feijão (os quais não são produzidos em grande quantidade no município, tanto quando a soja e o milho). Esse fato, também pode ser relacionado com a discussão teórica do capítulo 1, que fala sobre o domínio de *commodities* nas áreas agrícolas e o domínio da bolsa (de valores) sobre a cesta (alimentar).

3. AUBIÈRE

A partir da discussão teórica do Capítulo 1 e das informações obtidas à respeito de Cianorte, pudemos chegar à escolha da comuna de Aubière para extrair aspectos compatíveis a uma comparação envolvendo a relação entre a produção urbana e periurbana alimentar e o consumo.

Para a realização da análise comparativa, foi proposto, inicialmente, o estudo das políticas públicas existentes na França que abordassem e auxiliassem o trabalho familiar agrícola voltado para a produção e comercialização alimentar, e num segundo momento seguir com o trabalho de campo, da mesma forma realizada no Brasil. Porém, devido a diversidade de setores político administrativos na França, e sua autonomia em relação ao Governo Nacional, alteramos a proposta para otimizar o trabalho durante os cinco meses de estágio.

Portanto, antes de darmos início às características gerais de Aubière e apresentarmos os resultados do trabalho de campo, serão rapidamente descritas as diversas sobreposições organizacionais administrativas, as quais se diferem pela autoridade representativa, pela escala geográfica, pela quantidade de funções e deveres e ao recolhimento de imposto.

Estado (*l'Etat*) : compete a ele defender o território e manter a ordem, estabelecer relações com outros Estados, garantir a liberdade pública, instaurar as regras de direito, reduzir as ilegalidades e ajudar nas transformações econômicas e sociais. É representado pelo Presidente da República, por um mandato de 5 anos; seguido do Primeiro Ministro.

Após a adoção da lei de descentralização do poder pelo parlamento, em 1982 passaram a existir 3 níveis de coletividades locais em exercício: a região, o departamento e a comuna.

Região (*la Région*): existem 26 regiões na França (dentre as quais 4 são ultra marinas). Ela pode tratar de assuntos diretamente com a União Europeia. Compete a ela intervir em ações econômicas, desenvolvimento do território, canais e portos fluviais, transportes, escolas e estabelecimentos de educação especial, cultura e formação profissional.

Departamento (*le Departement*): criado pela Revolução Francesa é uma coletividade territorial descentralizada, cujo corpo executivo e legislativo deve ser eleito. Existem 100 departamentos (sendo 4 ultra marinos) e cujas competências são grandes: ação social, construção e manutenção de colégios, consolidação rural, organização dos transportes escolares, proteção das crianças.

Comuna (*la Commune*): é o nível mais próximo dos cidadãos e a divisão administrativa mais antiga (Idade Média), além de ser a menor, ainda que muito numerosas (36.700). Suas principais competências são voltadas ao urbanismo, educação, ação social e econômica, estradas, transporte escolar, saneamento, coleta de lixo. Entre esta forma de divisão existem diversas maneiras de cooperação intercomunal: sindicato das comunas (*syndicat de communes*), o distrito (*district*), *communauté urbaine*, *communauté de communes*...

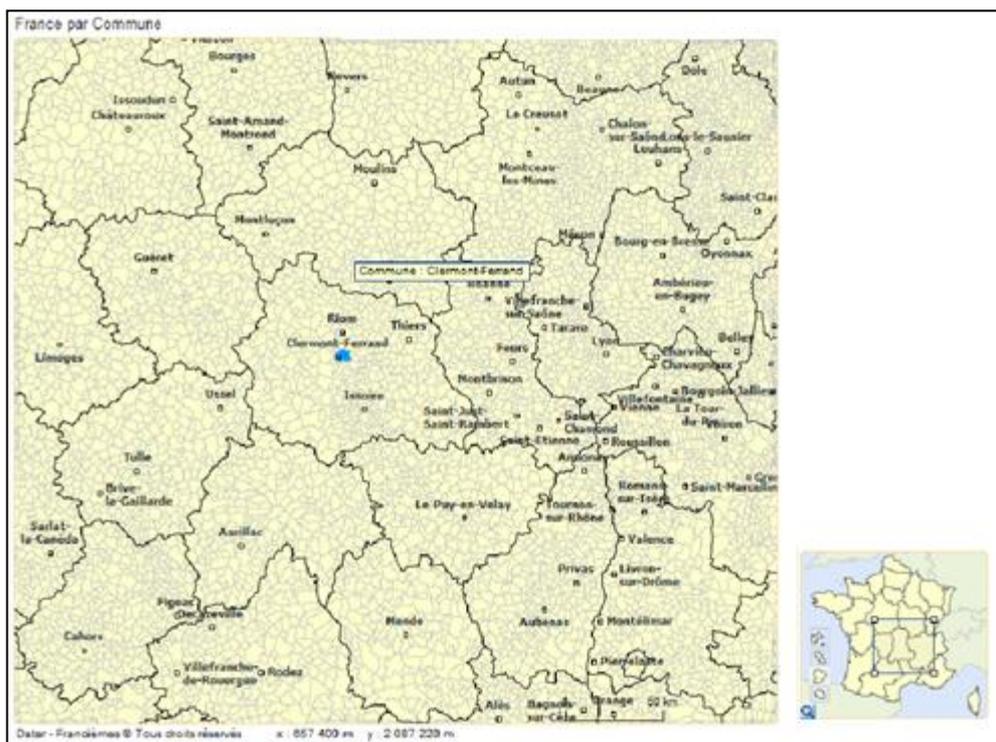


Figura 25: Representação da divisão administrativa de uma comuna em azul.
Fonte: DATAR, 2012.

A partir de 1999 com a lei Chevènement tornou-se obrigação o agrupamento em *Intercommunalité*, através do **Estabelecimento Público de Cooperação Intercomunal (EPCI)**, onde está incluída a *communauté de commune* (CC), *communauté d'agglomérations* (CA), *communautés urbaines* (CU), *Syndicats d'Agglomération*, *Syndicats Communes* e a *Métropole*.

Communauté de Commune (CC): é um estabelecimento público de cooperação intercomunal de fiscalização própria entre *communes* vizinhas, ou seja, entre espaços contínuos de solidariedade, que buscam desenvolver um projeto comum. Para realizar esta junção não existe limite previsto de habitantes, uma vez que o incentivo para tais associações é forte.

Existem duas competências obrigatórias para as CC: ações de desenvolvimento econômico de interesse comum à *communauté*, ordenamento territorial e alguma outra competência opcional.

A principal forma de arrecadação é através de impostos (habitação, construção, profissionais, agrícola...). Para isso, todas *communes* devem decidir juntas o valor destes impostos cobrados, para não criarem concorrência entre si.

Syndicat de Communes: é um estabelecimento público de cooperação entre comunas sem fiscalização própria. Ele é criado por uma duração determinada ou de acordo com uma operação determinada. As obras e serviços do sindicato devem representar o interesse de todas as comunas que o constitui.

Communauté d'Agglomération Nouvelle (CAN): Também é um estabelecimento público de cooperação intercomunal de fiscalização própria em prol de objetivos de desenvolvimento comuns, porém possui 4 competências obrigatórias e 3 opcionais. Além disso, cada *commune* deve ter pelo menos 15.000 habitantes para formar uma CAN e a somatória de todas elas deve atingir 50.000 habitantes.

Outro ponto que difere a *Communauté de Commune* da *Communauté d'Agglomération* é o fato desta última ser obrigada a repassar verba para o Departamento (divisão hierárquica um nível acima) para que este redistribua.

As competências da *Communauté d'Agglomération* são: desenvolver a economia, ordenar o espaço comunitário, equilibrar a habitação social, se ocupar da política da cidade e do transporte urbano. E também pode optar por 3 dentre: esporte, ações sociais de interesse comunitário, proteção ao meio ambiente, água potável, desenvolvimento e criação de estradas, saneamento, equipamentos culturais...Ou seja, deve cumprir com 5 exigências e mais 3 opcionais.

Syndicats d'Agglomération Nouvelle (SAN): a estrutura e função é a mesma da *Communauté d'Agglomération Nouvelle*, mas pode ser por tempo determinado e é aplicado em espaços descontínuos.

Communauté Urbaine (CU): é outro estabelecimento público de cooperação intercomunal de fiscalização própria, porém com abrangência populacional superior a 50.000 habitantes e com 6 competências obrigatórias. Além disso, esse tipo de associação não pode ser rompida como as outras. Todos esses fatos, de dever cumprir com muitas obrigações e de não poder romper com a junção dificulta a formação de tais associações (sendo apenas 15 ao todo) e sendo mais comum, portanto, as CC (*communauté de communes*) e CAN

(comunidade d'aglomeração nova). Em 1966, por decreto do Governo Nacional da França, Lyon, Lille, Bordeaux e Strasbourg tornaram-se Communautés Urbaines, ao contrário das outras que foram uma decisão autônoma.

Métropole: é um novo estabelecimento público de cooperação intercomunal criado em 2010. Constitui um território único, contínuo, composto por mais de 500.000 habitantes e que deve cumprir com muitas competências: estradas, estacionamento, limpeza, coleta e triagem de resíduos, saneamento e água, planejamento urbano, emprego e política urbana, habitação, transporte, desenvolvimento econômico e promoção do território em âmbito nacional (reconhecimento).

Na França, devido as grandes competências, ainda só existe uma *Métropole* chamada “Nice Côte d’Azur”.

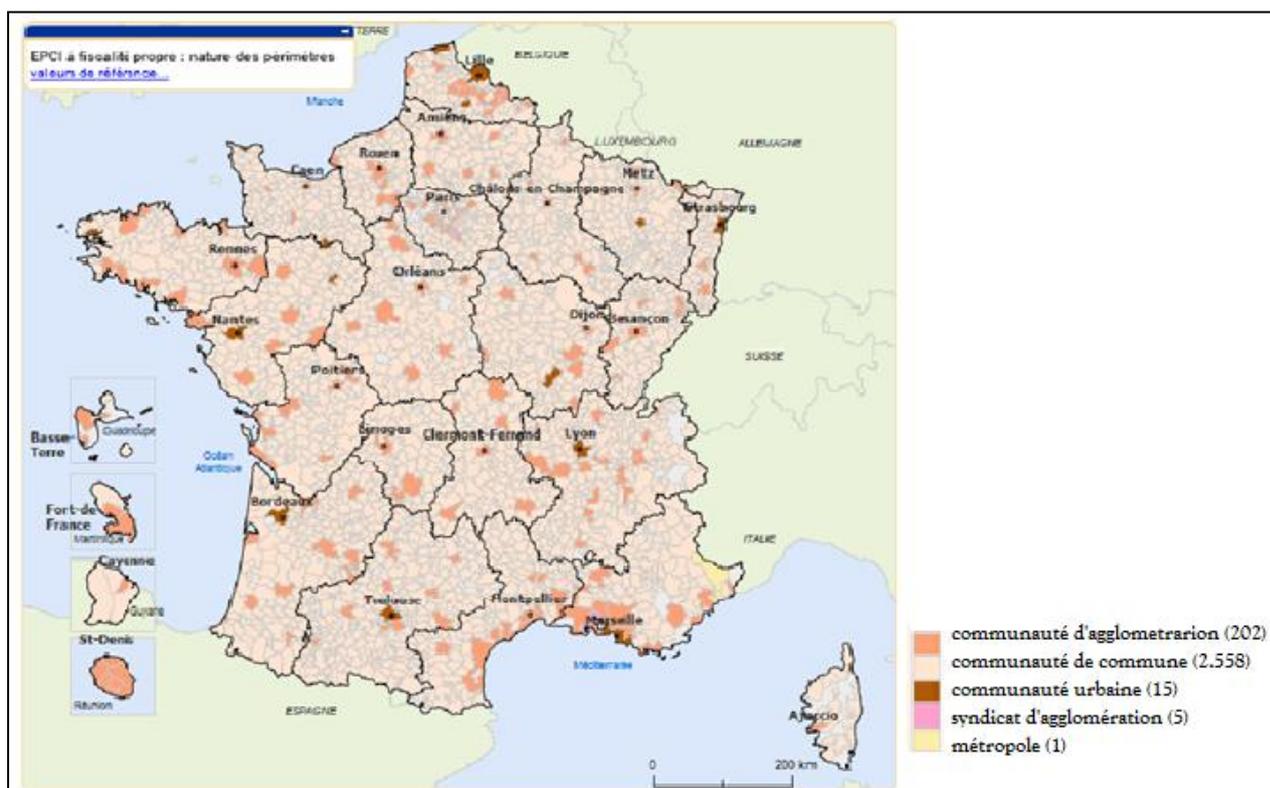


Figura 26: Representação dos EPCI
Fonte: DATAR, 2012.

Outro tipo de agrupamento político administrativo são os chamados territórios de projetos (*Territoire de Projet*): espaços econômicos, sociais e físico onde são elaborados e desenvolvidos projetos para o território. Eles têm a capacidade de assinar contratos em um projeto global com autoridades de planejamento e desenvolvimento regional, mas não possuem competências como os EPCIs. Eles reagrupam territórios, tornando-se uma extensão

maior e podem captar mais recursos, executando projetos mais ambiciosos. Nesse nível temos os *pays* e os parques naturais regionais.

Les Pays: (total de 374) são categorias administrativas de desenvolvimento de caráter geográfico, que consistem em associar e favorecer a relação entre espaços urbanos/rurais, estabelecer coesão geográfica, econômica, cultural ou social. Se os EPCIs são um agrupamento de comunas, os *Pays* são agrupamentos de EPCIs. Eles possuem um nível privilegiado de parceria e de contratação que facilitam a coordenação das iniciativas coletivas, do *État* e da Europa em favor do desenvolvimento local.

Para tomar decisões, existe um *Conseil de Développement* que reúne grandes nomes dos setores econômico, social, cultural... para discutirem os rumos do Pays. Dessa forma são considerados mais “democráticos”, devido a “representação” social na participação ativa das decisões políticas.

As áreas mais ricas, como Paris, Marseille, Montpellier... não são organizadas em *pays*, pois não querem se agrupar para repartir seus recursos, portanto fazem seus projetos isoladamente.



Figura 27: Categoria administrativa dos Pays

Fonte: DATAR, 2012.

Parc Naturel Régional (PNR): são criados para proteger e valorizar grandes espaços rurais habitados e desenvolver a região. São, geralmente, áreas ameaçadas pela desertificação ou que sofrem pressão urbana de uma grande cidade próxima. Dentre seus propósitos estão o reconhecimento nacional e/ou internacional; perímetro de acordo com a identidade territorial; projeto - orientações e ações para dar resposta aos desafios de diagnóstico e planejamento; ligação entre parceiros locais; condução do projeto através de parcerias formalizadas, colaboração, acordos, contratos...

A *charte* é o documento (com duração de 12 anos) que determina o território, as orientações regionais, bem como o mapa com as áreas do *Parc*. Além de estabelecer as diretrizes e princípios para a proteção de suas estruturas de suas paisagens e fazer as contratações, este documento deve ser respeitado por todos, uma vez que é superior, em nível hierárquico, pela Scot e PLU, outros atos jurídicos franceses.

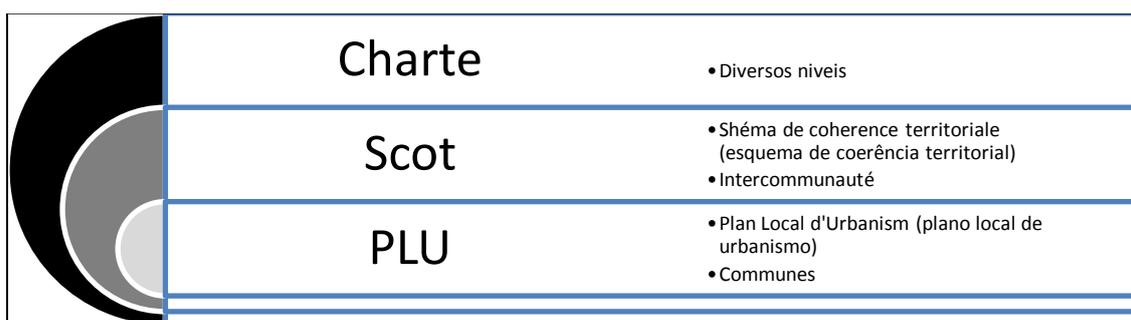


Figura 28: Escalas dos atos jurídicos franceses.

ICERI, 2013.

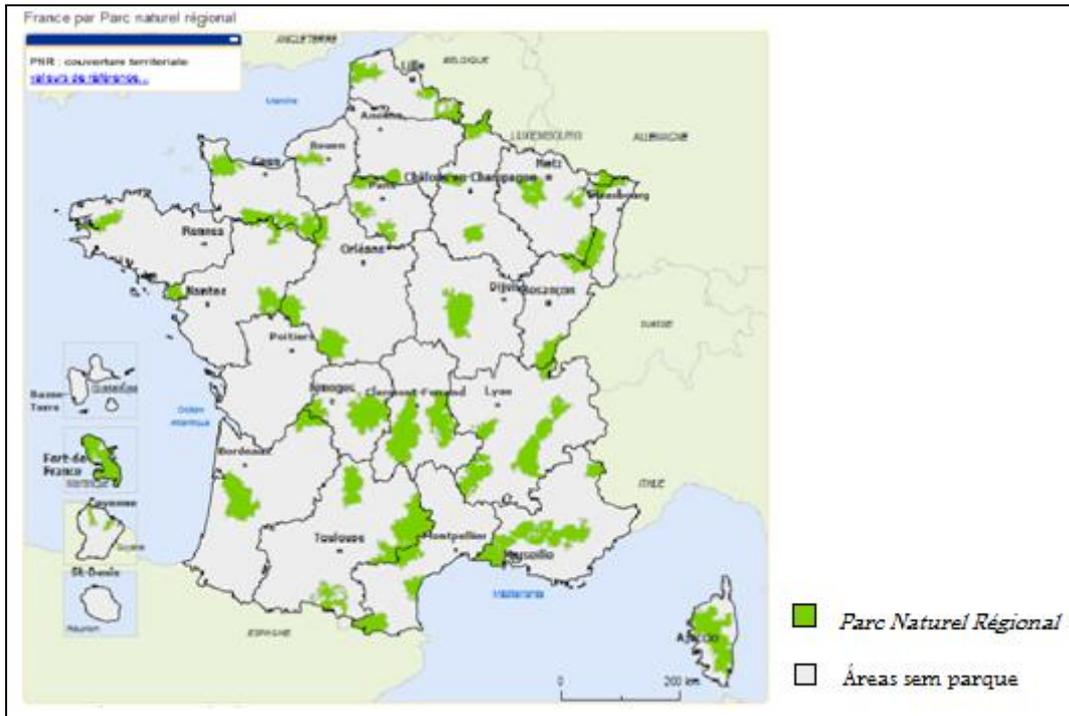


Figura 29: Áreas com parque natural regional.
 Fonte: DATAR, 2012.

Em resumo o esquema da figura 30 apresenta os níveis de divisões e reagrupamentos praticados na França que seguem o chamado modelo de descentralização de poderes. Através dele o Estado Nacional não é soberano perante as outras administrações. Além disso, criam-se diversas divisões para trabalhar o local que depois se reagrupam para desenvolver projetos que são de abrangência maior, como por exemplo, a gestão de água.

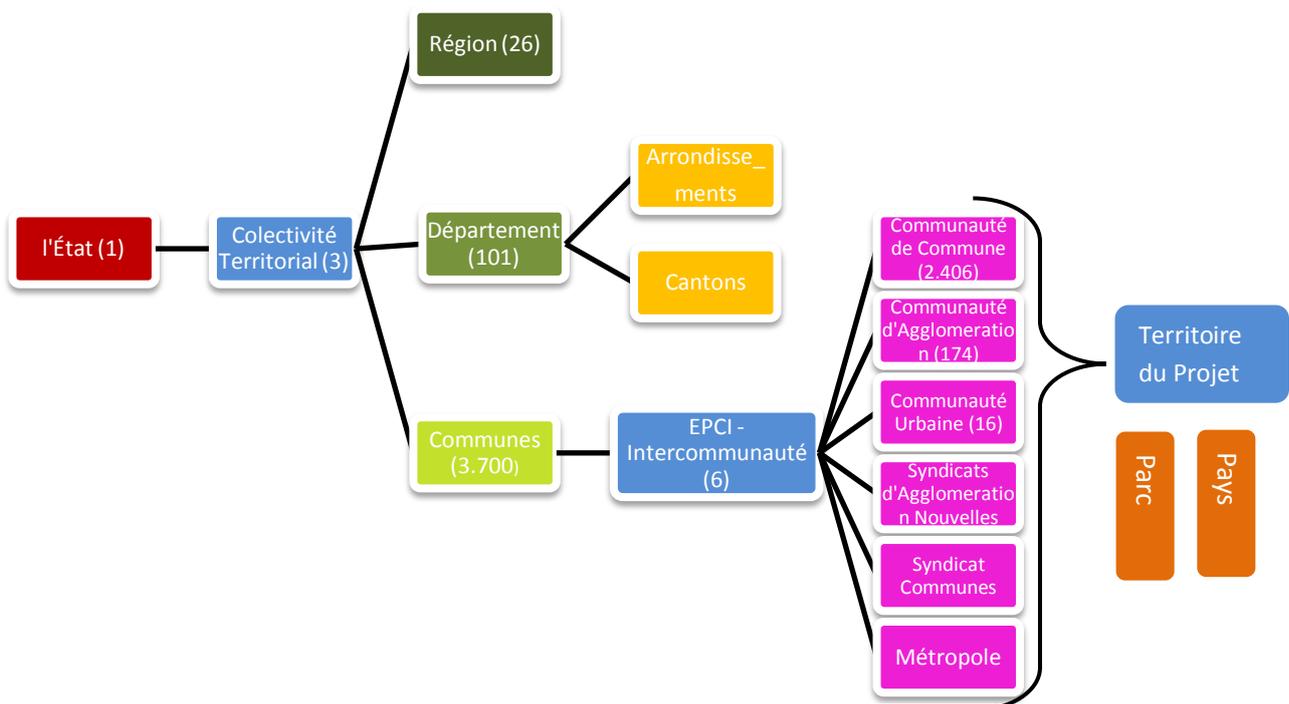


Figura 30: Esquema das divisões de gestão políticas administrativas e de ação territorial na França. ICERI, 2013.

Por sua vez, a divisão política administrativa brasileira é formada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, ainda que existam as divisões geográficas norte, sul, nordeste, centro-oeste e sudeste, além das mesorregiões e microrregiões usadas de forma semelhante às *intercommunités* da França, com o objetivo de desenvolver projetos, mas que não possuem autonomia em relação ao Governo Federal nem um representante eleito.

A divisão político administrativa desses dois países possui grandes diferenças e relações inversamente proporcionais no quesito do tamanho/divisões. O Brasil é um país com grande extensão territorial (8.515.000 Km²), mas que possui poucas divisões administrativas comparadas às da França, cuja área é 15 vezes menor (544.000 Km²). Além disso, a política brasileira segue o regime presidencialista total, enquanto a francesa atua sobre regime semi presidencialista, cujo chefe de Estado e de Governo são representados, respectivamente, pelo Primeiro Ministro e pelo Presidente.

Feita a introdução sobre a estrutura política administrativa francesa e sua substancial diferença com a brasileira, partiremos para as características gerais de Aubière, seguida de sua produção agrícola periurna, bem como o consumo alimentar, para, então, analisarmos essa relação entre os dois pontos.

Características Gerais

Aubière é uma comuna urbana localizada no centro da França que data de 1800 sob esta divisão administrativa, ainda que tenha um histórico com influência romana e feudal. A comuna está localizada no departamento Puy-de-Dôme na região de Auvergne e pertence ao distrito de Clermont-Ferrand (459 250 habitantes e 42,67km²), bem como ao seu *arrondissement*, além disso, faz parte do *canton*⁸ de Aubière, criado em 1982, que contém 3

⁸ Divisão administrativa estruturada no agrupamento de comunas, formando um território que elegerá um representante para o conselho geral do departamento, que é a principal divisão da administração da República Francesa. Existem 4.032 cantons na França e sua função é essencialmente a eleição de um representante. Os cantons, por sua vez são agrupados nos chamados *arrondissements* que elegem o sub-prefeito ou *sous-préfet*, o qual auxilia o prefeito do departamento.

comunas: Aubière (a maior), Pérignat-lès-Sarlièves e Romagnat, com um população total de 21 048 habitantes.

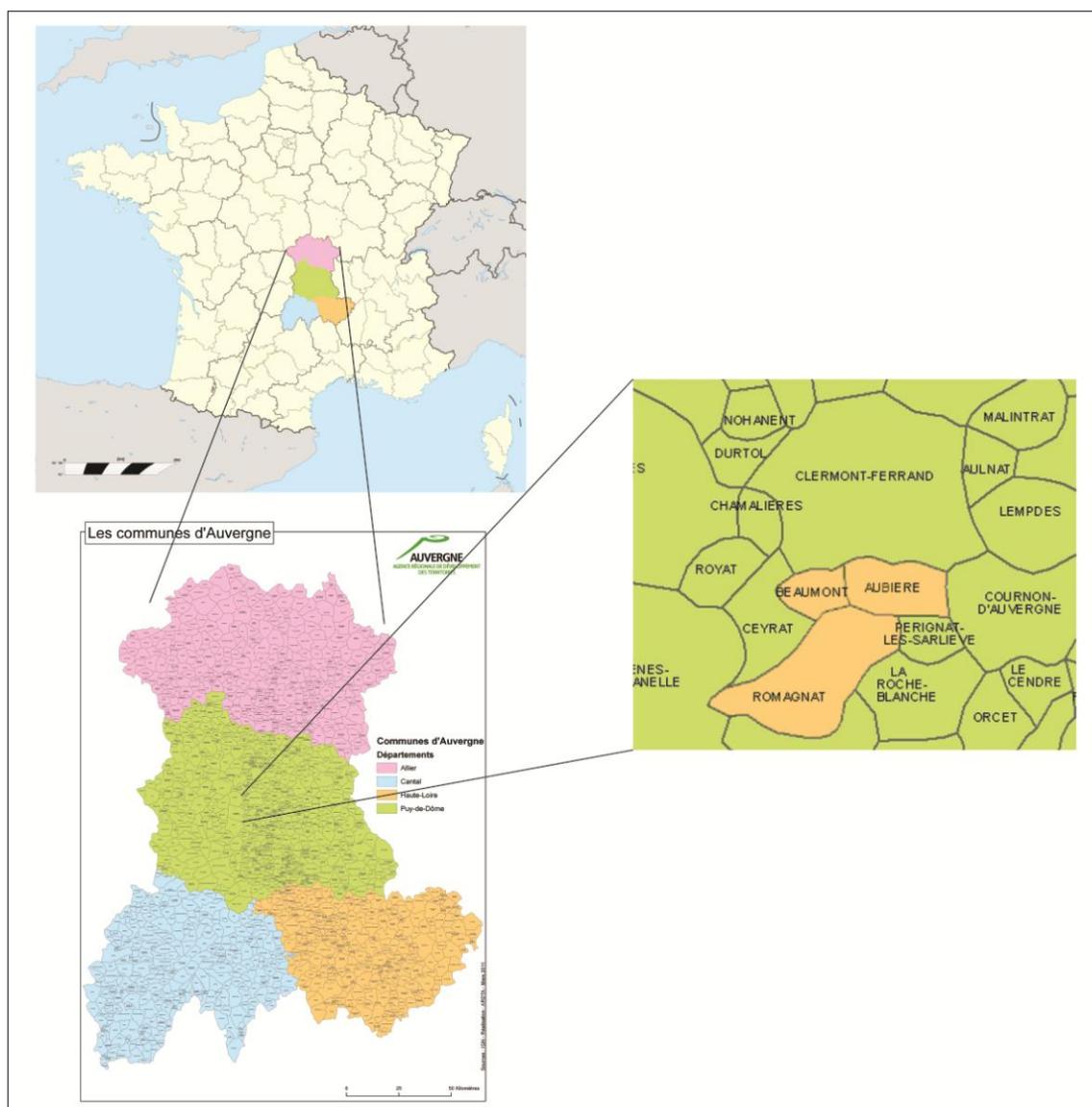


Figura 31: Localização de Aubière e seu *canton*. ICERI, 2013.

Aubière está localizada a uma altitude de 380 metros, entre as coordenada $45^{\circ} 45' 06''$ a norte e $3^{\circ} 06' 42''$ à leste , próxima às cadeias mais elevadas do Maciço Central, que chegam a uma altitude de 1.885m no pico do vulcão Puy-Sancy, formado por vulcanismo há 500 milhões de anos. As cidades vizinhas de Aubière são: Beaumont (2,40 km de distancia), Romagnat (2,56 km), Pérignat-lès-Sarliève (2,60 km), Clermont-Ferrand (3,71 km) e Ceyrat (4,24 km).

A evolução da população *Aubiérois* ou *Aubiéroises*, como são chamados, não aponta grandes alterações nos últimos 10 anos, de 1999 a 2009. Em 1999 havia 9.915 habitantes, aumentando apenas para 10.065 em 2006, passando para 10.084 em 2007 e 9.760 em 2009, no último censo. Essa população se distribui pelos 7,68 km², o que gera uma densidade populacional aproximada de 1.260 habitantes por km², os quais se distribuem entre os 5.196 imóveis residenciais. Estas unidades consistem de 4 813 residências principais, 54 segundo ou ocasional casas e 329 casas vagas (INSEE, 2009).

Por estar situada na cadeia montanhosa do maciço central, mais precisamente ao entorno da maior cadeia montanhosa da Europa, a estrutura rochosa de Aubière é composta por rochas metamórficas e graníticas. O relevo é formado por um grande planalto basáltico, ainda que a história geológica do maciço central envolva também, ao sul, o mar jurássico que deu origem aos planaltos de calcário e *canyons*. Isso explica a grande variedade paisagística existente na região.



Figura 32: Panorama de Aubière com cadeia montanhosa ao fundo.

Fonte: <http://www.logic-immo.com/tendance-immobilier/2012/04/02/en-terre-d-opportunites-14845.php>

Sobre o clima, Aubière apresenta amplitudes térmicas bem elevadas. Ela enquadra-se na classe 8b das zonas de rusticidade vegetais, o que indica que as plantas podem suportar de

-9,4 à -6,7 graus, enquanto que no verão as temperaturas chegam a atingir 40 graus. Além disso, a pluviosidade média é de 11 mm por ano, sendo reduzida devida barreira física da cadeia montanhosa que impede a entrada de umidade (MÉTÉO FRANCE, 2013).

A comuna de Aubière faz parte da grande bacia hidrográfica Loire –Bretagne, cujo principal rio é o Loire, seguido dos afluentes Allier e Cher. Esta bacia passa por 10 regiões francesas em 7000 comunas, abastecendo 11,5 milhões de habitantes. Nela, ainda passa um pequeno curso d'água, chamado Artière, afluente do Allier.

No setor econômico Aubière apresentou 9 390 empregos (INSEE, 2009), dentre eles assalariados e autônomos, portanto com uma taxa de 9% de desemprego. O número de estabelecimentos para atividades empregatícias foi de 1.149, sendo desses, 1% voltado à agricultura, 5,2% à indústria, 8,9% à construção, 73,3% ao comércio, serviços diversos e transporte e 11% na administração pública.

No panorama agrícola da região onde está situada Aubière, os dados da superfície agrícola apontam que somente na região de Auvergne existem 225.480 hectares com plantio de cereal, dentre eles algumas espécies de trigo, cevada e milho, que no conjunto representaram uma produção de 1.435.104 toneladas em 2010. Nesta produção o departamento de Puy-de-Dôme representa 36% da produtividade regional e ainda apresenta um rendimento de 6,5 toneladas por hectare (AGRESTE, 2010).

Ainda na região de Auvergne e no departamento Puy-de-Dôme existem respectivamente 28.850 ha e 9.630ha de oleaginosas, 2.840 ha e 790 ha de proteínas vegetais, 17.100 ha e 7.300 ha de pastagem artificial, 228.000 ha e 47.000 ha de pastos temporários, 4.470 ha e 3.520 ha de beterraba, 525 ha e 291 ha de batatas, as quais produzem 9.855t e 15.716t, respectivamente. Além disso, 961.400ha da região são destinados ao cultivo de ervas, sendo 250.000ha no Puy-de-Dôme (AGRESTE, 2010)

Em Auvergne, 42.100 pessoas participam de maneira regular à atividades agrícolas, sendo dessas 30.600 ocupadas a um tempo integral durante todo o ano. Mas em 10 anos o número de atividades relacionadas a agricultura regional reduziu 27%. A atividade agrícola familiar na região é forte e está acima da média nacional de 81%, uma vez que 93% das tarefas são efetuadas por atores familiares⁹.

⁹ Isso inclui os chefes de propriedades, co-proprietários, membros da família, os cônjuges dos proprietários ou dos co-proprietários e crianças, desde que forneçam trabalho na fazenda.

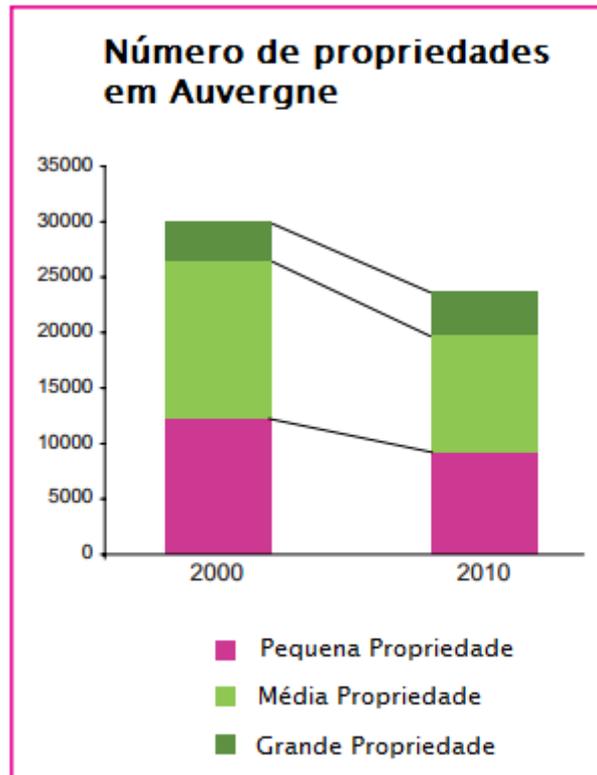


Gráfico 3: Diminuição das pequenas e médias propriedades na região de Auvergne.
Fonte: Agreste, 2010.

A superfície agrícola útil (SAU) da região é de 1.456.200ha, a qual abriga 23.700 propriedades. Dentre eles, 61% são de grandes ou médias propriedades, que representam 71% do trabalho agrícola, 90% da superfície agrícola útil e 95% da produção bruta padrão (PSB) (AGRESTE, 2010).

Outra característica apresentada pelo Agreste (2010) é o nível da especialização das propriedades agrícolas voltada à pecuária, com 57%, sobretudo ao gado de corte, e ainda com o aumento de grandes culturas (21%), como mostra o gráfico 4.

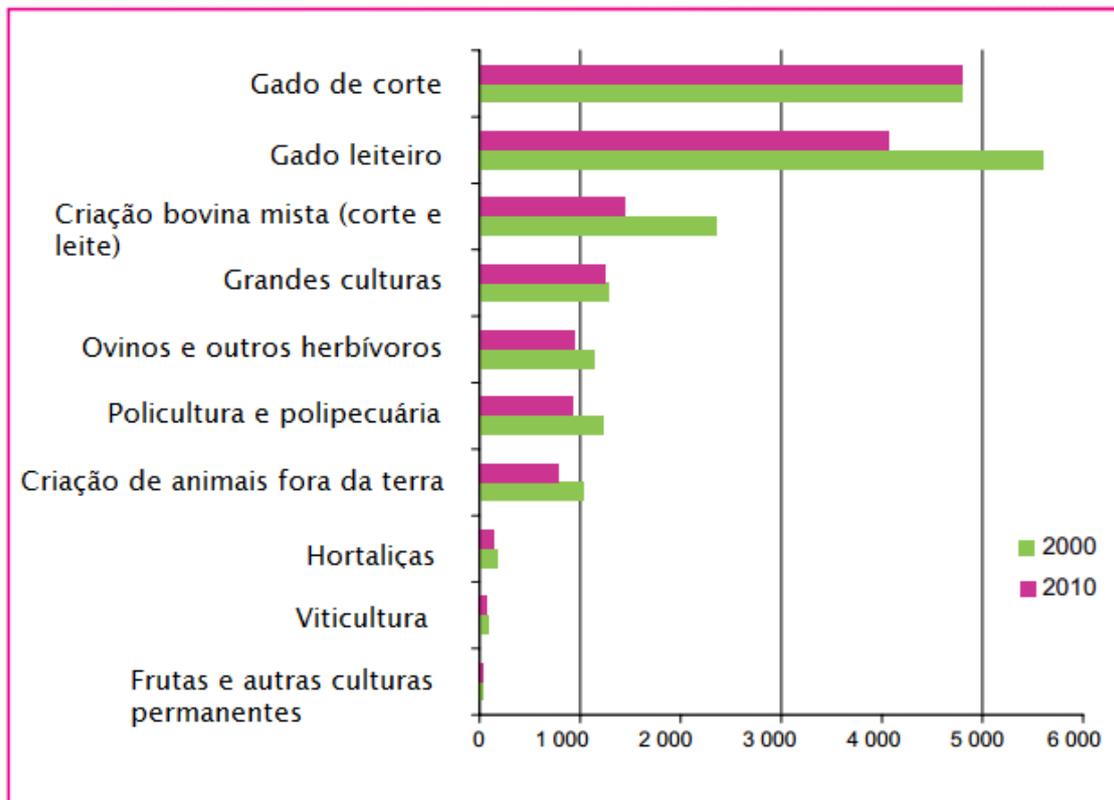


Gráfico 4: Produção agrícola de Auvergne por superfície agrícola útil.

Fonte: AGRESTE, 2010.

Outro dado de 2010, aponta que 1 em cada 6 propriedades decidiram inovar nas atividades adentrando ao setor da transformação da madeira ou de produtos agrícolas, artesanato, prestação de serviços, produção de energia renovável, turismo e no setor hoteleiro. Só no departamento de Puy-de-Dôme, eles representam 10% dos agricultores, que no geral são os considerados mais jovens, 60% com menos de 50 anos.

Dentre as atividades bovinas, está a transformação do leite em queijo, o qual é um produto tradicional no país, e que devida a esta tradição criou as chamadas zonas de appelação de origem protegida ou controlada que registram determinado tipo de produto como sendo, única e exclusivamente, derivado de certa região geográfica, dentro de certas normas e características produtivas que indicam a qualidade. Na região de Auverne, portanto, a produção de queijos acaba sendo concentrada nas áreas de appelação para produzir, por exemplo, o *saint-nectaire*, *bleu d’Auverne* e o *cantal*. Ao todo são 8.500 propriedades que realizam a produção sobre esta orientação de qualidade, sendo 34% de AOP (*appellation d’origine protégé*), 19% de label, 11% com certificado de conformidade, 3% IGP (*indication géographique protégé*) e 33% de outras certificações.

Quanto à comercialização dos produtos agrícolas, o Ministério da Agricultura aponta que 10% dos agricultores vendem em circuitos curtos de comercialização. Deste, 80% é feita por iniciativa dos próprios agricultores. A maior incidência, em termos de propriedades, é a venda feita na propriedade (1500), seguida pela feira (770) e depois pela venda ao comércio (730) (AGRESTE, 2010).

Por outro lado, o INSEE (2011) apresenta o número de cada tipo de equipamento usado na comercialização de alimentos em todas as regiões da França com relação à população. No quadro 8 observamos que a região de Auvergne encontra-se acima da taxa nacional do número de estabelecimentos em varejo de todos os tipos, exceto das peixarias. Além disso, o quadro também aponta que todas as regiões ultramarinas tem elevada concentração de supermercados, muito acima da média metropolitana francesa.

Região	Supermercados	Padarias	Açougues	Peixarias	Produtos congelados
Alsace	3,3	6,6	2,6	0,1	0,2
Aquitaine	4,3	7,4	4,1	0,7	0,2
Auvergne	5,4	8,9	4,6	0,2	0,3
Bourgogne	3,5	7,9	3,6	0,1	0,2
Bretagne	3,0	8,1	3,2	0,9	0,2
Centre	3,2	6,6	4,0	0,2	0,2
Champagne-Ardenne	3,0	7,4	3,2	0,2	0,2
Corse	10,0	12,3	6,6	0,7	0,2
Franche-Comté	3,6	7,5	3,5	0,1	0,2
Île-de-France	5,3	5,3	2,7	0,3	0,3
Languedoc-Roussillon	6,8	9,6	4,7	1,0	0,2
Limousin	4,5	7,4	5,0	0,2	0,2
Lorraine	2,4	7,5	2,6	0,1	0,2
Midi-Pyrénées	4,8	7,7	4,4	0,4	0,2
Nord-Pas-de-Calais	3,3	5,7	3,3	0,3	0,2
Basse-Normandie	4,0	8,3	5,3	0,7	0,2
Haute-Normandie	3,5	6,4	4,4	0,5	0,1
Pays de la Loire	2,7	6,9	2,9	0,6	0,2
Picardie	2,6	6,0	3,3	0,3	0,2
Poitou-Charentes	3,6	7,9	3,9	1,1	0,2
Provence-Alpes-Côte d'Azur	6,3	8,9	4,1	0,7	0,3
Rhône-Alpes	4,7	7,2	3,5	0,1	0,2
France de province	4,1	7,5	3,8	0,5	0,2
France métropolitaine	4,3	7,1	3,6	0,4	0,2
Guadeloupe	27,7	11,8	3,7	1,1	0,3
Guyane	16,1	3,2	2,3	0,4	0,0
Martinique	14,7	8,1	4,0	0,9	0,1
La Réunion	10,3	6,7	2,8	0,4	0,3
France	4,7	7,1	3,5	0,4	0,2

Número de varejo de alimentos para 10.000 habitantes, calculado com a população de 01/01/2010.

Quadro 8: Quantidade de varejos por setores.

Fonte: INSEE, 2011.

Ainda referente ao recenseamento agrícola Frances de 2010 temos que, no país existem 525,7ha de terras com agropecuária orgânica (biológica), mais 151,5ha em transição, os quais somam 677,5 ha, representando 2,5% da superfície útil. A região de Auvergne possui 25,5ha com produção orgânica e 7,5ha em transição para a produção agroecológica, somando 33ha que são 2,2% da SAU da região, o que está abaixo da média nacional.

Dentre a região com maior porcentagem de produção orgânica está a Provance Côte d'Azur com 45,3ha de agricultura biológica, 12,4ha em transição, os quais somam 57,7ha que são 8,7% da superfície agricultável da região. É nesta região também que surge a primeira associação francesa de consumidores voltada à manutenção da agricultura familiar (AMAP – *Association pour le Maintien d'Agriculture Paysanne*), já citada no capítulo 1.

Os AMAP são sistemas originais de produção e distribuição que colocam em ligação direta a agricultura familiar e os consumidores. O princípio básico é de que a cada semana um produtor propõe uma cesta de alimentos a um conjunto de consumidores. A cesta contém, na maioria das vezes, legumes, verduras e frutas, mas existem certos AMAPs que também oferecem carne e ovos, tudo depende do grupo de agricultores, que também dependem da estação climática, a qual será respeitada pelo consumidor, consciente das leis naturais (LAMINE, 2008).

Os consumidores, por sua vez, fazem um contrato com os agricultores para comprar toda semana uma cesta de alimentos, durante toda a estação ou durante um ano. Para isso, eles pagam adiantado em dinheiro, ou deixam cheques, o qual garante ao produtor sua produção e sua renda mensal. No contrato, a parte que diz respeito às obrigações do agricultor, inclui o fornecimento de alimentos frescos e que o modo de produção respeite o meio ambiente (isso faz com que a maioria deles sejam produtores orgânicos).

À cada estação do ano, os agricultores sorteiam um número de consumidores que serão abastecidos por eles. Desse modo, sabe-se, exatamente, quem, quantos e se existem crianças que se alimentarão dos produtos agrícolas de cada agricultor, como também, permite ao consumidor saber qual será o agricultor responsável pelos alimentos adquiridos em sua cesta. Esta metodologia exercida pela associação possibilita uma interação maior entre produtores e consumidores, pois permite elogios, sugestões e críticas. O consumidor não escolhe os produtos que serão entregues em sua cesta, mas o agricultor, conhecendo-o, tem a responsabilidade de entregar alimentos frescos e o mais diversos possível.

Um exemplo de contrato pode ser visto a seguir:

CONTRATO DE PARCERIA SOLIDÁRIA ENTRE O AGRICULTOR X E O CONSUMIDOR Y DO AMPAP
 Por um período de 1 de novembro de 2013 à 30 de abril de 2014

- Eu, **Y**, (dados pessoais, local de moradia)...
 me comprometo por 6 meses à manter **X** na sua atividade de produção de hortaliças (dentro da agricultura orgânica);

Aceito as consequências sobre a produção, suas dificuldades inerentes à esse tipo (orgânico) e serei solidário de **X** em caso de catástrofe climática;

Me comprometo à buscar minha cesta de alimentos à cada semana ou de encarregar um terceiro de buscá-la. Em caso de esquecimento, minha cesta não será entregue nem reembolsada depois;

Me comprometo ainda, de ser voluntário no trabalho de controle e distribuição das cestas, 3 vezes na estação, e de redigir os boletins semanais dos quais trabalhei;

Eu sou adepto aos princípios da "Charte d'Alliance Provence "

Eu escolho:

1 cesta inteira
 1/2 cesta

Pagos com:

1 cheque total à **X**
 5 cheques

Datas de distribuição: Todas as quartas feiras das 18h às 20h, no local.....

Figura 33: Exemplo de contrato entre produtores e consumidores AMAP
 Adaptação: Lamine, 2008.

As cestas são entregues em um lugar de fácil acesso aos consumidores, em geral, eles podem comprar metade de uma cesta, dependendo da quantidade consumida. Os agricultores, por sua vez, elaboram uma lista com os alimentos da estação que serão produzidos, mas a oferta depende da colheita semanal (de acordo com os imprevistos climáticos). Isso indica que, às vezes, determinado alimento poderá faltar na cesta ou será ofertado em menor quantidade, mas que por outras vezes, será compensada esta falta. Na figura 34, podemos observar uma lousa com os alimentos inclusos na cesta do dia 07 de novembro de 2012, além disso, também na entrada ficam dispostas as listas de associados que assinam o controle de entrega e distribuição. Na figura 34, ainda vemos as cestas com os alimentos a serem entregues e um produtora de farinhas e massas orgânicas que, a pesar de não incluir seus

produtos na cesta, vende para os consumidores que vão buscá-las ou então sob encomenda por e-mail.



Figura 34: AMAP de Aubière.
ICERI, 2013.

Se a quantidade ofertada sofre alterações, o preço, por sua vez, se mantém do início ao fim da estação. Mesmo que ocorra alta do valor de determinado produto nos mercados convencionais, nos AMAPS eles serão mantidos, e o mesmo pode ocorrer no caso inverso.

Os AMAPs existem há 13 anos na França e possuem hoje diferentes versões, de acordo com cada público e cada origem. O primeiro AMAP de um casal de agricultores do sul da França que foi aos Estados Unidos visitar sua filha. Lá, eles conheceram a experiência das CSA (*community supported agriculture*) baseadas no *teikei* japonês (ver página 64). No retorno à França repassaram a ideia em uma conferencia da associação dos agricultores familiares, o grupo Attac d'Aubagne, onde 60 produtores se interessaram de início e depois o número só foi aumentando (LAMINE, 2008).

Como aponta Lamine (2008), a importância do AMAP não está na criação de um novo modelo, pois deriva de outros pré-existentes, mas é a magnitude de dispersão do movimento e

aderência que o faz importante. Em 2010, nove anos após a criação da primeira associação já existiam 1.096 AMAPs, como mostra a Figura 35.



Figura 35: Número de AMAPs por região – até 12 de maio de 2010.
Fonte:MEUNIER, 2010.

Para tal dispersão do chamado movimento AMAP podemos concluir que a proposta beneficia as duas pontas engajadas e a isso se deve valer tal crescimento. Cada AMAP possui seus princípios específicos, e eles se ligam à *charte* da sua região. Porém, no geral seguem 6 princípios base citados por Lamine (2008):

- 1) engajamento recíproco entre um grupo de consumidores e produtores locais, no objetivo geral de manter a agricultura de proximidade.
- 2) as práticas agrícolas devem respeitar o meio ambiente e a saúde (sem fertilizantes nem agrotóxicos).
- 3) O compartilhamento dos riscos (climáticos e de pestes) e da colheita (déficit ou superávit).
- 4) compra da colheita adiantada, por contrato individual e por uma estação inteira.
- 5) Acesso dos consumidores às propriedades, por meio de visitas organizadas à cada estação e proximidade com produtores na ocasião da distribuição, toda semana.

6) Apoio dos consumidores associados na gestão dos contratos (compatibilidade e desconto de cheques), na distribuição de cestas (semanalmente) e em eventuais participações coletivas do trabalho nos sítios (plantação, colheita...).

Portanto dentre os princípios chave podemos observar a questão da solidariedade e mutualismo, intrínsecos na relação entre produtores e consumidores, os quais vão de encontro com a teoria, aqui utilizada, da economia social e solidária. Além disso, a reflexão, a formação técnica e a troca de experiências também fazem parte dos princípios do AMAP, tanto para consumidores como para agricultores, onde também observamos a questão do conhecimento agroecológico para aquele que produz, bem como para aquele que demanda, exige e, de certa forma, fiscaliza o que consome.

Apesar de um trabalho que envolve grande conscientização consumidora é evidente que existem caminhos diferentes para a adesão de um “*amapien*”. Dentre eles existem aqueles que: a) buscam consumir localmente e que acabam conhecendo o AMAP por meio do comércio de proximidade, lojas de comércio justo ou paralelo; b) preocupam-se com a saúde e por isso querem comprar produtos orgânicos. Dessa forma, são qualificados como individualistas, mas que, progressivamente se sensibilizam aos aspectos mais centrais do AMAP. c) existem aqueles “*amapiens*” que entram por serem militantes, politicamente e, portanto lutam contra o domínio produtivo alimentar e contra o domínio de seu comércio. d) Por fim, existem aqueles que entram na associação “por acaso”, que descobrem através de um conhecido ou que veem movimentação e decidem conhecer, e acabam aderindo (LAMINE, 2008).

Com o objetivo de compreender as necessidades de abastecimento alimentar, o que nos leva à questão da demanda do consumidor e seus hábitos e da produção e comércio de alimentos, nos propusemos a aplicar um questionário similar ao de Cianorte, porém com adaptações à realidade local e questões inseridas após a experiência anterior.

A maior parte das questões foi fechada, ao contrário de Cianorte, para facilitar a abordagem e a comunicação. Para os consumidores foram inclusas perguntas sobre o consumo de queijos da região (tradicional neste setor), sobre a possível adaptação da alimentação em função de algo e sobre a percepção da expressão “comer bem”, possibilitando uma comparação com dados nacional.

Além disso, a metodologia de abordagem aos consumidores não foi a mesma que em Cianorte, onde a pesquisa foi domiciliar, passando pelos bairros periféricos e central. Em

Aubière, os pontos para a aplicação dos questionários foram: a feira, o AMAP e um consumidor em um restaurante.

Além da dificuldade climática de frio intenso, a qual reduzia o número de pessoas à rua para serem abordadas, nos deparamos também, com maior dificuldade de acesso tanto aos consumidores quanto aos próprios produtores feirantes e comerciantes, devido à falta de tempo ou de interesse em responder o questionário. Ainda assim, conseguimos 25 consumidores respondentes, 15 produtores e 2 restaurantes.

Os resultados obtidos com esses 25 consumidores foram que 100% da amostra consomem frutas, verduras e legumes, dentre eles 54% compram na feira, 45% no AMAP e 33% nos supermercados. Se separarmos os 25 consumidores entrevistados em grupos percebemos que na feira 66% dizem comprar suas frutas, verduras e legumes na própria feira, 50% em supermercados e 8,3% diretamente na casa dos produtores, ou seja, nenhum entrevistado da feira respondeu frequentar o AMAP. Por sua vez, dos questionados no AMAP 91,7% compram suas verduras, legumes e frutas somente no AMAP, 41,7% na feira, 16,7% nos supermercados e outros 16,7% em lojas orgânicas.

Além disso, perguntamos se dentre o consumo de frutas, verduras e legumes era hábito comprar alimentos orgânicos. Obtivemos como resposta positiva, 84% dos respondentes. Porém, da mesma forma anteriormente feita, selecionamos o grupo da feira e do AMAP para avaliar os resultados separadamente. Nele pudemos observar que 100% dos consumidores AMAP compram verduras, frutas e legumes orgânicos, ao passo que 66,7% da feira.

A partir daí, percebemos a importância de distinguir o local da entrevista, para que o perfil do consumidor seja melhor compreendido, não tendenciado à uma posição política ou ecológica mais ou menos forte. Como já foi dito anteriormente, o perfil do consumidor AMAP é, de fato, diferenciado do geral e por isso não devemos generalizar à toda uma população (da cidade, região o até mesmo do país).

Continuamos a apresentação de outras questões, então, seguindo a mesma lógica que aponta o resultado geral, seguido do AMAP e da feira.

Para o consumo de carnes, 84% dizem consumi-la, sendo destes 100% dos consumidores entrevistados na feira e 91,7% do AMAP, do quais 66,7% compram carne orgânica, sempre que possível.

CARNES	CONSUMO			ORGÂNICOS
	SIM	NÃO	MUITO POUCO	
AMAP	66,7%	8,3%	25%	66,7%
FEIRA	100%	0%	0%	8,3%

Quadro 9: Consumo de carnes.
ICERI, 2013.

Sobre o local de compra das carnes temos que no geral os supermercados são os mais procurados (36%), seguido da feira (32%), do açougue e AMAP (28% cada), venda direta na propriedade (8%) e por fim as lojas de alimentos orgânicos (4%). Separadamente o resultado é apresentado conforme o quadro 9:

	Feira	AMAP	Supermercados	Lojas orgânicas	Açougues	Casas dos produtores
AMAP	16,6%	58,3%	41,7%	8,3%	16,7%	8,3%
FEIRA	42,2%	0	30,8%	0	38,5%	7,7%

Quadro 10: Meio de comercialização usado na compra de carnes.
ICERI, 2013.

O queijo, como já fora dito, é um produto tradicional da região e, portanto 88% da amostra dizem consumi-lo com frequência. Porém esse dado já era esperado, conhecendo os hábitos tradicionais franceses, portanto questionamos o vínculo regional através do consumo dos queijos de Auvergne. Dentre eles, obtivemos como resultado que 92% consomem os queijos regionais, dos quais a unanimidade é o *Saint-Nectaire*, em primeiro lugar, seguido do *Cantal*, *Fourme d'Ambert*, *Saler* e o queijo de cabra (*chèvre*).

Sobre o lugar de compra dos queijos, diferentemente do esperado, os supermercados foram a opção mais citada devida porcentagem de consumidores do AMAP que responderam este local de compra para os queijos, 47,1%, contra 20% dos consumidores da feira. A segunda opção de compras deste produto foi a feira, seguida do AMAP, a venda direta na propriedade, a *crèmerie* (loja de produtos derivados do leite) e as lojas de produtos orgânicos.

	Supermercado	Feira	AMAP	Propriedade	Crèmerie	Lojas de produtos orgânicos	TOTAL
AMAP	29,6%	7,4%	14,8%	7,4%	0%	3,7%	63%
FEIRA	7,4%	22,2%	0%	3,7%	3,7%	0%	37%
TOTAL	37%	29,6%	14,8%	11,1%	3,7%	3,7%	100%

Quadro 11: Pontos de compra para queijos
ICERI, 2013

Ainda sobre o consumo de queijos, observamos que 43,4% do total de entrevistados diz consumir queijos orgânicos, sendo que 30,4% foram respondentes no AMAP e 13% da feira.

Na lista de produtos alimentícios a serem questionados, também foram computados os alimentos transformados (exceto o queijo que já fora tratado separadamente), incluindo a indústria alimentícia e a agroindústria¹⁰. No total da amostra, 64% disseram consumir produtos transformados, sendo 36% dos respondentes da feira e 24% do AMAP. Ainda existem aqueles que responderam “*muito pouco*” (28%) e por esse motivo, não foram inclusos na porcentagem de sim, ainda que façam parte dela (nesse caso, somando-as daria um total de 92%). Deste grupo que respondeu “*muito pouco*” ao consumo de alimentos transformados, 71% são de entrevistados do AMAP.

Os locais citados para a efetuação de compra para produtos transformados foram os supermercados com 72% (sendo, 39% obtidos por respondentes da feira e 61% do AMAP), o AMAP com 16% (sendo 100% de entrevistados no AMAP), a feira com 8% (sendo 50% de cada local de entrevista) e as lojas de produtos orgânicos com 5,9% (também com 100% de entrevistados no AMAP).

No geral, a razão da escolha dos locais de compra das 4 categorias estabelecidas (frutas verduras e legumes; queijos; carnes; produtos transformados) pode ser selecionada devido à relação com o produtos, com o tempo e o dinheiro; com a saúde e com o consumo consciente. Portanto montamos o quadro 12:

¹⁰ Termo no sentido usado pelos próprios agricultores como transformação da matéria prima agrícola (geleia, pão, queijo, cachaça...) e não a indústria agrícola de produção em massa.

JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO LOCAL DE COMPRA (de acordo com as respostas abertas)	RELAÇÃO COM :
Encontrar produtos orgânicos	Produto
Bom produto, qualidade, produto natural	Produto
Sabor e gosto	Produto
Praticidade	Tempo e dinheiro
Mais barato	Tempo e dinheiro
Saúde	Saúde
Local, “ <i>terroir</i> ”, proximidade, circuito curto.	Valorização e consumo consciente
Adesão a um novo consumo	Valorização e consumo consciente
Ecologia e energia	Valorização e consumo consciente
Autenticidade	Valorização e consumo consciente
Encorajar e fortalecer a agricultura familiar	Valorização e consumo consciente

Quadro 12: Motivos para a escolha do local de compra. ICERI, 2013.

Sobre as refeições externas, 12% da amostra disse não comer nunca fora de casa, enquanto 33,3% afirmam comer até 2 vezes por semana, 25% de 2 a 5 vezes e 29,2% de 5 a 10 vezes. Dentre eles, os entrevistados do AMAP representam a maior escala dentre aqueles que mais comem fora de casa (de 5 a 10 vezes por semana), com 85,7%, enquanto os entrevistados da feira se destacam na classe de 2 a 5 vezes por semana com uma representatividade de 83,3%.

	0	Até 2 vezes	De 2 à 5	De 5 à 10
AMAP	33,3%	50%	16,7%	85,7%
Feira	66,7%	50%	83,3%	14,3%

TOTAL	12%	32%	28%	28%
--------------	------------	------------	------------	------------

Quadro 13: Refeições externas por semana
ICERI, 2013.

Pelo quadro anterior, podemos perceber que a frequência da alimentação fora de casa chega a ser considerável, mas que dentre as respostas estão inclusos aqueles que preparam sua comida em casa e levam para o trabalho, bem como aqueles que vão aos restaurantes ou compram sanduíches na rua. Na hierarquia de alimentos mais consumidos o resultado geral é que as frutas, verduras e legumes são a classe alimentar mais consumida (21,3%), seguido dos queijos (21,3%), as carnes (20,4%) e os produtos transformados (18,5%) e os restaurantes (18,5%) na mesma posição, ainda que ambos com ligeira preferência por aqueles que foram entrevistados na feira.

	Frutas, verduras e legumes	Queijos	Carnes	Produtos transformados	Restaurantes
AMAP	52,2%	52,2%	50%	45%	45%
Feira	47,8%	47,8%	50%	55%	55%
Total	21,3%	21,3%	20,4%	18,5%	18,5%

Quadro 14: Alimentos mais consumidos
ICERI, 2013

Ainda sobre o padrão de consumo alimentar, nossa amostra foi questionada sobre algum tipo de adaptação à alimentação. Os resultados obtidos foram que 56,1% do total da amostra adapta sua alimentação em função da estação do ano, 31,7% em função do preço, 7,4% em razão da falta de tempo, 2,4% pela saúde e ainda mais 2,4% de acordo com o desejo (paladar).

	Estação do ano	Preço	Falta de tempo	Saúde	Desejo
AMAP	52,2%	69,2%	100%	0%	0%

Feira	47,8%	30,8%	0%	100%	100%
Total	56,1%	31,7%	7,4%	2,4%	2,4%

Quadro 15: Razões pela qual a alimentação pode variar
ICERI, 2013

Perguntamos ainda se os consumidores tinham hortas em casa e se, dentre aqueles que cultivam em seus jardins, faziam uso de algum tipo de produto químico, mas os resultados foram equilibrados uma vez que 48% disseram haver hortas em casa (sendo 54,5% do AMAP e 45,5% da feira), enquanto 52% não as possuíam. Dentre os 48% que plantam algo em seu quintal, 100% respondeu não usar nenhum tipo de fertilizantes químico ou agrotóxico.

Apesar da representatividade de entrevistados com hortas ser de 48%, nossas observações de campo e das imagens satélites Google apontam que é usual reservar um espaço para uma pequena horta nos quintais das casas de Aubière.



Figura 36: Exemplo de pontos com hortas urbanas em Aubière
Adaptado de Google Maps
ICERI, 2013.



Figura 37: Os “*jardins potagers*” (hortas domésticas)
ICERI, 2013.

A última pergunta do questionário com os consumidores de Aubière foi posta com base numa pesquisa do instituto francês de pesquisas agronômicas (INRA) que aponta a mudança no conceito de “comer bem” (*bien manger*) para a população francesa, de 1988 a 2007.

Os resultados nacionais indicam que em 1988 a expressão “comer bem” esteve mais associada a certos pratos da culinária francesa (30%) e ao equilíbrio e saúde (24%). Em 1995 o destaque foi para a qualidade dos produtos (25%) e exemplo de pratos (23%). Já em 2007, o sentido de equilíbrio e saúde aumenta para 37% no conceito de “comer bem”, sendo a opção mais citada.

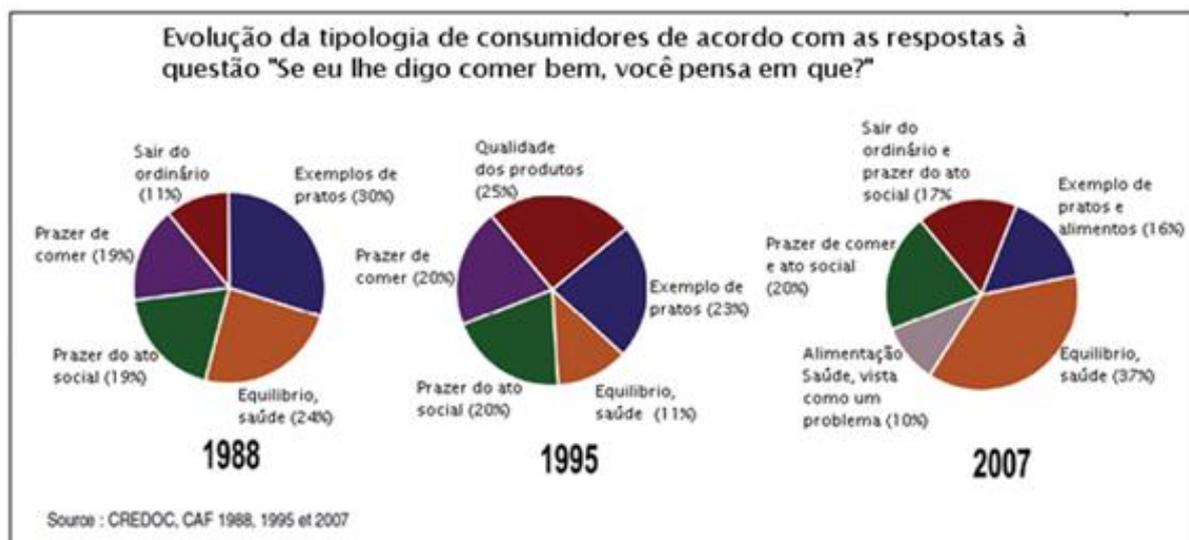


Gráfico 5: Perfil de consumidores em relação à percepção de “comer bem”.
 Fonte: INRA, 2010. Versão ICERI – 2013.

Por sua vez em Aubièrre, a percepção de “comer bem” está mais assimilada ao prazer de comer e ao ato social da alimentação (32,5%). Próximo a esta opção de resposta, continua o pensamento de “comer bem” associado ao equilíbrio e à saúde (30%). Ainda seguindo com as alternativas de respostas temos 12,5% para alimentação relacionada à problemas de saúde (pressão alta, diabetes, problemas cardíacos) que levam à um controle alimentar mais rígido; outros 12,5% pensam que “comer bem” é sinal de bons produtos; 5% relacionam aos alimentos orgânicos e portanto em “evitar pesticidas”; 2,5% em sair da rotina, dos alimentos comuns; mais 2,5% citam preparar o próprio alimento e , por fim, também 2,5% citam exemplos de pratos.

	Prazer de comer e ato social	Equilíbrio e saúde	Alimentação e saúde (visto como um problema)	Bons produtos	Evitar pesticidas	Sair do comum	Exemplo de pratos	Preparar o próprio alimento
AMAP	61,5%	41,7%	40%	60%	100%	100%	100%	100%
Feira	38,5%	58,3%	60%	40%	0%	0%	0%	0%
Total	32,5%	30%	12,5%	12,5%	5%	2,5%	2,5%	2,5%

Quadro 16: “Comer bem” segundo a amostra de consumidores de Aubièrre
 ICERI, 2013

Comparando as informações do INRA e os dados gerados em Aubière, a partir da amostra, percebemos que a palavra “bem” associada ao “comer” associou-se mais, em 1988 e 1995, a certos pratos e receitas e bons produtos, ou seja, o foco foi o produto, o alimento, aquilo que está da boca para fora. Já em 2007 e mesmo na nossa pesquisa, é o equilíbrio, a saúde e o ato social que tem maior influência no conceito de comer bem, ou seja, “comer bem” relaciona-se mais com o homem, seja por consequências daquilo que se ingere, seja como meio de reunião e encontros.

No questionário com os agricultores, também foi incluída a pergunta da percepção do “comer bem”, demandamos ainda sobre os pontos positivos da atividade agrícola e a razão pela qual escolhem os pontos de comercialização de seus produtos. Para a entrevista, 8 deles foram abordados na feira, 6 no AMAP e 1 no espaço comunitário destinado à AU.

As entrevistas foram realizadas com produtores locais, que no caso são pertencentes ao departamento Puy-de-Dôme. Dentre eles, existem aqueles que são de Aubière, e de outras comunas do departamento (exceto Brioude) como: Romagmat (2,3km de Aubière), Marsat (19 km), Issoire (32 km), Ceysat (33 km), Saurier (37 km), Brousse (54 km), Saint Sauves (55 km), Epinasse (62 km), Turs sur Meymont (66 km), Brioude (67 km) e Beuregard (130 km).

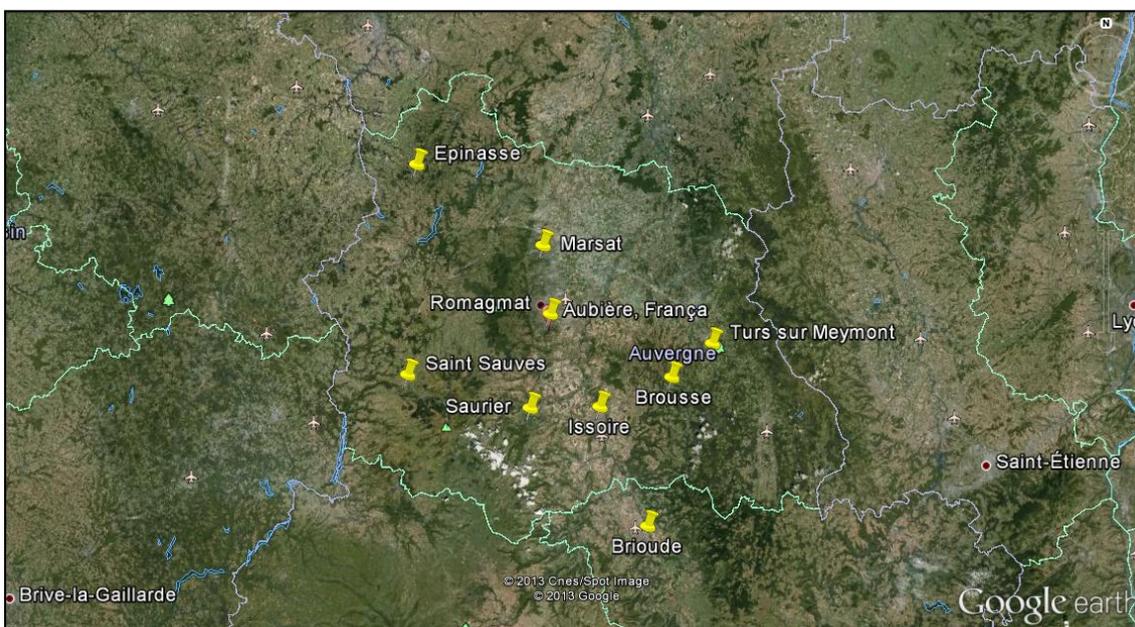


Figura 38: Localização das comunas onde estão certas propriedades entrevistadas ICERI, 2013

As distâncias citadas anteriormente, dizem respeito à propriedade rural, pois uma característica de Aubière, bem como de outras comunas francesas, é que nem sempre o local

de produção é o mesmo do local de moradia dos agricultores, e, portanto, eles realizam a migração pendular. Dentre os 15 produtores entrevistados, 10 disseram habitar próximo à propriedade, ou seja, 33,4% moram longe do local de trabalho.

Outras características com relação à propriedade é o fato de que 66,6% deles disseram serem proprietários da terra que trabalham; 20% declararam alugar a terra de outros e 13,3% disseram que não são nem proprietários, nem locatários, mas que possuem permissão para produzir na terra de outras pessoas ou do poder público, sem ter que pagar por isso.

O tamanho médio das propriedades entrevistadas foi de 44 hectares, sendo que os tamanhos variaram muito também de acordo com o tipo de produção. Certos agricultores de hortaliças chegaram a responder como tamanho da propriedade 0,003 hectares (o menor), enquanto produtores de queijo chegam a ter 128 hectares de terra, que incluem a produção de cereais para a alimentação dos animais e espaço para a criação extensiva.

Não só a variação do tamanho das propriedades, de acordo com o uso, é percebida, mas também a autodenominação da categoria profissional dos produtores entrevistados. As respostas para “*Qual sua profissão?*” variam entre fazendeiros, jardineiros, produtores, agricultores, transformadores, aposentados, dentre outros (*agriculteur, exploitant, jardinier, maraîcher, herboriste, ménageur, producteur transformateur e retrait*).

Ainda que as entrevistas tenham sido com agricultores que têm uma relação de comércio direto com os consumidores, perguntamos onde mais eles vendem seus produtos. Portanto, fora da feira e do AMAP, as vendas ainda são realizadas diretamente na propriedade (67%), em lojas orgânicas (40%), em festas e festivais (“*foire*” com 26%), para pessoas conhecidas (20%) e por expedição (13%).

Quanto ao trabalho agrícola, 80% dos entrevistados disseram usar a mão de obra familiar; 40% contratavam funcionários e apenas 6% trabalhavam sozinhos. Dos 40% que tinham funcionários, estão inclusos aqueles que trabalham com a família (por isso, contabilizados nos 80%), mas que, eventualmente ou permanentemente, também contratam terceiros para o trabalho na produção de alimentos (contabilizados nos 40% também).

Os materiais usados para o trabalho também vão depender da produção, pois aqueles que têm hortas usam instrumentos manuais, ao contrário de outras culturas que necessitam de instrumentos especializados e mecanizados.

No entanto, referente ao uso de produtos químicos, 20% dos entrevistados apontaram para o uso de algum tipo de agrotóxico, dentre eles em hortaliças e na produção de maçãs. Todos os entrevistados que utilizam produtos químicos são da feira de Aubière, uma vez que

no AMAP os consumidores exigem o fornecimento de alimentos orgânicos e nas hortas urbanas também não é comum fazer este uso.

Perguntamos ainda para os produtores quais seriam os pontos fracos e fortes do trabalho que eles realizam. A parte positiva citada foi o prazer pela atividade realizada, o contato com a natureza e o campo, ainda a valorização de seus produtos, a relação de proximidade com os clientes e a autonomia. Já os pontos negativos deste tipo de trabalho foram ligados justamente ao excesso de um trabalho cansativo e contínuo, sem grandes retornos financeiros. Eles apontaram que existe uma preocupação pela renovação da atividade e que para isso deveriam atrair mais jovens. Além disso, apontaram como dificuldades o clima (de frio intenso), que impede ou reduz muito a produção, além de dificultar o próprio trabalho nas hortas, por exemplo. Ainda tivemos o transporte, a estocagem e a conquista de clientela como citações do ponto frágil da agropecuária.

Com base na teoria apresentada da Economia Solidária, pensamos então, na questão referente ao nível de organização coletiva, o qual pode trazer mudanças representativas para o grupo à medida que ele se fortalece e se estrutura em prol dos mesmos objetivos. Portanto, questionamos os produtores sobre as associações e cooperativas, das quais pudessem fazer parte, porém 67% das respostas obtidas foram negativas à esse nível de organização enquanto produtores/comerciantes de alimentos e voltadas à esta atividade.

É conhecido o número de associações de cada cidade (no caso de Aubière junto à *ville* de Clermont Ferrand), pois a prefeitura produz de tempos em tempos, um guia com todas as associações locais. Elas podem variar de acordo com a faixa etária (para crianças, adolescentes, jovens adultos, adultos e idosos), bairros e temas, como mostra a figura 39.

É nesse sentido que tivemos que selecionar o tipo de associação da qual os agricultores faziam parte, pois a grande maioria respondeu fazer parte de alguma, porém associações voltadas ao bem estar, a esportes, artes, mas quanto à categoria profissional somente 33% deles, sendo a maioria do AMAP. Outra surpresa, a priori, foi o fato de que os agricultores do AMAP não respondiam a própria associação AMAP (*Association pour le maintien d'une Agriculture Paysanne*) nesta questão. Ainda foram citadas as associações “*Bienvenue à la Ferme*” (associação de acolhimento nas propriedades rurais de Puy-de-Dôme) e “*BIO 63*” (associação de agricultores e consumidores orgânicos do Puy-de-Dôme), ambas com sede em Aubière.

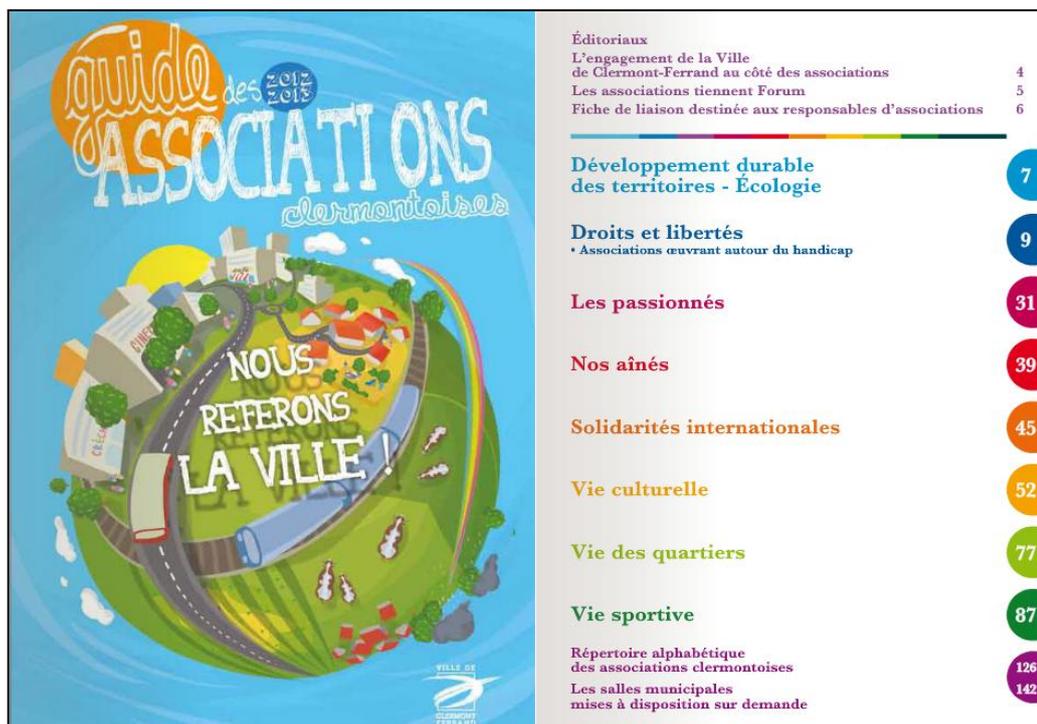


Figura 39: Guia de associações de cidade de Clermont Ferrand, que inclui Aubière.
Fonte: Ville de Clermont-Ferrand

Perguntamos ainda aos produtores se eles gostariam de receber algum tipo de ajuda pública da comuna, cidade, departamento ou região, mas a maior parte das respostas foi não (com 67%), como explica uma entrevistada:

Eu não gostaria de ajuda não, eu tenho saúde, sou forte... Não preciso! Mas no começo, recebemos ajuda para adquirir nossa propriedade, hoje não precisamos mais. (produtora entrevistada – tradução nossa).

Por fim, a pergunta do significado da expressão “comer bem”, para os produtores, foi pautada nos “bons produtos” (47%), nos “produtos locais”, “produtos orgânicos” e na “alimentação equilibrada” (cada um com 40%), nos “produtos naturais” (20%), “produtos da estação” (13%), na gastronomia e na “preparação da comida em casa” (com 6,6% cada).

Para fechar o quadro de entrevistas, nos propusemos a aplicar um questionário com restaurantes e supermercados, mas assim como com os consumidores, encontramos certa resistência e falta de tempo para contribuir com nossa pesquisa. Portanto, as respostas dos dois estabelecimentos entrevistados serão observadas de forma qualitativa, somente.

Os dois restaurantes são típicos “Bar-café et Restaurant” que tem opções do cardápio, mas também oferecem os pratos do dia, a um preço mais acessível (de 8 a 15 euros). Eles foram unânimes quanto à compra de legumes, frutas, carnes, leite, queijos, ovos, iogurtes,

vinhos, cereais e produtos industrializados, realizada principalmente pelos fornecedores diretos que entregam os alimentos frescos, principalmente, e a complementação da compra nos supermercados. Para os dois o critério essencial de escolha do fornecedor foi a qualidade e um deles enfatizou a busca por produtos frescos.

Os produtos regionais utilizados foram: queijos, vinhos, batatas, ervas frescas para tempero, alho, tomate, frutas e legumes, os quais compõem o cardápio que continha certos pratos regionais como a omelete de Auvergne e a salada Auvergne, além da opção “vinho da casa” (local). Embora haja uma atenção à produção local, não há preocupação quanto ao uso de produtos orgânicos, pois nenhum deles utiliza qualquer ingrediente deste tipo.

Por fim, a pergunta sobre a percepção de “comer bem” também foi posta aos restaurantes de onde extraímos as seguintes respostas: gosto, sabor, qualidade e quantidade, diferencial da comida feita em casa, produtos frescos e culinária francesa.

Como resultado para a percepção da expressão “comer bem”, obtivemos 4 categorias de respostas implícitas nos 3 grupos de análises (consumidores, produtores e restaurantes). Ainda que todos possam ser inclusos na categoria de consumidores, notamos que é inevitável que respondam de acordo com a categoria profissional, a qual trabalha com setor alimentício.

Sendo assim, reagrupamos as respostas: em amarelo selecionamos as respostas que dizem respeito ao consumo, em rosa a preocupação com a saúde humana, em verde a relação com a produção e em azul referente ao preparo dos alimentos. Dessa forma, observamos que cada grupo responde de acordo com sua categoria, ou seja, para os consumidores percebemos um equilíbrio dentre os pontos de vista, pois “comer bem” está relacionado ao consumo, aos produtos, à saúde e também ao preparo. Eles pensam no que compram, em como preparam o que compram, em como consomem o que preparam e quais as consequências (para o corpo) do que é consumido. Para os produtores, respondendo exclusivamente como produtores, a categoria mais citada enfatiza os produtos (locais, orgânicos, frescos, da estação) e o tratamento com os animais, que trará qualidade na produção. Seguindo esta lógica, temos os restaurantes que também focam no produto, porém com mais intensidade no produto final (alimento já preparado, receitas e culinária), o qual é o objetivo de um restaurante.

PERCEPÇÃO DA EXPRESSÃO “COMER BEM”		
CONSUMIDORES	PRODUTORES	RESTAURANTES
Prazer de comer	Bons produtos	Bons produtos
Saúde e equilíbrio	Produtos locais	Qualidade dos produtos e dos pratos
Bons produtos	Alimentação equilibrada	Quantidade de alimentos
Problemas de saúde	Produtos Orgânicos	Produto local
Produtos Orgânicos	Produtos Naturais	Culinária francesa
Exemplo de pratos	Produtos da Estação	Gosto e sabor
Preparação da comida em casa	Preparação da comida em casa	Produtos frescos
Sair do comum (diversidade)	Gastronomia	Sair do comum (diversidade)
	Bem estar do animal (fonte de carne/leite)	

Relação com:

 Consumo	 Produção
 Saúde Humana	 Preparo dos alimentos

Quadro 17: Entendimento da expressão “comer bem” de acordo com cada grupo de entrevistados. ICERI, 2013.

Além de observarmos a frequência de pequenas hortas nos quintais das casas (citado na página 121), Aubièrre possui duas áreas coletivas com hortas, como mostra a figura 40. Sua estrutura e a administração diferem um pouco das hortas comunitárias observadas no Brasil. Em Aubièrre elas têm mais de 200 anos, são cercadas por um pequeno muro de pedras e dentro são divididas em vários terrenos menores, onde cada um será administrado por uma família, isto quando as terras são da prefeitura.

Em diálogo com moradores da comuna, soubemos que os interessados em ter uma porção de terra para o cultivo urbano, devem se inscrever numa lista da prefeitura e a partir

daí podem ser chamados, porém, afirma-se que existem muitos interessados e que por isso, a dificuldade de concessão da terra é grande. Outra forma de aquisição de terras é a compra dos terrenos privados, ou mesmo o empréstimo, como é o caso de um dos entrevistados.

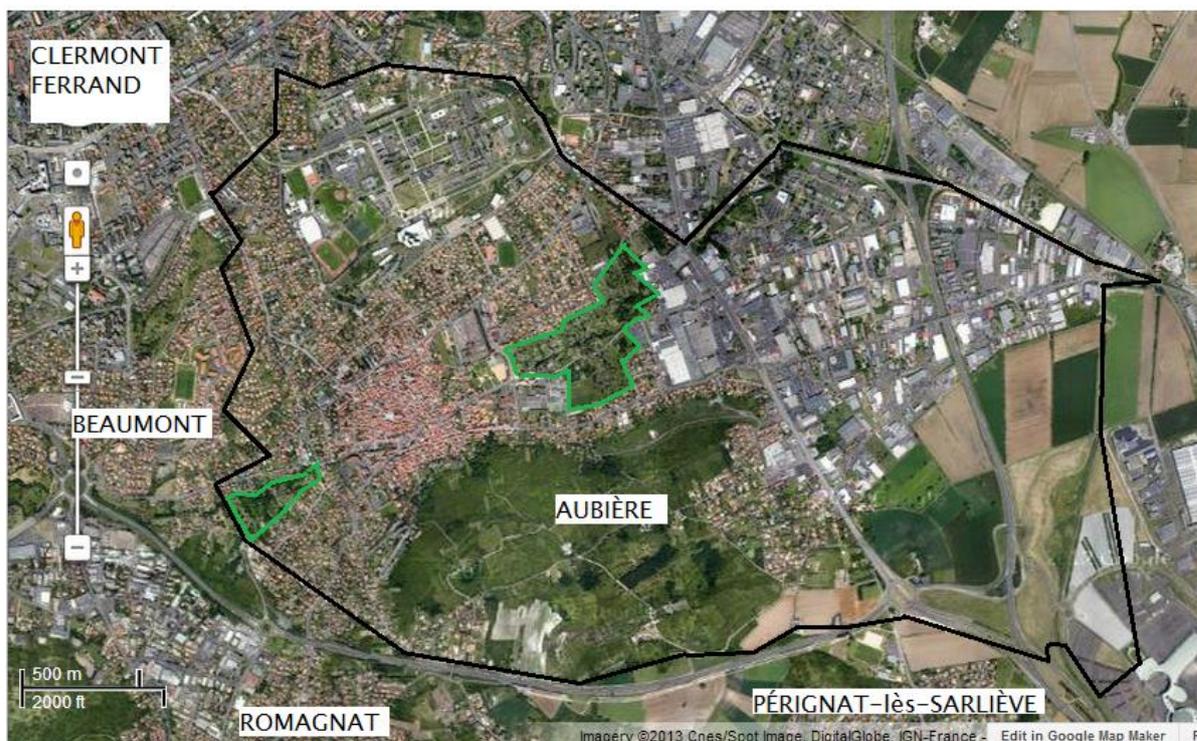


Figura 40: Delimitação das áreas comunitárias com concentração de hortas.
Adaptado de Google Maps, 2013.

De acordo com as informações dos mesmos moradores, as áreas coletivas com hortas são características do país e que em Aubière elas eram bem maiores, porém devida a expansão industrial e do comércio de Clermont Ferrand a nordeste de Aubière, bem como a construção de novas casas na própria comuna, os “*jardins*”, como são chamadas as hortas, foram reduzidos e ainda sofrem com essa pressão.

As figuras 41 e 42, a seguir, apresentam o crescimento urbano em direção ao “jardim” que chega a fazer divisa com casas residenciais e a grandes estabelecimentos comerciais.



Figura 41: Residências novas à direita, vizinhas das áreas coletivas de agricultura urbana. ICERI, 2013.



Figura 42: Limite entre a área das hortas (à esquerda) e urbanização com estrada, estacionamento, casas e um centro comercial. ICERI, 2013.

Logo na entrada da horta, podemos ver um “terreno pedagógico”, que faz parte de um projeto da prefeitura em ensinar as crianças e outros interessados, a cultivar a terra e manter a diversidade das espécies locais, sobretudo de maçãs, pois estas vêm diminuindo.

A horta apresenta o mesmo nome do rio Artiere, pois acompanha um trecho do seu curso. Cada “*jardin*” tem em média de 30 a 50 m², com exceção de um observado, o qual, provavelmente, usa a terra para produzir e vender, diferentemente da maioria que planta para o consumo.



Figura 43: Indicação com nome da horta, hora pedagógica e grande terreno na horta urbana. ICERI, 2013.

Com a preparação do solo (em descanso) durante o inverno e o frio intenso, não havia muitos agricultores transitando, mas os que foram encontrados não aparentavam ser mais idosos (acima de 60 anos). Em entrevista, um agricultor, mostrou toda a infraestrutura da horta: estufa para germinação, barracão para armazenar as ferramentas de trabalho, bomba para captação de água do poço e cisterna para captação de água da chuva, além do “calendário lunar”, que segundo o entrevistado, é seguido por muitos outros agricultores, além dele mesmo.



Figura 44: Infraestrutura das hortas e curso d'água Artiere
ICERI, 2013.

Sua produção é voltada ao consumo próprio e ao lazer/ocupação, pois já é aposentado, tem como origem pais agricultores, o que chega a ser uma boa recordação, sendo ele e, além disso, estabelece um convívio social com os produtores vizinhos.

Apesar de cada um possuir seu espaço delimitado, existe uma relação de ajuda mútua (informal) quanto ao trabalho, pois, segundo o entrevistado, é comum se reunirem para ir até uma horta e trabalharem juntos. Para ele, ainda que existam mulheres neste tipo de agricultura e casais mais jovens, é mais frequente o trabalho masculino, ou de pessoas mais velhas. Nesse sentido, ele expressa o temor pelo desaparecimento do “*Jardim Artiere*”, devida à pressão urbana e à falta de jovens, o que contrapõe as informações da prefeitura, repassados aos moradores que nos disseram aguardar uma vaga disponível na horta.

O entrevistado ainda fala sobre a concessão de sua terra, a qual não faz parte da prefeitura, mas que é cedida pelo proprietário que não a utiliza. Além disso, ele explica que existem pessoas de origem portuguesa e espanhola que produzem na horta, pois também tem origens rurais e agrícolas e, portanto, se identificam e apreciam o trabalho.



Figura 45: Hortas e agricultores
ICERI, 2013.

Antes de fechar o capítulo que apresenta os dados coletados em Aubière, serão apontadas outras observações realizadas a campo, sobretudo nos supermercados e outros tipos de estabelecimentos comerciais de alimentos, mesmo que não tenham concedido entrevista e que serão importantes para destacar hábitos e também para a parte seguinte do trabalho, onde faremos a comparação das duas realidades em análise.

Observa-se que em todos os grandes supermercados existem variedades de produtos regionais dispostos em corredores chamados “produtos locais” ou “produtos da terra” (*terroir*). Nos mercados eles também podem ser encontrados, porém o destaque é um pouco menos do que nas grandes estabelecimentos. Ainda existem os chamados “*hard discount*” que são como mercearias que não prezam pela variedade, não abarcam produtos regionais, nem orgânicos, mas conseguem oferecer grandes vantagens quanto ao preço e por isso, chamam a atenção dos consumidores.

Da mesma forma que com os produtos locais e regionais, existem corredores em certos supermercados que concentram os produtos “*biologiques*”, ou orgânicos. Em outros estabelecimentos eles podem não ser destaque através de um corredor diferenciado, mas não deixam de existir, ficando dispostos no setor que melhor se enquadrem. Mesmo em certas

padarias, açougues e peixarias notou-se algum tipo de produto orgânico, que, portanto nos permite dizer que no dia a dia, são apresentadas maiores opções e que há também um *marketing* sobre este tipo de alimento, que por sua vez, é causa ou consequência de um consumo mais exigente e atento.



Figura 46: Exemplos de estabelecimentos que comercializam alimentos orgânicos. ICERI, 2013.

A figura 46 destaca uma peixaria que expõe uma variedade de peixe orgânico; um açougue que também divulga, desde a vitrine, a opção de carnes orgânicas e ainda uma loja só de produtos orgânicos que apresenta variedades que vão desde livros sobre este tipo de produtos até cosméticos, produtos de higiene pessoal, limpeza de casa e alimentos frescos (verduras, frutas), transformados caseiros (pães, vinho, queijo, chás) e até industrializados (cereais, biscoitos, massas, enlatados, congelados). Além disso, a figura mostra ao lado direito da entrada da “Bio Auvergne” o restaurante, também só com alimentos orgânicos.



50 PRODUITS BIO AUCHAN A MOINS DE 1€



Figura 47: Propaganda de produtos orgânicos em grandes supermercados.
 Fonte:www.marketingdurable.net

Na figura 47, a intenção não é só de mostrar a diversidade de produtos encontrada nos grandes estabelecimentos comerciais como as redes de supermercados “Auchan” e “L’Eclerc”, que apesar das imagens serem do Google, são encontrados em Aubière, mas também de apresentar o forte marketing feito pelos supermercados para divulgar os orgânicos, sobretudo os industrializados, à baixo custo (menos de 1 euros).



Figura 48: Destaque para alimentos regionais e locais em loja especializada e em corredor de grande supermercado.
ICERI, 2013.

Já na figura 48 o destaque é para a seção de produtos regionais e locais, encontrados tanto em lojas menores, como em corredores diferenciados dos grandes supermercados.

Com isso fechamos a parte da apresentação das características e dos dados coletados a partir das entrevistas e questionários, bem como observações de campo em Aubière, que permite certo nível de conhecimento da área para a posterior comparação com Cianorte.

4. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CIANORTE E AUBIÈRE

Neste capítulo intitulado de “análise comparativa” buscamos saltar as características divergentes e semelhantes existentes em Cianorte e Aubière, quanto à relação de produção e consumo alimentar. Esta comparação, portanto, não é no intuito de julgar, e dessa forma enaltecer ou diminuir nenhum aspecto desses territórios, mas conhecê-los para compor uma complementaridade.

Começando pela própria formação histórica de cada município percebemos diferenças substanciais que refletem na análise comparativa da relação entre produção e consumo nesses dois espaços de análise.

Cianorte, por ser um município que integra a zona urbana e rural, enquanto Aubière é considerada uma comuna urbana, ainda que existam pequenas áreas agrícolas em seu interior. Isso explica uma diferença paisagística muito grande entre os dois espaços. Além dessa característica pautada na convenção de ser urbano ou conter urbano e rural, existe uma diferença gigantesca entre o tamanho de Cianorte (811,6km²) de Aubière (7,68km²).

Essa diferença de tamanho entre os territórios é compensada em Aubière pela relação de proximidade com outras comunas. Acreditamos que é por esse motivo, que a feira de Aubière contém cerca de 160 barracas e desta a maior parte dos produtores veem de outras comunas. Portanto, Aubière, mesmo sendo considerada pequena (na extensão) é capaz de atrair consumidores de outras localidades, o que explica o volume de barracas na feira, e que, por sua vez atrai produtores, comerciantes e artesãos a se instalem na feira todos os domingos.

Em Cianorte, a feira, como o próprio nome diz, é do produtor, portanto, só encontramos produtos relacionados à alimentação, sejam eles frescos, preparados ou vindos da agroindústria, produzidos pelos agricultores familiares. Nela existem cerca de 65 barracas, que são de agricultores, exclusivamente do território municipal de Cianorte, e que atendem também, na maioria, os consumidores do mesmo município. Essa é uma política adotada pela prefeitura, que disponibiliza o espaço onde ocorre a feira. Nenhum produtor de outro município pode aderir a ela, mesmo que esteja localizado bem próximo de Cianorte.

Considerando os circuitos de proximidade, podemos chegar à duas análises a respeito da regra de localização dos produtores na feira. Primeiro: onde a relação territorial é mais estreita e existe um agrupamento em outras escalas (como no caso de Aubière que é uma comuna, no seu menor nível, mas também é *canton*, o que inclui outras 2 comunas, também faz parte da *ville* de Clermont Ferrand e de sua *communauté d'agglomération*, incluindo

muitas outras comunas ainda), pode-se considerar a existência de outros níveis de pertencimento que se tornam maiores e mais frequentes, quanto à coletividade e a interação entre estes territórios agrupados. O mesmo se daria, caso houvesse interação e discussão frequente entre os municípios do noroeste do Paraná, ou mesmo da microrregião Entre Rios, ou da Comarca de Cianorte e sua microrregião, com relação ao desenvolvimento de projetos territoriais envolvendo estas áreas, cujo Cianorte faz parte.

Por outro lado, percebemos que em Cianorte, bem como em todo o Brasil, é mais comum os projetos locais se efetuarem a nível municipal, pois estes possuem um representante executivo direto, o prefeito, o que em outras divisões não costuma ocorrer (como no caso da microrregião e mesorregião). Este fato, nos leva a crer também que, concentrando os projetos a nível local municipal, o interesse da administração vigente será sempre voltado ao público eleitor (que o elegeu ou que poderá o reeleger). Sendo assim esta pode ser uma explicação para o fato de agricultores de municípios vizinhos, mesmo próximos ao local da feira, não são permitidos de se associarem a ela.

Nesse caso então, se considerarmos a “proximidade” do circuito e o “local” do desenvolvimento como algo restrito ao menor nível de divisão política administrativa (no caso o município ou a comuna), Cianorte teria uma política em prol do local e do próximo, diferentemente de Aubièrre, que abre seus mercado à produtores “externos”.

Por outro lado, uma segunda análise, pode ser considerada de acordo com o entendimento de “local” e de “próximo” de acordo com outras divisões político administrativas mais abrangentes e que concentre um conjunto de territórios, ligados a um interesse comum, como por exemplo, a produção, comércio e consumo alimentar. Neste caso, a área delimitada para uma política que assegure a produção diversificada, deveria ser efetuada de acordo com o diagnóstico produtivo e dessa forma, a questão da produção e do acesso ao alimento seriam soberanos em relação aos limites territoriais de cada município.

Nessa perspectiva, então, podemos concluir o contrário, que Aubièrre prioriza o desenvolvimento local e os circuitos de proximidade, sobretudo a soberania da alimentação. Enquanto isso, Cianorte poderia ser entendida como um município de interesses individuais e restritos, preocupado com índices municipais (de investimentos e retornos) que envolvem a economia agrícola (de produção e vendas) a um nível reduzido da noção “local” que não coloca a alimentação em posição soberana, cujo limite acompanha as divisas municipais.

As duas formas de análise da regulamentação dos participantes da feira apresentam pontos positivos ao desenvolvimento local. Acredita-se ainda, que cada uma delas pode ser

adaptada de acordo com a dimensão territorial de cada espaço em análise, sendo que Cianorte por ter uma área grande, preocupa-se em gerenciá-la melhor internamente, enquanto Aubièrre pode e precisa abrir suas fronteiras para a produção externa. Além disso, certas decisões municipais, no Brasil, seguem uma estrutura nacional, como por exemplo, a seleção de agricultores (do município) para o programa de compra direta.

Outras características à respeito das feiras são referentes ao espaço e à frequência. Em Cianorte elas acontecem 3 vezes na semana, começam no fim da tarde e são realizadas num barracão coberto, localizado próximo à uma das saídas da cidade. Já em Aubièrre, a feira ocorre somente nos domingos, pela manhã, e fica disposta sobre as ruas da cidade. Estas são fechadas para a montagem das barracas e circulação dos consumidores, alterando, portanto, o trânsito aos domingos.

Quanto à diversidade de produtos, percebemos que enquanto Cianorte comercializa apenas alimentos, Aubièrre também apresenta barracas de produtos não alimentícios que variam desde livros e utensílios domésticos, à decorações, roupas, bijuterias, flores e brinquedos. Dentre o setor de produtos alimentícios, ainda separamos aqueles que são considerados frescos (verduras, legumes, frutas e carnes) e aqueles da agroindústria familiar (queijos, embutidos, vinhos, geleias, café, azeite, pães) ou as comidas já preparadas (carnes assadas, massas, comidas típicas). Nesse caso, Aubièrre apresentou maior diversidade em todos os setores, chegando a ter mais barracas de “não alimentícios” do que de alimentos frescos e transformados juntos (pelo menos durante o inverno). Cianorte, por sua vez, tem, maciçamente, a maior parte das barracas com alimentos e frescos.

As figuras 49 e 50, a seguir, mostram a distribuição da feira pelas ruas de Aubièrre, e também das barracas de produtos alimentícios frescos e transformados, bem como o setor não alimentar. Ainda por meio delas, podemos observar a diferença em um dia de sol e de um dia com neve, em que tanto o número de barracas como o de consumidores reduz bruscamente. A figura 50 mostra barracas com roupas e sapatos (canto superior à esquerda), verduras e frutas (canto superior à direita), alimentos orgânicos (canto inferior à esquerda) e uma barraca de queijos (inferior à direita).

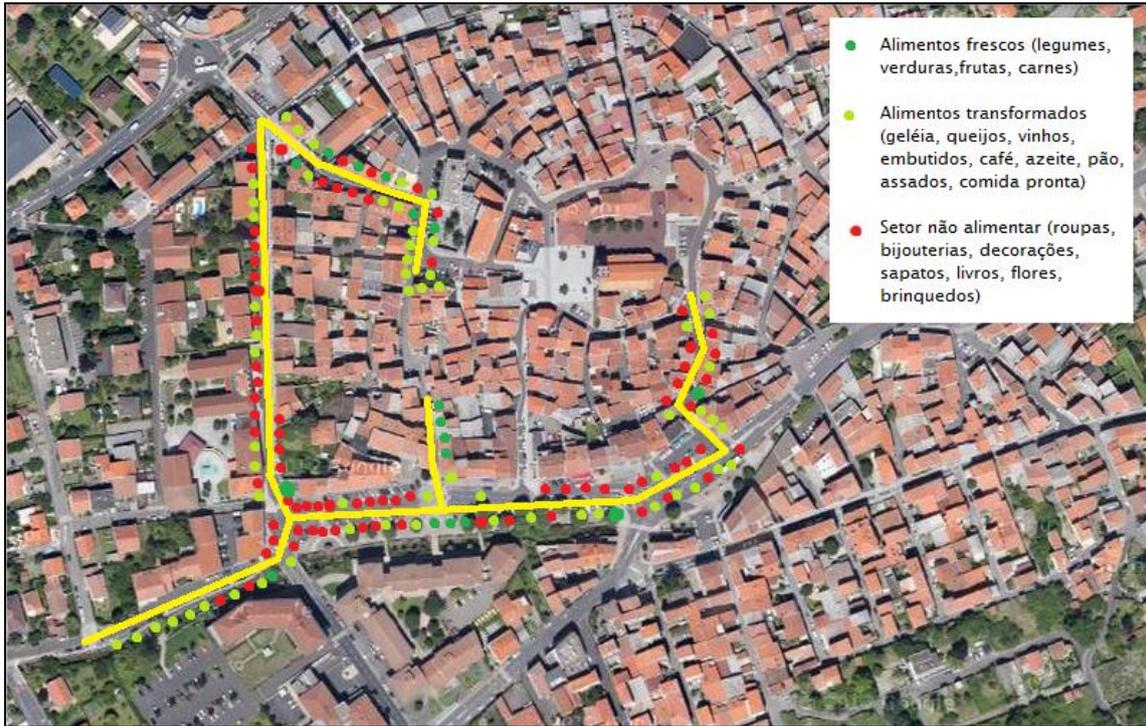


Figura 49: Distribuição da feira pelas ruas de Aubière e classificação dos tipos de barraca.
Base: Google.
ICERI, 2013.



Figura 50: Feira em dia ensolarado (acima) e em dia nublado nevando (abaixo). ICERI, 2013.

Já a figura 51, também apresenta a disposição das barracas, de acordo com o perfil do produto (fresco ou não) e a infraestrutura do barracão, em Cianorte. Ou seja, a feira tem um ponto fixo e sofre menos influência climática das chuvas e do sol. Ela também não interrompe o trânsito, mas fica localizada numa área de menor movimento e visibilidade, chamando menos a atenção dos consumidores.

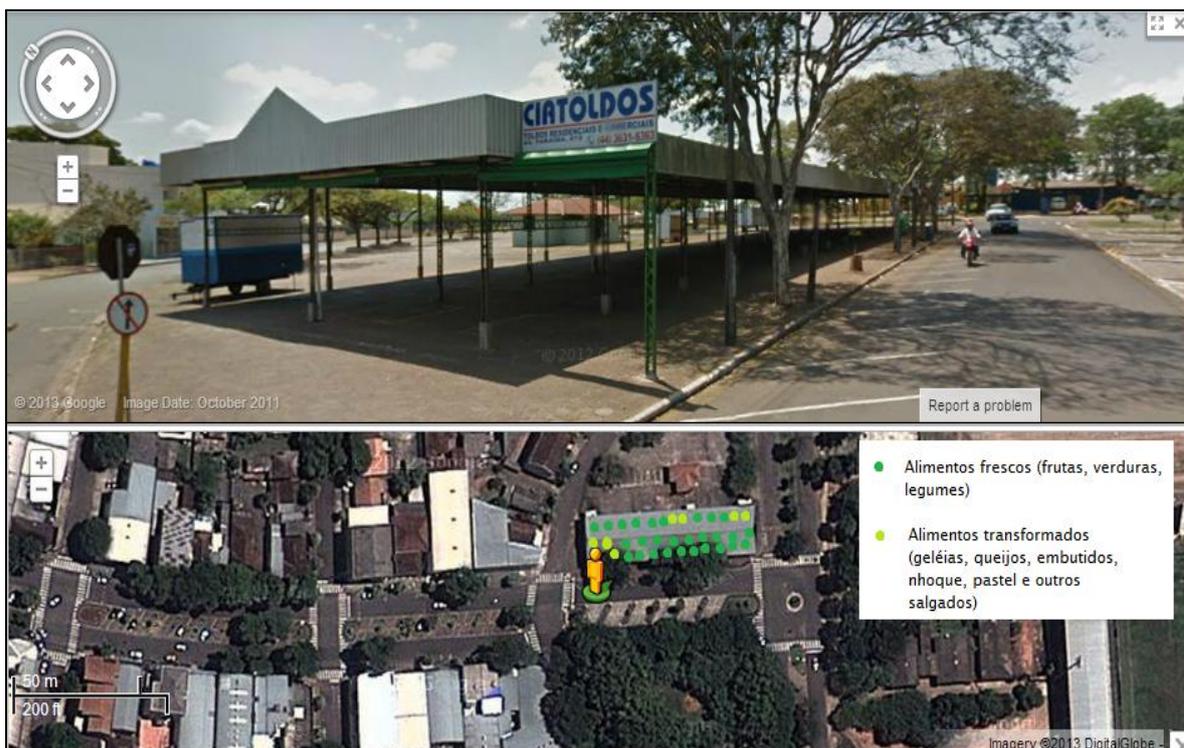


Figura 51 Feira de Cianorte e sua classificação de produtos.
 Base: Google.
 ICERI, 2013.

No processo de formação da cidade de Cianorte, de acordo com o referencial teórico utilizado, soube-se do projeto inicial, elaborado pela companhia colonizadora em dividir o município em pequenos e baratos lotes, para atrair moradores, e na parte urbana, deixar uma zona de mata nativa, bem como várias chácaras no entorno, que pudessem produzir alimento ao abastecimento interno. Por outro lado, em Aubièrre, pode-se dizer que o “*jardin*”, com mais de 200 anos, também fora estruturado com o objetivo de que as famílias que lá habitassem, pudessem produzir alimentos para o autoconsumo, e parte desse se manteve até hoje.

O que difere então, uma localidade da outra, do ponto de vista da agricultura urbana, é que em Cianorte esta atividade está ligada às condições econômicas, ou seja, só pudemos observar hortas nas casas de moradores de menor classe econômica, localizadas na periferia da cidade, ou então, hortas de projetos sociais que buscam um espaço e meios de produção que possam fornecer alimentos. Em Aubièrre, a incidência de hortas nas casas é maior, independente da renda e da localização dos bairros e, portanto, isso nos leva a crer que o cultivo doméstico está imbricado na cultura local devido a outros motivos sem ser relacionado com a vulnerabilidade econômica, e à vulnerabilidade do acesso aos alimentos.

Fora os tipos de hortas particulares nos quintais das casas, já citadas anteriormente, existem ainda as hortas urbanas coletivas. Em Cianorte, ela é pequena, comparada à de

Aubière e não tem ligação alguma com a prefeitura, somente com a instituição de assistência social “Associação Rainha da Paz”, que a fundou, mas que, segundo informações do agricultor entrevistado, ela não conseguiu adesão das famílias da comunidade. Portanto, todo o cultivo desta horta, denominada “comunitária”, é na prática gerenciada por um único trabalhador (com mais de 60 anos) que consome os produtos e vende o restante, garantindo uma renda mensal. Sendo assim, poderíamos redefini-la como sendo uma horta da comunidade, de uso particular e individual de um produtor, voltada à venda do excedente produzido.

Por sua vez, as informações obtidas em Aubière, são de que os espaços para as hortas sempre existiram e que eram muito maiores. Isso permitia que quase todos moradores tivessem acesso à um pequeno terreno, e que dela fosse responsável pelo cultivo de alimentos. Este funcionamento difere-se, inclusive, da orientação encontrada nas hortas comunitárias brasileiras, como também no caso de Cianorte, em que todos trabalhariam para todos.

Em Aubière, a área urbana destinada à horta é coletiva, porém subdividida em vários lotes pequenos, os quais são alugados (por uma quantia anual e simbólica) às famílias cadastradas na prefeitura (isso quando o terreno é do domínio público). Caso o terreno seja de um proprietário particular, pode ser que o proprietário cultive neste espaço, ou que empreste ou alugue para algum interessado. Portanto, de acordo com estas análises podemos designar que esse tipo de horta tem, na teoria, apenas o espaço como elemento comunitário, ainda que este seja dividido internamente.

Por outro lado, segundo um agricultor urbano da horta, na prática existe uma solidariedade no trabalho agrícola, pautada na relação de amizade entre os produtores, que se denominam jardineiros.

Novamente o tamanho da comuna ou do município, possa explicar a incidência de hortas urbanas em espaços coletivos ou particulares. Supõe-se que em lugares pequenos, cuja terra não é abundante, qualquer espaço de terra será mais valorizado (não no sentido da especulação imobiliária) e cultuado. Percebemos isso, principalmente, no centro antigo de Aubière, cuja arquitetura é formada por conglomerados urbanos em vários sobrados, cortados por minúsculas ruelas. Lá, cada m² de terra exposta, pode transformar-se em um jardim de flores ou uma pequena horta.

Semelhante ao empréstimo dos lotes que pode ocorrer na horta em Aubière, temos em Cianorte o uso do espaço particular, de certos terrenos periféricos, sem o conhecimento do proprietário, ou por concessão informal, que não implica no pagamento de aluguel. Foi neste

tipo de AU que encontramos a maior solidariedade entre os integrantes da comunidade, pois neste caso eles dividem e trocam produtos entre os vizinhos.

Outra semelhança é quanto à faixa etária dos agricultores das hortas urbanas e suas origens rurais. Tanto em Cianorte como em Aubière, os agricultores encontrados tinham mais de 60 anos e, além disso, falavam da origem familiar ligada à agricultura (pais e avós), ou que eles mesmos já exerceram, como profissão, a atividade agrícola, quando mais jovens e por isso retomam o trabalho, agora, em busca de uma atividade que lhes deem prazer.

Quanto à forma de produção nesses espaços onde ocorre a agricultura urbana, percebemos pequenas diferenças, pois, ainda que a maioria em Cianorte não utilize agrotóxicos, alguns agricultores urbanos citaram fazer uso de algum produto químico. Porém, em Aubière o mesmo não ocorreu, uma vez que todas as respostas foram negativas quanto ao uso de agrotóxicos nas hortas. Outra característica peculiar de Aubière, referente às práticas de cultivo, foi o uso do calendário lunar na lavoura.

Já em relação ao uso de agrotóxicos pelos produtores feirantes, obtivemos como resultado que 20% deles fazem uso desses produtos em Aubière, bem como 75% em Cianorte. Ou seja, a proporção daqueles que usam agrotóxico em Cianorte é a quase a mesma daqueles que não usam em Aubière (80%).

O contexto de uma escala maior, ou seja, o Estado e a Região onde estão inseridas Cianorte e Aubière, respectivamente, são áreas fortemente ligadas à agricultura, cuja representação econômica têm grande importância, o que consideramos como sendo mais um ponto de convergência.

Seguindo, então, a análise comparativa notamos que, o nível de organização coletiva, formação de grupos e associações, referentes à questão alimentar é de maior iniciativa dos produtores, em Cianorte do que em Aubière, uma vez que a própria feira de Aubière não constitui uma associação, diferentemente de Cianorte. Por outro lado, como já foi dito, muitos produtores são integrantes de outros tipos de associação, e, além disso, alguns fazem parte de grupos associados ligados à classe de agricultores que buscam desenvolver outro tipo de atividade econômica na propriedade (como o turismo) ou aqueles que se organizam pelo método do cultivo orgânico, o que não foi percebido em Cianorte. Ainda assim, consideramos que as divergências tanto no tamanho, quanto na integração com outros territórios pode influenciar tais características cidades em Aubière.

A associação dos produtores feirante tem como objetivo principal arrecadar fundos destinados à própria feira seja na infraestrutura ou com algum tipo de assistência ou mesmo a

reserva. Além disso, a associação serve para reunir mão de obra para eventos, como a festa do morango e também gera um grupo que encoraje e auxilie a formação de agroindústria familiar.

Se por um lado, Aubière não tem associação de produtores na feira, por outro, ela possui a associação de consumidores que se preocupam com a agricultura familiar, sobretudo orgânica, com o comércio direto e com a autonomia, tanto para produção como para o consumo. Este é o perfil dos associados do AMAP, que tem uma organização autogestionada, que dialoga com os produtores e busca trabalhar com a coletividade do grupo. Para isso, organizam ateliês de culinária, cursos e capacitação para os agricultores, palestras e conferências, visitas às propriedades para maior interação, festas de confraternização, discussão de filmes e também fazem o chamado “*bilan*” que é um diagnóstico (questionário) para conhecerem os avanços e dificuldade do grupo a cada ano.

Como agricultores (incluindo criação de animais), essas famílias muitas vezes encaram 3 funções: produzir, transformar e comercializar. Percebemos isso tanto em Cianorte como em Aubière, pois atuando nessas três frentes de trabalho, os agricultores conseguem uma renda maior. Em Cianorte o processo de transformação do alimento envolve a chamada agroindústria familiar, normalmente montada na própria residência, ou então através de eventos como festa do morango, em que certas famílias se juntam para elaborar receitas com a matéria prima, o morango, produzidas pelos próprios agricultores. Já em Aubière não existe esta denominação “agroindústria” para as iniciativas particulares, de associações ou públicas, ligadas ao processo de transformação do alimento e sua consequente agregação de valor.

No quesito da comercialização desse tipo de produto transformado, ou mesmo dos alimentos frescos, obtivemos que a feira, os programas do governo Federal e os supermercados, são os principais pontos de escoamento em Cianorte. Já em Aubière, também foram citadas as feiras, além do AMAP, as lojas orgânicas e as venda direta no domicilio do proprietário.

Algo interessante dessa relação dos principais pontos de venda é o fato de que em Aubière dos 4 pontos principais, 3 estabelecem uma ligação direta com o consumidor e é sempre este que se dispões a deslocar-se até o produtor. Além disso, em Aubière não foram citados os supermercados como principais pontos de venda para os alimentos da agricultura familiar.

Nos supermercados observamos o cumprimento de uma lei nacional francesa, que obriga a exposição ao consumidor da origem dos alimentos. Na figura 52, podemos perceber

que as frutas, legumes e carnes dos supermercados contém indicação com o país de origem. Já em restaurantes, o decreto n° 2002-1465 de 17 de outubro de 2002, exige a exposição ao consumidor da origem da carne bovina utilizada, sujeitos à multa pelo descumprimento. Essa obrigatoriedade surgiu após a polemica da “vacca louca” alastrada em toda a Europa (LEGIFRANCE, 2002). Por sua vez, no Brasil é comum observarmos nos supermercados a indicação de “importado” em alguns alimentos, como maçã, pera e ameixa, mas sem especificar a origem dessa importação.



Figura 52: Origem dos alimentos nos supermercados. ICERI, 2013.

Aujourd'hui JOUR / MOIS / ANNÉE

La Viande Bovine servie a pour

origine

Pays de naissance

Pays d'élevage

Pays d'abattage

Conforme à l'arrêté du 17 décembre 2002 (J.O. du 19.12.2002)

Figura 53: Origem de nascimento, criação e abatimento da carne bovina em restaurantes.
 Fonte: <http://www.cabinet-hermes.fr/actu-affichage-obligatoire-de-l-origine-des-viandes,63.html>

Uma vez citada a preocupação com circuitos curtos, trataremos agora dos circuitos longo de comercialização. Em Cianorte, com exceção da feira e a venda direta na propriedade, todas as outras formas de comercialização passam por um circuito de maiores distancias até chegarem ao consumidor. A maior parte dos supermercados de Cianorte compram alimentos no CEASA de Maringá, que recebem de várias regiões do Brasil, bem como de outros países. Na França, mesmo não tendo sido realizadas entrevistas com os supermercados, pudemos observar que muitas variedades de frutas e legumes eram importadas, principalmente da Espanha e Marrocos. Sabendo ainda das dificuldades de se produzir no inverno. A observação, com certa frequência, de circuitos longos também pode ser confirmada.

Para finalizar, o questionário com os produtores considerou pontos positivos e negativos da atividade que exercem. Para os agricultores entrevistados em Aubièrre as maiores dificuldades giram em torno do trabalho excessivo e pesado, o baixo rendimento financeiro, a atração de jovens para a renovação da atividade e o frio. Em Cianaorte, a principal dificuldade citada não gira em torno do trabalho, como em Aubièrre, mas sim na falta de confiança com o Governo, pois muitas vezes as políticas e programas criados têm bons incentivos teóricos, mas que não agem verdadeiramente.

As dificuldades como baixa produtividade, falta de consumidores, trabalho pesado, baixo valor de mercado, falta de assistência técnica, baixo incentivo à agroecologia, problemas com a terra e pragas, bem como a falta de união, também foram citados pelos agricultores de Cianorte. Ou seja, podemos perceber que a quantidade de dificuldades citadas

é maior, quanto consideramos a natureza desses problemas enfrentados. Eles variam entre os níveis de: política, trabalho, assistência, técnicas e cooperação.

Ligado ao problema de insegurança com relação ao Governo, podemos tentar entender melhor a variação nas respostas à questão “Você gostaria de receber ajuda pública do Governo?”, entre Cianorte e Aubiére. Em Cianorte a maior parte dos agricultores gostariam de receber algum tipo de assistência do Governo, pois se acredita que dele, virão as melhorias para a agricultura familiar. Mas essa crença tem fundamentos, pois desde o programa “Fome Zero” ao programa “Brasil sem Misérias”, a agricultura familiar é tida como um dos focos de desenvolvimento e incentivo ao seu crescimento. Porém, os rumos do agronegócio e seu peso na economia nacional, só levam a crer que esta será a agricultura que continuará a ser desenvolvida nas políticas brasileiras e que por isso, promovem o sentimento de desconfiança e incredibilidade pública no Governo.

Apesar disso, os agricultores de Cianorte ainda gostariam de receber ajuda pública. Em Aubiére, por sua vez, ocorreu o contrário, pois a maioria não gostaria de receber a ajuda do Governo, pois se julgam aptos à realizar seu trabalho sem nenhuma ajuda. Apesar de alguns produtores terem explicado que já haviam recebido auxílio no início da atividade, hoje alcançaram sua autonomia e por isso dispensariam a ajuda pública.

Assim como existe uma rigorosa fiscalização do governo para liberar o selo de qualidade de queijos e vinhos, por exemplo, com a certificação AOP, que gera, por um lado, desconforto burocrático para os agricultores, e por outro, assegura a qualidade dos alimentos à classe consumidora, a assistência ofertada pelo poder público segue as mesmas linhas rigorosas de controle. Ou seja, para aquele que demanda recursos financeiros, terras, remuneração por prestar serviços ambientais ou qualquer outro tipo de benefício, cabe o cumprimento de certas exigências. Essas obrigações exigidas, em contrapartida à ajuda fornecida, muitas vezes são essenciais no início da atividade, mas rompem com o sentimento de autonomia e por isso, são deixadas de lado à medida que os produtores conseguem se estabilizar na atividade. Acredita-se que o mesmo só não ocorre com os selos de qualidade, pois eles garantem também uma maior comercialização, já que possuem aderência e confiabilidade, não só nacional como internacional também.

Para fechar, então, a questão do balanço que os agricultores fazem à respeito de suas atividades como produtores, transformadores e comerciantes, foram indicados como pontos positivos desta categoria de trabalhadores, justamente a autonomia, o contato com o cliente e a valorização do produto. Em diálogo com produtores de ambas as localidades, Cianorte e

Aubière, percebemos que existe ainda a identificação com o trabalho que gera prazer na sua realização.

Uma dificuldade que envolve a agricultura familiar como um todo, e não somente o trabalho agrícola, e que também instabiliza o perirurbano é a pressão exercida com o avanço da urbanização, por um lado, e da monocultura industrial, por outro. Em Cianorte, essa condição é percebida expressiva e isso ganha forças à medida que a cidade, como polo do noroeste paranaense, cresce e expande suas áreas residenciais, sobretudo com a tendência das classes sociais em ascensão em morar nos condomínios fechados, que são recentes e estão localizados nas áreas mais periféricas.

Já com relação ao avanço das fronteiras agrícolas, apresentamos dados do resultado das Contas Regionais do IBGE de 2003, referentes à queda na participação econômica dos quatro principais Estados (SP, RJ, MG e RS), no PIB brasileiro, devido à influência dos Estados ligados à agroindústria. Além disso, o IBGE (2005) apontou que o Paraná foi o segundo Estado com maior crescimento na participação do PIB de 2002 para 2003, com aumento de 6,1% para 6,4%. Nesse relatório, o IBGE também apontou que a soja e o milho foram os produtos que mais cresceram e que, por meio deles, os Estados que ampliaram suas fronteiras agrícolas e aumentaram a produção foram favorecidos.

Dez anos mais tarde, o IBGE divulga o relatório do crescimento do PIB nacional do primeiro trimestre que cresceu apenas 0,6%, não alcançando as expectativas, mas que esse resultado só não foi pior devido ao setor agroindustrial que cresceu 9,7% comparado ao trimestre anterior (IBGE, 2013). Ou seja, a economia brasileira tem incentivado e colhido os “frutos” da agroindústria, ou melhor, seus “grãos”.

Portanto, esses fatores demonstram a pressão, tanto do setor industrial agropecuário como da urbanização, sobre a agricultura familiar em Cianorte. Por outro lado, em Aubière o fator de pressão frente à agricultura “*paysanne*” são os bairros residenciais, a indústria e os grandes centros comerciais, que ocupam justamente as áreas periurbanas da divisa com Clermont Ferrand. Além disso, a pequena extensão da comuna de Aubière não nos permite que a monocultura avança em seu território, o que não indica o mesmo para a região de Auvergne.

Segundo o INSEE (2013), os dados do PIB da região de Auvergne apontaram que em 2011 a agroindústria foi responsável por 13% das vendas à exportação e 5% das importações. Além disso, o INSEE (2013) afirma que mais da metade das trocas na região são feitas

diretamente com a União Europeia, sendo 66% de importações e 55% de exportações, o que gerou um déficit de 8 milhões de euros em 2011.

Diferentemente do que vem ocorrendo hoje com o Paraná, a região de Auvergne apresentou em 2010, segundo o INSEE (2013), um dos menores crescimentos econômicos, pois seus índices de geração de riquezas foram baixos, representando apenas 1,7% do PIB nacional (20^a colocado no ranking regional), o qual está concentrado na região Île-de-France (onde se situa a capital, Paris), com 29,6%. Ainda que baixo, o fator de crescimento econômico da região é concentrado nos serviços administrativos e na indústria agrícola e alimentar.

Para finalizar esta análise comparativa resta-nos abordar as características do padrão de consumo, obtidos pelas entrevistas e questionários, assim como o comércio. Neste, os principais fornecedores citados, foram os supermercados, em Cianorte, e os produtores, em Aubière. Esta é uma diferença substancial para a redução dos intermediários na comercialização de alimentos e isso pode ser favorecido, talvez pela elaboração de pratos típicos nos restaurantes, que necessitam dos produtos regionais caseiros. Acredita-se ainda que esta também é uma dificuldade em Cianorte e até mesmo do Paraná, pois parece não haver tanta identidade culinária local, como por exemplo no Estado de Minas Gerais, onde a comida mineira é uma conhecida tradição.

No quesito da escolha dos fornecedores, ambas as localidades citaram a qualidade dos produtos em primeiro lugar. Cianorte, porém, acrescentou o preço e a distância como elementos importantes na escolha do fornecedor para o restaurante.

O padrão de consumo alimentar está relacionado com a variedade e características dos alimentos, do próprio hábito e cardápio do dia a dia, dos motivos que levam à preocupações com a alimentação e com o local de compra.

Como resultado dos questionários, podemos verificar que os produtos mais consumidos em Aubière estão inclusos na categoria das frutas, verduras e legumes, como sendo a base alimentar, substituída no caso de Cianorte pelo popular arroz e feijão. Na sequência surge a carne para ambos, seguida do queijo em Aubière e do açúcar em Cianorte.

Além disso, quanto à produção local e orgânica, Aubière destacou-se pelo maior número de consumidores que compram, conscientemente, alimentos sem agrotóxicos (para toda a classe de produtos) e produzidos na proximidade, sobretudo destacamos os consumidores AMAP.

Nos dois territórios analisados, entendemos que existe uma preocupação com a alimentação, para mais de 70% da amostra, o que aponta uma característica convergente. Porém, em Cianorte a maior preocupação que envolve a alimentação é a saúde, não preventiva mais como fator de controle à algum excesso (açúcar, gordura) ou problemas de saúde, e em segundo lugar o fator estético (dietas para emagrecimento em geral). Se entendermos que a questão da percepção do “comer bem” em Aubièrre, indica certas preocupações com a alimentação, podemos dizer que a saúde também é referência na alimentação, mais mescla motivos preventivos e gerados por doenças.

Complementar à questão da preocupação com a alimentação, temos a pergunta sobre as razões que podem levar uma adaptação alimentar. Neste caso, Cianorte cita mais o preço, enquanto Aubièrre a estação do ano. Essas respostas são divergentes, mas, salientamos que elas se interagem, pois, quando a oferta de determinado produto tende a aumentar, de acordo com a estação, menor será seu preço (lei da oferta e procura). Concluimos então, que a diferença substancial na resposta está relacionada ao fator de importância dado ao alimento, como produto de mercado (pensar no preço), ou como produto da natureza (pensar na época de maior produção).

Por fim, o local de compra mais citado, no geral, foi o supermercado tanto para Cianorte quanto para Aubièrre. A diferença é que em Cianorte ele é referência para todas as categorias de alimentos (frescos ou não) e também é apontado como um ponto de venda pelos agricultores locais, funcionando como um intermediador bem aderido pela população. Em Aubièrre, além dos supermercados não serem citados como ponto de venda pelos agricultores locais, ele só se tornam representativos como local para compra de queijos, pois, se retirarmos esse produto o AMAP e a feira passam a ser os principais pontos de compra, principalmente se o produto mais consumido são os alimentos caracterizados como frescos, que são o foco dos produtores tanto da feira como do AMAP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito produtivo, a revolução verde chega mais tarde no Brasil que na França, porém ela chega “duplamente qualificada”, implantando tanto a monocultura e maquinário, quanto o uso de agroquímicos.

De acordo com a teoria referenciada, fica claro que a agricultura “convencional” apesar de, como o próprio nome diz, estar convencionada à natureza agrícola hoje, ela não é a única forma de produzir e ainda pode ser muito eficiente e mais frágil do ponto de vista das pragas à longo prazo.

A expressividade da agricultura convencional, ainda predominante nas lavouras e hortas, está associada à formação técnica, aos incentivos públicos e também à questão das barreiras para o novo (com o tabu da agroecologia na agricultura brasileira). O mesmo ocorre na França, mas a expressividade da agricultura orgânica vem crescendo à medida que a população consumidora passa a exigí-la.

Apesar de muitos consumidores não conhecerem os termos referentes à produção agroecológica em Cianorte, acredita-se que muitos tenham uma relação próxima com a agricultura que antecede a revolução verde devido às origens familiares.

Consideramos em Cianorte que a produção de alimentos frescos voltada ao consumo direto é feita pelos agricultores familiares da zona periurbana do município. Contudo o acesso dos consumidores a essa produção se dá, substancialmente, pelo comércio direto na Feira do Produtor e depois pelos Programas PAA e PNAE.

Além disso, o envelhecimento dos trabalhadores e o excessivo cansaço pela atividade são tidos como motivos de acomodação da situação, impedindo-os de serem proativos com relação à inovação na feira e para a própria produção. Portanto, os trabalhadores tem se preocupado com a renovação da atividade agrícola através da inserção de jovens, o que pode ser considerada como algo positivo à atividade se assim venha ela ocorrer.

Considerando as discussões conceituais de periurbano no referencial teórico, podemos concluir que Cianorte tem uma zona periurbana com agricultura e diferentemente do que a imagem de satélite aponta, não há concentração de um cinturão de propriedades que contorne todo o município e produza para seu abastecimento interno, pois muitas das propriedades observadas são hoje, casas particulares de lazer ou propriedades arrendadas.

A CMNP pratica a especulação fundiária com as terras que ainda possui no município de Cianorte, as quais começam a ser vendidas para formação de loteamentos.

O setor granjeiro tem grande importância na renda agrícola do trabalhador familiar de Cianorte, pois significa garantia financeira, uma vez que está ligado aos grandes circuitos de exportação, assim como a soja e o milho.

A produção alimentar constatada em Aubière esteve restrita às hortas urbanas, pois nos lugares de entrevista foram questionadas produtores locais, mas cuja concepção de “local” não está restrita à menor divisão territorial (comuna), como no caso de Cianorte (município). As expressões “local” e “próximo” em Aubière são relacionadas ao “mais perto possível”, o que não quer dizer, “de Aubière” efetivamente e para isso discute-se, neste local, o desenvolvimento dos circuitos curtos.

O prazer, a autonomia, a valorização dos produtos e o contato com os clientes, podem ser considerados como pontos que impulsionam o trabalho agrícola. Portanto, apesar dos aspectos negativos serem muito mais numerosos, do ponto de vista qualitativo as respostas positivas são mais fortes e transformadoras. Quem gosta do que faz têm interesse em fazê-lo bem; se a valorização do produto é importante, é mais fácil conscientizá-los da importância da produção agroecológica, sem contar que a autonomia (não só do patrão) pode ser maior se considerarmos a independência frente aos supermercados e as indústrias agroquímicas e de sementes. Tudo isso pode ser fortalecido com a economia social solidária.

Seguindo o regulamento da feira de Cianorte, pautado nos limites territoriais municipais como obrigatoriedade para a associação na feira, se as condições de um município “A” são favoráveis à produção de um produto “Z”, e no município “B” para o produto “Z”, “A” não pode vender diretamente para a população de B na feira (nem para PAA e PNAE), mas pode fazer isso por meio de atravessadores.

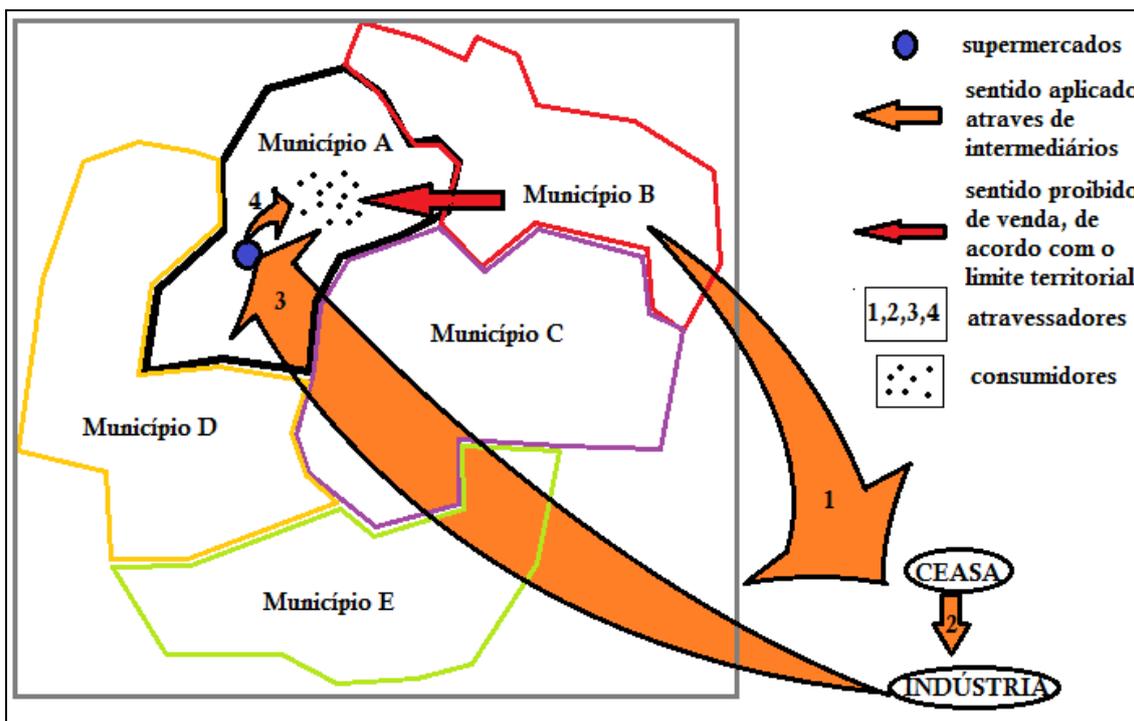


Figura 54: Circuito longo de distribuição alimentar ICERI, 2013.

Nesse processo é evidente que o acesso ao alimento não é priorizado, ainda que possa haver uma política de proteção ao produtor municipal, evitando a concorrência entre municípios vizinhos, facilitando o circuito próximo e também equilibrando a política de mercado consumidor entre demanda e oferta de alimentos. Ou seja, para determinados produtos, o circuito de comercialização poderia ser reduzido, caso houvesse uma integração maior entre feiras e feirantes.

Considerando a importância do delineamento territorial que envolve a política de comercialização direta com os consumidores, pode haver interferências à soberania alimentar, de acordo com o diagnóstico produtivo e o mapa da produção alimentar da região. Portanto, a questão do limite territorial influi muito no acesso aos alimentos e por isso é importante pensá-la de forma soberana e não subalterna. Dessa forma o desenvolvimento local (pautado na interiorização municipal) poderia ser um fator contribuinte para o aumento do preço dos alimentos, que é uma barreira ao acesso dos mesmos.

Por outro lado, será que existem condições de que cada município estabeleça uma produção diversificada até chegar à um nível de soberania alimentar municipal de produção e acesso?

Considerações à respeito do espaço de comercialização mostram que podemos tratar da feira “de” Cianorte e da feira “em” Aubièrre, pois no primeiro caso, o município pode ser considerado um ‘proprietário’ da feira, enquanto em Aubièrre, a municipalidade apenas oferece seu espaço, mas existe abertura para produtores de fora, podendo dizer então, que a feira consome o espaço urbano das ruas em Aubièrre.

A formação da feira de Cianorte se deu pela criação de uma associação, e a partir do fortalecimento dessa classe, com esta associação foi conquistado o espaço (pago em comodato à prefeitura), a infraestrutura do salão (paga, exclusivamente pelos feirantes), o aumento da frequência da feira (de uma para três vezes na semana), um público maior, a organização da festa do morango (de abrangência regional) e ainda a união para discutir, incentivar e apoiar a formação de pequenas agroindústrias que agregam valor aos produtos in natura por eles produzidos.

Quanto ao comércio, mesmo Cianorte sendo uma cidade nova mantêm características de um comércio tradicional com frutarias, mercearias, quitandas e caminhões de verduras e frutas, da mesma forma que Aubièrre com os açougues, peixarias, padarias, docerias, *crèmèries*. Porém a atratividade dos supermercados (pela variedade e preço) é notável em ambos os casos.

O comércio de orgânicos não foi encontrado nos supermercados de Cianorte, e, portanto, não existe um marketing comercial sobre eles, ainda que exista um marketing sobre a seção de “produtos naturais” (como barras de cereal, produtos de soja, farinhas integrais...), diferentemente do que observamos em Aubièrre.

Referente à consciência adquirida por parte do consumidor e sua posterior organização social, consideramos que houve um redimensionamento da política agrícola em países como Japão e Suíça. Portanto, isso mostra que as bases sociais e solidárias são capazes de abrir caminhos dentro do monopólio vivido hoje para uma nova economia, uma nova produção e um novo perfil de consumo.

Conclui-se que existe uma relação de mutualismo simbiótico entre consumidores e agricultores, pautada na soberania e segurança alimentar (fornecedores/consumidores), pois eles necessitam se nutrir em quantidade e qualidade suficientes, mas também é pautada nas relações de mercado (compra/venda). A partir desta simbiose da relação alimentar e de mercado, chega-se também à uma relação afetiva de convivibilidade estabelecida entre clientes e feirante, no dia a dia.

Porém, sabe-se que a insegurança produtiva para os agricultores é pautada nas incertezas da compra de sua produção, tanto pelo próprio governo (com os programas de compra direta), quanto pelo consumidor (esporádico). Ou seja, o trabalho com o consumidor pode fortalecer essa relação, mas observamos que o próprio Governo não assegura o agricultor familiar. Não é a toa que um dos principais problemas citados pelos produtores (em Cianorte) foi a falta de confiança no Governo.

Mesmo com a necessidade da alimentação, sabe-se que a conquista do cliente é uma das dificuldades também citadas que, portanto, caracteriza a existência dos circuitos longos de distribuição, permeados por intermediários atravessadores.

Ainda assim, fica clara a importância de que cada grupo exerça sobre a atividade do outro e o poder de influência desta relação para o desenvolvimento. À medida que a consequência e a interação dessas atividades (produzir e consumir) passam a ser despercebido, um mesmo agente ganha forças para controlar, de forma indutiva, o que e como será produzido, e em consequência disso, o que será consumido.

Não queremos com esse trabalho transformar consumidores em agricultores (urbanos ou não) para valorizar a produção, tampouco ainda, deixar que a atividade agrícola seja guiada pelo temor da falta de alimentos, o que implicaria na “aceitação” da produção em larga escala à qualquer custo, imaginada como um avanço e uma salvação social. Buscamos com o trabalho, qualificar a discussão da produção agrícola, sobretudo brasileira, a partir de uma avaliação crítica de experiências externas exitosas.

Consideramos que o maior envolvimento do consumidor com a questão territorial e o desenvolvimento de sua ação política, no ato da compra, é importante para a aproximação desses dois polos da relação produção-consumo, como ocorre na feira. A relação observada entre eles é pautada na afetividade e no prazer que a feira significa para consumidores como espaço de lazer, e para produtores com o diálogo com os clientes.

Com relação ao consumo francês, notamos que a culinária tradicional, a partir de produtos “*fermier*” (caseiros) da agricultura mais simples e tradicional é mais valorizada que a produção em série e industrial. Por outro lado, a produção tradicional que era autônoma, hoje necessita de certificações e registros de qualidade, mesmo mantendo suas características, uma necessidade para assegurar a qualidade do para o consumo.

Se levarmos em conta a redução do consumo de hortaliças no Brasil (segundo pesquisas da Esalq citadas) e ainda que, elas são a 4^a opção no prato da população entrevistada em Cianorte, podemos pensar que a redução do número de agricultores

familiares, conseqüentemente de oferta de hortaliças e frutas, é proporcional ao aumento da produção de grãos para a agroindústria e do aumento do consumo de produtos da indústria alimentar e sobretudo de carnes.

Com relação a AU, semelhantemente ao que ocorre tanto com a agroecologia, como com o perfil do consumo alimentar, observamos que a expressividade desta atividade e seus valores, dependem, dentre outros fatores, do nível de consciência dos atores envolvidos.

Em um país de extensões territoriais de grandeza continental, como o Brasil, pequenos espaços de terra urbana não adquirem tamanha importância quanto em países (15 vezes menor) como o caso da França. Isso deve ser considerado para explicar o fato de que no Brasil a AU esteja associada à uma atividade de revitalização de áreas urbanas, normalmente de crescimento rápido e intenso, e de inserção e assistência social (seja pela fome, desemprego, invalidez ou ocupação e lazer).

A AU observada é, sobretudo, uma ação exercida por indivíduos particulares, com o intermédio público que disponibiliza um espaço coletivo. No caso de Cianorte, ela está associada ao complemento da renda ou à atividade de lazer, normalmente por pessoas mais idosas, oriundas da agricultura e que vivem na periferia.

A importância da AU deve ser relacionada à área de execução da mesma, suas conseqüências para o território e também a gênese de sua inserção. Cada realidade apresenta funções distintas à AU, como por exemplo, a revitalização de áreas e produção voltada ao abastecimento urbano, melhor aplicada à Europa, cujos países tem menor extensão territorial e apresentam densidades demográficas maiores, enquanto no caso do Brasil, por exemplo, fica a dúvida se a AU poderia propiciar e manter o êxodo rural, e ainda desfavorecer a luta contra a concentração de terra e da Reforma Agrária, pois temos terra para todos.

Através da produção local analisada, podemos dizer que ela é fortalecida e bem representativa no mercado devido à iniciativa, em grande parte, dos consumidores que buscam alimentos locais e também orgânicos e que chegam a formar associações, como no caso AMAP e não apenas pela organização coletiva do produtor.

Não existe formação do consumidor bem como do agricultor quanto à questão agroecológica em Cianorte. As mudanças na alimentação são maiores devido à saúde, porém relacionadas a algum tipo de doença, ou em segundo lugar com relação ao preço e além disso, como a saúde pública brasileira não priva pelas medidas preventivas, a população passa a agir da mesma forma.

Em relação aos consumidores do AMAP, analisamos que mesmo que eles frequentem os supermercados para comprar seus alimentos, eles diversificam seus pontos de aquisição, pois também frequentam a feira, lojas de produtos orgânicos, *crèmeries*, e as propriedades agrícolas. Por detrás desse ato de consumir existe a intenção de agregar valor ao alimento, desde que haja consonância com a qualidade. Ou seja, a consciência do consumo leva à busca da qualidade dos produtos e essa qualidade será inclusa no preço e valorizada pelo consumidor.

Considerando que existe uma contradição concorrente entre a valorização da produção local e a valorização da produção orgânica, uma vez que o consumidor pode deixar de comprar alimentos da sua região para dar preferência à um orgânico de outras localidades, ou vice versa, pensamos que com a dispersão da agroecologia, a dúvida posta entre adquirir um produto orgânico ou local cessaria. Esta dúvida gerada que leva à concorrência deve cessar para que se fortaleça a essência do desenvolvimento sustentável e local.

Uma divergência ocorre entre os produtos mais consumidos e os produtos mais produzidos em Cianorte. À medida que a produção de soja e milho se expandiu, ocorreu a queda produtiva do arroz e feijão, que por sua vez continuam sendo a base alimentar. O arroz e o feijão não são mais tão produzidos no município de Cianorte como já foram antes, entretanto são citados como os mais consumidos pela amostra de consumidores. Além disso, nos restaurantes, o arroz e o feijão também foram os alimentos com maior alta no preço. Portanto, existe uma divergência entre a produção e demanda local, onde se poderia haver um planejamento das safras que equilibrasse esta disparidade, isso se o foco fosse o abastecimento alimentar e não a exportação.

Com relação às políticas públicas analisadas, percebemos que no Brasil, apesar dos programas de combate à fome e a miséria, do sistema de desenvolvimento da SAN e dos programas de fortalecimento da agricultura familiar serem positivas na atribuição de renda e alimentos aos que utilizam dessas políticas, muitas vezes acabam criando certa dependência entre o Governo e a população e não permitem sua autonomia. Além disso, é evidente também a priorização e incentivo da produção voltada à exportação, pois se permite a propriedade privada cada vez maior, e ao mesmo tempo diminuem-se as áreas de reserva indígenas, por exemplo. Coloca-se no próprio plano de SISAN uma verba destinada à aquisição de sementes, insumos e maquinários para a modernização da agricultura, fazendo com que elas entrem nos padrões estabelecidos para a exportação.

Por sua vez, um contraponto com relação às políticas públicas francesas de apoio à agricultura familiar, observado pela recusa da maior parte dos produtores entrevistados, pode indicar certa ineficiência, pois não têm atingido seu objetivo de fomentar os agricultores familiares. Existe, portanto, um contraste entre a dependência de políticas públicas, que subordina o agricultor frente à um Governo e também o distanciamento entre eles, que não legitima à função do Estado em apresentar políticas para as demandas sociais efetivas.

A hegemonia da agricultura de *comodities* é patente, mas essa não responde, efetivamente, à demanda da sociedade, em qualidade de alimentos e à produção ampla e diversificada de produtos agrícolas nos territórios. Na sociedade contemporânea rompe-se com a dicotomia campo-cidade, impondo-se aos espaços urbanos novas respostas, no que tange a uma produção de alimentos diversificada e próxima do consumidor. A indústria dos alimentos não dá a resposta completa à demanda nos alimentos orgânicos e frescos, que no lado do consumo, sinaliza qualidade e no lado da produção, propicia a perpetuação de uma cultura de um agricultor voltado e ligado a terra. Não podemos perder a matriz essencial da produção alimentar e para isso, é essencial estreitarmos a relação direta entre produtores e consumidores.

REFERÊNCIAS

- A GRANJA – **Ao ritmo das tradicionais oscilações**. Ed. Centaurus. v.68, n. 758, fev./2012
- AGRESTE - Ministère de l'Agriculture, de l'Agroalimentaire et de la Forêt. Recensement Agricole 2010.
- ALELUIA, M. C. O. **Considerações sobre as concepções de campo/rural no ensino fundamental da cidade do Rio de Janeiro – RJ**. In: Revista Percurso- NEMO, v.3n. 1, p.147-161.Maringá, 2011
- ALGRANTI, L. M. **As Especiarias na cozinha e na botica: notas sobre o intercâmbio de plantas e sementes com fins alimentares e medicinais no Império Português**, 2010.
- ANDRADE, V. **Aprendendo a Sonhar no Campo**. Abastecer Brasil, n.4, 2011.
- BATALIOTI, T. **Cianorte: ocupação pioneira, modernização da agricultura e impactos sócio-espaciais**. Maringá, 2004.
- BAUD, P.; Bourgeat, S.; BRAS, C. **Dictionaire de géographie**. Ed. HAtier, 2008.
- BITTENCOUT, C. **Preço do tomate: o que há por traz do aumento de 150%?** Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/04/preco-do-tomate-o-que-ha-por-tras-do-aumento-de-150.html>> Acessado em 8 de abril de 2013.
- BRASIL. Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o processo discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.
- BRASIL - Lei nº 14423, 02/06/2004 – publicada no Diário Oficial nº 6743 de 03/06/2004.
- BURKHARD, G. K. **Novos Caminhos se Alimentação: a refeição como base da vida social**. São Paulo,v.4, Ed. CLR Balieiro, 1984.
- CABINET HERMÈS -<http://www.cabinet-hermes.fr/actu-affichage-obligatoire-de-l-origine-des-viandes.63.html> Acesso em 6 de junho de 2013.
- CAIADO, A. S. C.; SANTOS, S. M. M. **Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos sócio espaciais**. São Paulo em Perspectiva, v.17, n.3-4, São Paulo, 2003.
- CÂMARA, V. M.; COREY, G. **Vigilância epidemiológica relacionada com substancias de uso proibido na agricultura**. Boletim de La Oficina Sanitária Panamericana, v.112, n.2, p. 135-139, 1995.
- CANFIN, P. **La définition de l'économie social**. Revista Eletrônica: Alternatives Économiques, n.29, 2008.
- CANTOR, K. M. **Agricultura urbana: elementos valorativos sobre su sustentabilidad**. Cuadernos de Desarrollo Rural, v.7, n.65, 2010, p.59-84.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico.** *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.2, abri/jun 2002.

CARTA CAPITAL **Somos 7 bilhões** p.26-29, fev/2012.

CASTELO BRANCO, M.; ALCANTARA, F.A. **Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura?** *Revista: Horticultura Brasileira*, v.29. n.3, 2011.

CASTRO, J. *Geografia da Fome*. Editora O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1946.

CGSISAN (Coordenação Geral de Apoio à Implantação do SISAN) **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN: Diagnóstico de Implantação no Âmbito Estadual**. Brasília, 2010.

CHABOUSSOU, Francis. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – a Teoria da Trofobiose -**. Tradução [de] Maria José Guazzeli. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CIOFFI, H.; PRAXEDES, I. V.; VARELLA, I. A. T.; MESQUITA, W. K. **Cianorte: sua história contada pelos pioneiros**. Maringá: gráfica Ideal, 1995.

DALSACE, M. **Slow Food – l'éløge de la Lenteur**. Injam, Paris, 2010.

DATAR – Délégation Interministérielle à l'Aménagement du Territoire et à l'Attractivité Régionale, 2012.

DIAS, E. S. **Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte – Florianópolis**, 1998.

ECOBICHON, D. J. Toxic effects of pesticides, In: KLAASSEN, C. D. ; AMDUR, M. O.; DOULL, J. (ed.) **Casarett & Doull's Toxicology: The basic science of poisons**. 5th ed., New York: McGraw Hill, 1996.

EPAGRI -Revista Agropecuária Catarinense – **Educação Ambiental e Merenda Saborosa**. Ed. Epagri, v.24 n.3, Nov/2011

_____ **Mais frutas e menos hortaliças nos lares brasileiros**. Ed. Epagri, v.24 n.3, Nov/2011

_____ **Ponto para a qualidade de vida: agricultores de Ibiruma que desenvolveram ações positivas nas áreas social, ambiental e econômica são recompensados com benefícios pela prefeitura**. *Rev. Agropecuária Catarinense*. Ed. Epagri, v.24 n.3, Nov/2011, p. 32-35.

EVANGELISTA, J. **Alimentos: um estudo abrangente**- nutrição, utilização, alimentos especiais e irradiados, coadjuvantes, contaminação, interações. São Paulo: Ed. Atheneu, 2005.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. **Agricultura Urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial**. Rev. De Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v.24, n.2, maio/agosto 2007.

FREITAS, C. A. **Inovação na Horta: tecnologias para o cultivo orgânico de hortaliças incrementam a produção catarinense e levam sustentabilidade e renda às propriedades rurais**. Rev. Agropecuária Catarinense. Ed. Epagri, v.24 n.3, Nov/2011, p. 27-31.

GADREY, J. **L'utilité sociale des organisations de l'économie sociale et solidaire : une mise en perspective sur la base de travaux récents**. CLERSE-IFRESI, Université de Lille 1, 2004.

GAIGER, L. I. G. **A Economia Solidária Diante Do Modo De Produção Capitalista**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GEORGE, P. **A ação do homem**. Ed. Diefel, São Paulo-SP, 1968.

GENDRON, C. **Émergence de nouveaux mouvements sociaux économiques**. Revista Pour, n.172, p175-181, 2001.

GERGEN, M.M.; GERGEN, J.K. **Investigação qualitativa – tensões e transformações**. In: O Planejamento da Pesquisa Qualitativa. Ed. ARTMED, 2006.

GOLDBERG, J.P. Nutrition communication in the 21 st century: what are the challenges and how can we meet them? **Nutrition**, New York, v.16, n.7-8, p.644-646, 2000.

GOMES, T. M. **Alimentação Adequada e Saudável: Direitos de Todos – “Faça Valer Paraná”** III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2011.

GUIDUCCI, F. E.; MADEIRA, N. R. **Cooperação Técnica e Produção Familiar Sustentável de Hortaliças: Análise dos condicionantes e Determinantes para a Formulação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o Hati**. Embrapa Hortaliças, 2009.

GRIGÓRIO JÚNIOR, J. J. **Modernização da Agricultura e Evasão Populacional na Microrregião Geográfica de Cianorte-PR**. Maringá, 2004.

HAAG, C. **Você tem fome de que?** In: Revista Pesquisa FAPESP, Ed. Janeiro/2012, p.80-85.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOWARD, Albert, Sir. **Um testamento agrícola** (Londres, 1943). Tradução [de] Eli Lino de Jesus. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE – **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. XXXI, Rio de Janeiro, 1950, 532p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cai a participação do Sudeste no PIB e sobe a dos estados ligados à agroindústria de 2002 para 2003**. (2005) Acesso em 05/06/2013. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=470>>

INRA - P. Etiévant, F. Bellisle, J. Dallongeville, C. Donnars, F. Etilé, E. Guichard, M. Padilla, M. Romon-Rousseaux, C. Sabbagh, A. Tibi (éditeurs). **Les comportements alimentaires. Quels en sont les déterminants ? Quelles actions, pour quels effets ?** Expertise scientifique collective, INRA (France), 2010.

INSEE – Institut National de le Statistique et des Études É conomiques. Source : CLAP (connaissance locale de l'appareil productif) Commune d'Aubièrre (63014) – 2009.

_____. Institut National de le Statistique et des Études É conomiques. **Taux d'équipement en commerce de détail alimentaire au 1er janvier 2011 : comparaisons régionales**. 2011.

_____. Institut National de la Statistique et dès Études É conomiques. **Em quelques lignes - région d'Auvergne**, 2013. Disponível em : <<http://www.insee.fr/fr/regions/auvergne/reg-dep.asp?theme=8&suite=1>> Acesso em 05/06/2013.

JAKOB, A. A. E. **Somos 7 bilhões e agora?** Carta Escola. p.30-32, fev. 2012.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu, Ed. Agroecológica, 2001.

LAMINE, C. **Les AMAP : un nouveau pacte entre producteurs et consommateurs ?** Ed. Yves Michel, 2008

LEGIFRANCE

<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000411003>. Acesso em 6 de junho de 2013.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3.ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Apresentação (Porto Alegre, 2006). In: CHABOUSSOU, Francis. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – a Teoria da Trofobiose** -. Tradução [de] Maria José Guazzeli. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MALUF,R. S.; MENEZES, F. **Caderno “Segurança Alimentar”**. CDPA/UFRJ, IBASA, 2000.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MEDEIROS, R. M. V.; LAURENT, F. **As redes de agricultores em favor do meio ambiente na França: multiplicidade de sistemas de ações e de percepções**. Org. MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. Agricultura, Desenvolvimento e Transformações socioespaciais – reflexões interinstitucionais e construção de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Ed. Assis, 2008.

MÉTÉO FRANCE – Estation de Clermont Ferrand. Disponível em <<http://france.meteofrance.com/>> Acesso 15 de maio de 2013.

MEUNIER, A. **Circuits courts Alimentaires - Réalités et perspectives, Grand Lyon, Rhône et Région Rhône-Alpes**. Alliance PEC Rhône-Alpes, 2010.

MINAG – Ministerio de la agricultura. **Manual técnico de organopónicos y huertos intensivos**. INIFAT. GNAU. Ciudad de La Habana, Cuba; 2000.145p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **O que é Economia Solidária?** Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em julho de 2012.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**, vol.1: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

MORO, Dalton Áureo. **Desenvolvimento econômico e dinâmica da população no Paraná contemporâneo**. Boletim de Geografia. v.1, n. 16, 1-55, 1998.

MOUGEOT, L. **Agricultura Urbana: conceito e definição**. Rev. de Agricultura Urbana, 2000. Disponível em: www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU1/AU1conceito.html

NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. L. S. **Segurança Alimentar e Nutricional: pressupostos par u ma nova cidadania?** In: Revista Ciência e Cultura, n.4, 2010, p.34-38.

NISHIYAMA, P. **Utilização de agrotóxicos em áreas de Reforma Agrária no Estado do Paraná**. Tese Doutorado, UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, A. U. (informação verbal) *Palestra da Semana de Geografia* UEM. Maringá, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C. S. **O Processo De Constituição Da Propriedade Privada Da Terra No Brasil**. In: 12 Encuentro de geógrafos de América Latina – EGAL. Montevideo, Uruguay, 2009.

PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N.; TAKITANE, I. C. **O Seikatsu Club : imbricamento entre redes sociais, segurança dos alimentos, sustentabilidade e o processo institucional no Japão**. READ – Ed. 39, v. 10, n.3, 2004.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa. Livraria Moraes. 1967, 758p.

PESSON, Paul. Prefácio (Paris, 1980). In: CHABOUSSOU, Francis. **Plantas Doentes pelo Uso de Agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – a Teoria da Trofobiose** -. Tradução [de] Maria José Guazzeli. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINHEIRO, S. **Alimentos orgânicos nas garras do capital**. Org. André Guerra. Revista Caros Amigos nº178 p.32-34, 2012.

PINHEIRO, S.; NASR, N. Y. ; LUZ, D. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Porto Alegre. Ed. dos autores, 1993.

PINHEIRO, S.; NASR, N. Y.; LUZ, D. **A Agricultura Ecológica e a Máfia dos Agrotóxicos no Brasil**. Ed. Juquira, Porto Alegre, 1993.

PINTO, D.; ORTÊNCIO FILHO, H. **Dieta de quatro espécies de filostomídeos frugívoros (Chiroptera, Mammalia) do Parque Municipal do Cinturão Verde de Cianorte, Paraná, Brasil**. Rev. Chiroptera Neotropical vol.12, n.2, p. 274-279, 2006.

POULAIN, J-P. **Sociologies de l'alimentation. Les mangeurs et l'espace social alimentaire**. Paris, 2005.

PNA- **Programme National pour l'Alimentation**. Ministère de l'agriculture, de l'alimentation, de la pêche, de la ruralité et de l'aménagement du territoire, 2011.

RECLUS, E. **El hombre y la tierra**. Barcelona: Casa Editorial Maucci, 1905-1908.

RIBEIRO, W. C. Geografia Política da Água. Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

ROSE, Murice; d'ARCES, Jore. **Evolution et Nutrition**. 1957

SALAY, E. **Composição de Alimentos: uma abordagem multidisciplinar**. Campinas- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, 2005.

SANTOS, D. H. **Agricultura Urbana e Segurança Alimentar**. Revista Multidisciplinar da Unesp. Saber acadêmico; n.11; jun/2011.

SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. Tradução: SZMRECSÁNYI, M. I. Q. F. ed.: Hucitec, 1979.

SERRA, E. **A colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná moderno**. Boletim de Geografia, UEM, n.1, p.49-59, dez 1993.

SCHWARCZ, L. M. Apresentação à edição brasileira. In: BLOCH, M. **Apologia da História ou Ofício de Historiador**. Zahar, 1997.

SORJ, B., POMPERMAYER, M., CORADINI, L., **Camponeses e Agroindústria - Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SOUZA, J. L. **Manual de horticultura orgânica** – 2ªed. Viçosa-MG: Aprenda Fácil, 2006. 843p.

SPOTLIGHT – **Urban Food Marketing** – FAO; Newsletter; Rome, 1999.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço Geográfico Uno E Múltiplo**. Revista Eletrónica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n.93, 15 de Julio de 2001.

TENDLER, S. **O Veneno está na Mesa**. [Filme-vídeo]. Produção: Caliban /Apoio: EPSJV-Fiocruz , 2011. DVD, 50 min. color. son.

THOMAZ Jr, A. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil**. Presidente Prudente, Pegada, n.2, v.7, 2006, p.103-122.

VAILLANCOURT, Y.; FAVREAU, L. **Le modèle québécois d'économie sociale et solidaire**. 2000 Disponível em<<http://www.unites.uqam.ca/econos/CHERCHEURS%20modele%20quebecois%20Vaillancourt%20Favreau.pdf>> Acesso em 06/05/2013.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e Civilização**. Ed.Contraponto, 2001.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONARIOS E ENTREVISTAS EM CIANORTE

PRODUTORES/FEIRANTES (CIANORTE)

- O que você produz e o que você vende na feira?
- Você usa algum tipo de defensivo agrícola (produto químico)? Se sim, por que?
- Conhece algum caso de intoxicação pelo manuseio/consumo de agrotóxicos?
- Você vende apenas na feira ou em tem outros pontos de comercialização? Quais?
- O que vocês não produzem e precisam comprar (de comida)?
- Você participa de alguma associação?
- Existe algum problema enfrentado na agricultura familiar/produção de alimentos?
- Poderia indicar a localização da sua propriedade no mapa?
- Qual o tamanho de sua propriedade?

CONSUMIDORES (CIANORTE)

- Idade:
- Gênero:
- Onde mora (bairro):
- Que tipo de alimentos costuma consumir no dia a dia?
- (Frutas, verduras, legumes, carne, ovos, cereais e frango principalmente)
- Tem alguma preocupação com a alimentação?
- Onde faz suas compras de alimento, normalmente?
- Quanto gasta em média, com alimentação no mês?
- Você tem hábito/interesse em ver qual a origem dos alimentos que consome? Você se lembra de algum? Qual?
- Costuma comer fora de casa? Quantas vezes por semana?
- Conhece produtos/alimentos orgânicos? Você faz uso deles? Por que?
- Sabe de alguém/algum lugar/bairro que tenha horta na cidade? Onde?

COMÉRCIO (CIANORTE)

- Que tipo de produtos da agricultura/pecuária você vende?
- De onde você compra esses alimentos para abastecer seu estabelecimento? Por que escolhe esse fornecedor?
- Quais fornecedores são de Cianorte? E quais são da região?
- Há/houve alguma alteração no valor dos alimentos que afetou seu estabelecimento?

- Qual é a frequência da compra? Como é a logística?
- Você sabe dizer qual é o percentual de perdas dos alimentos perecíveis que são descartados ?

EMATER (CIANORTE)

- Que tipo de assistência técnica é prestada para os agricultores? Familiares?
- Vocês vêem resultados alcançados com esse treinamento/instrução/ assistência?
- Qual a maior dificuldade/problema/carência/despreparo do trabalhador rural?
- E quanto à produção sem agrotóxicos? Qual a posição da EMATER?
- O que acham do perfil da produção de alimentos? Qual a participação da agricultura familiar, em %, na comida que os cianortenses consomem?
- Você considera que exista uma área no entorno da cidade com pequenas propriedades produtivas?
- Vocês sabem a % de alimentos (internamente) produzida no município (só para uso alimentar)?

SECRETARIA DA AGRICULTURA DE CIANORTE

- Dados sobre o numero e nome das associações e quantas propriedades/famílias tem cada uma.
- Vocês sabem a % de alimentos (internamente) produzida no município (só para uso alimentar)?
- Sabem a % da participação do trabalho por setor? (primário, secundário e terciário)
- O que sabem ou que dados tem sobre agricultura urbana/periurbana?
- Você considera que exista uma área no entorno da cidade com pequenas propriedades produtivas (cinturão verde)?
- O que acham do perfil da produção de alimentos? Qual a participação da agricultura familiar, em %, na comida que os cianortenses consomem?
- Que políticas publicas são destinadas aos agricultores familiares?
- Como a secretaria trata a agricultura urbana e periurbana?
- Qual a principal demanda dos agricultores hoje? E qual a principal atuação pública?

ANEXO B- QUESTIONÁRIOS DE AUBIÈRE

QUESTIONNAIRE PRODUCTEURS AUBIÈRE

Groupe A - Généralités

1. Localisation de la propriété:
2. Âge du répondant:
3. Sexe:
4. Quel est votre métier?
5. Taille d'exploitation:
6. Distance de Aubière?
7. Êtes-vous le propriétaire?
 - Oui
 - Non
8. Si non, comment faire? Combien payer?

9. Est ce que votre jardin est proche de votre habitation?
 - Oui
 - Non(combien Km?)_____
10. Est ce vous travaillez avec votre famille au jardin/ exploitation ?
 - Oui
 - Non

Si oui, avec quel nombre de votre famille ?

11. Est-ce que quelque'un d'extérieur à la famille travaille avec vous ? Combien ?
 - Oui
 - Non

Groupe B - Produção

12. Qu'est-ce que vous produisez sur votre propriété ? (été aussi)
 - Légumes
 - Fruits
 - Volailles
 - Vin
 - Miel
 - Oeufs
 - Céréales
 - Lait et Fromage
 - Viande
 - Lapins
13. Quel outillage avez-vous pour travailler dans votre (jardin) soit (exploitation)?
 - Outils manuels
 - Outils mécaniques
 - Outils professionnels (tracteur, etc)
14. Utilisez-vous des produits pour traiter vos cultures?
 - Oui
 - Non
15. Si oui, lesquels?_____
16. Comment vous informez-vous sur les traitements ?
 - Conseil
 - Auto-informatuir
 - Presse/Magazine
 - Bouche à oreilles
 - Vendir
 - Autres_____

17. Où vendez-vous vos produits ?

- Marchès (lequels : _____)
- Vente Directe
- AMAP
- Foire
- Magasins
- Par connaissance
- Autres _____

18. Pourquoi avez-vous choisi cette façon de commercialiser vos produits?

19. Quels sont les points positifs de votre activité ?

20. Quel sont les difficultés que vous rencontrez ?

21. Quelles solutions est-ce que vous envisagez par rapport à ces problèmes ?

22. Est-ce que vous aimeriez être aidé par les pouvoirs publics (Mairie, Conseil Général...) ?

- Oui
- Non

Si oui, comment ?

23. Vous faites partie d'une association?

- Oui
- Non

Si oui, lequel ? _____

Vantages :

Devantages :

24. Quand je vous dis « bien manger » vous pensez a quoi ?

QUESTIONNAIRE COMSOMATION - AUBIÈRE

Groupe A - Généralités:

1. Sexe:
2. âge:
3. Où habitez-vous?
4. Avec combine de personnes?

Groupe B - Profil de consommation:

Produit	Conso mmez vous? (Oui; Non)	Consom mez vous produit Bio? (Oui;No n)	Où acheter? 1)marché; 2)AMAP; 3)super,hypermarché; 4)Hard Discount; 5)Vente directe chez producteurs; 6)Boucherie,cremerie,com.pro ximité; 7)Magasin BIO; 8)autre	Pourquoi avez vous choisi ce mode de consommatir?	Classier part de dépenses pour order décroissante (+ cher au -) 1,2,3,4,5,6
Fruit;Légumes					
Viande					
Fromage					
Transformé					
Restaurant			XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	

5. Achetez vous les fromages d'Auvergne?
 - Oui
 - Non
6. Si oui, lesquels?
 - Bleu d'Auvergne
 - Cantal
 - Saint Nectaire
 - Gaperon
 - Saler
 - Fourme d'Ambert
 - Chèvre
 - Rochefort
 - Autres
7. Dans la semaine, combine de repas feriez-vous à l'extérieur?
 - 0
 - 0 à 2
 - 2 à 5
 - 5 à 10
 - + 10

Groupe C -

8. Avez-vous jardin potager dans votre maison?
 - Oui
 - Non

8.1 Si oui, que produisez-vous?

8.2 Utilisez vous dès produits phytosanitaires?

- Oui
- Non

9. Adaptez vous votre alimentation em fonction:

- des saisons
- des prix
- D'autres: _____

Groupe D –

10. Quand je vous dis "bien manger", pensez-vous a quoi?

- Exemple dès plats
- Equilibre, santé
- Plaisir de manger et acte social
- Sortir de l'ordinaire
- Alimentation, santé (vue comme um problème)

QUESTIONNAIRE COMMERCE AUBIÈRE

Groupe A - Généralités

1. Type de etablissement:
2. Localisation(quartier):
3. Combien de temps ça marche?

Produit	Achetez vous ? (oui;non)	Où achetez-vous? 1)Marché; 2)AMAP; 3)Supermarché/hyper; 4)Hard discount; 5) Vente directe chez producteurs 6)Boucherie, cremerie, com. Proximité; 7) Magasin BIO; 8)Autre	Critères choix fournisseurs ¹ 1) Prix; 2)Garantie d'achete 3)Livraison 4)Qualité 5)Quantité 6)Affinité 7)Autre
Légumes/fruits			
Viande			
Fromage/Lait/dirivés			

Vin			
Céréales			
Industrialisés (grand industrie)			

4. Vous utilisez des produits régionaux?

- Oui
- Non

Lequels? _____

5. Utilisez-vous produits bio ?

- Oui
- Non

6. Lequels? _____

D'où? _____

7. Quand je vous dis "bien manger", pensez-vous à quoi ?
